

Working Papers
em Linguística



**INTERFACE ENTRE
LÍNGUA E CULTURA**

2023

v. 24

N. 2

Working Papers em Linguística, v. 24, n. 2, 2023

Centro de Comunicação e Expressão - CCE
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Florianópolis - SC - Brasil

Editor-chefe

Marco Antonio Rocha Martins

Design e arquivamento

João Paulo Zarelli Rocha

Coeditora

Leidiani Reis

Equipe de revisão

Ana Beatriz Ribeiro

Helena Gouveia

Suzane Cardoso Gonçalves Madruga

Ana Carolina de Souza Ostetto

Íris Medeiros da Fonseca

Érica Marciano de Oliveira

Vanessa Grandó

Organização

Heronides Moura

Conselho Editorial

Adair Bonini, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Adriana Fischer, Centro Universitário de Brusque, Brasil
Aline Cacilda Koteski Emilio, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Ana Cláudia Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ana Paula Oliveira Santana, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
André Berri, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Clarice Nadir von Borstel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Cláudia Regina Brescancini, Pontifícia Universidade Católica – RS, Brasil
Cristiane Lazzarotto-Volcão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Cristine Gorski Severo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Edair Maria Gorski, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Edwiges Maria Morato, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Fabio Luiz Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Felício Wessling Margotti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Helena Guerra Vicente, Universidade de Brasília, Brasil
Heronides Maurílio de Melo Moura, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Izabel Christine Seara, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Josias Ricardo Hack, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Leandra Cristina de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Leonor Scliar Cabral, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Lucélio Dantas Aquino, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Luizete Guimarães Barros, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Magdiel Medeiros Aragão Neto, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Mailce Borges Mota, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Inêz Probst Lucena, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Izabel de Bortoli Hentz, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Teresa Santos Cunha, Universidade do Estado de Santa Catarina
Márluce Coan, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maurício Eugênio Maliska, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Monica Mano Trindade, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Morgana Fabiola Cambrussi, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
Nara Caetano Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Nelita Bortolotto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Nívea Rohling, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Otávio Goes de Andrade, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Renato Basso, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Roberta Pires de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Rodrigo Acosta Pereira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ronald Taveira da Cruz, Universidade Federal do Parnaíba Piauí, Brasil
Rosângela Hammes Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Rosely Xavier, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Simone Bueno Borges da Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Tarcisio de Arantes Leite, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Terezinha da Conceição Costa-Hübes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Vidomar Silva Filho, Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil
Werner Heidermann, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sumário

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO	3
Heronides Moura	

ARTIGOS

REPENSANDO O ARCAÍSMO: VOCÁBULOS DE OS LUSÍADAS AINDA PRESENTES EM UMA VARIEDADE REGIONAL DO MARANHÃO	7
Heronides Moura, Monisse Silva	
A TEORIA DOS PAPÉIS TEMÁTICOS: REFERÊNCIA E CONCEPÇÃO DE MUNDO	20
Lorenzo Vitral	
REPENSANDO O ARCAÍSMO: VOCÁBULOS DE OS LUSÍADAS AINDA PRESENTES EM UMA VARIEDADE REGIONAL DO MARANHÃO	45
Luiz Queriquelli	
POMERANO: DIALETO OU LÍNGUA?	56
Guilherme Mader, Nicoli Knuth da Rosa	
O FILME A CHEGADA E A PERMANÊNCIA DA VISÃO ROMÂNTICA DA LINGUAGEM	72
Heronides Moura, Alicia Sennes Pinto	
AMBIGUIDADE IDEOLÓGICA EM FERNANDO PESSOA	84
Gabriela Graudenz	
ESPELHO, GATO, SOL E OUTROS CONCEITOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE METÁFORAS E SÍMBOLOS	98
Alice Dionizio, Mileni Gertrudes Neis	
HIJOS DE LA MEMORIA: METÁFORAS DE LA SOBREVIVENCIA EN LAS VOCES DE LAS MADRES DE SOACHA	122
Yuri Marlen Valencia Ordoñez	

APRESENTAÇÃO

Heronides Moura | [Lattes](#) | heronides@uol.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Este número aborda a relação entre língua e cultura sob vários ângulos. Essa diversidade de perspectivas possibilitou a análise tanto de problemas tradicionais no estudo da interface entre língua e cultura (como a motivação sexista para a designação de gênero gramatical) quanto de temas menos estudados (como a distinção entre metáfora e símbolo).

O conceito de cultura é usado aqui em um sentido lato, envolvendo o conjunto de elementos culturais e sociais que podem afetar não só a análise das línguas como também a percepção sobre como a linguagem humana é constituída.

Com esse duplo olhar (voltado ora para o funcionamento das línguas, ora para como uma língua é percebida em uma dada sociedade), os artigos aqui reunidos oferecem instrumentos analíticos interessantes que trazem à luz a intrincada interação entre língua e cultura.

Todos os artigos convergem para a percepção de quão ilusória é a separação rigorosa entre o objeto linguístico e o contexto cultural no qual ele se situa.

Essa divisão se mostra enganosa ou muito tênue sob diferentes aspectos. Em primeiro lugar, quanto à própria natureza de conceitos gramaticais. Muitos desses conceitos supõem uma separação rigorosa entre o que é gramatical, de um lado, e o que é cultural ou social, de outro lado. No entanto, um olhar mais acurado pode revelar que essa divisão não é consistente. Os três primeiros artigos aqui reunidos mostram justamente que alguns conceitos gramaticais são afetados por fatores culturais e sociais. Os conceitos objetos de análise nos três primeiros artigos são, respectivamente, arcaísmo, papel temático e gênero gramatical.

O artigo intitulado *Repensando o arcaísmo: vocábulos de Os Lusíadas ainda presentes em uma variedade regional do Maranhão*, de Heronides Moura e Monisse Silva, mostra a incrível sobrevivência de vocábulos, usados na obra de Camões, em uma variedade rural do Maranhão, no Nordeste do Brasil. A contribuição do artigo é dupla. Em primeiro lugar, ele mostra que os chamados arcaísmos ainda são uma realidade em pleno séc. XXI. Em segundo lugar, os autores do artigo propõem uma revisão do conceito de arcaísmo. Tal conceito, segundo os autores, deve ser redefinido como uma retenção de significados ou formas antigas, sem qualquer correlação com o grau de escolaridade dos falantes que

usam os chamados arcaísmos. O conceito tradicional de arcaísmo é carregado de valoração pejorativa da linguagem popular, o que mostra que conceitos linguísticos muitas vezes dependem de valores culturais e não apenas do que é intrínseco às línguas.

O artigo intitulado *A Teoria dos Papéis Temáticos: referência e concepção de mundo*, de Lorenzo Vitral, realiza o mesmo trabalho crítico em relação a outro conceito linguístico: o de papel temático. O conceito de papel temático tem desempenhado uma função importante nos estudos gramaticais, em especial para a compreensão da interface entre semântica e sintaxe. O que o autor nos mostra é que uma análise mais acurada coloca em questão a validade das diferentes definições de papéis temáticos em relação a instâncias concretas de uso. Segundo o autor, as definições de papéis temáticos (como agente, paciente, experienciador, beneficiário etc) se revelam problemáticas porque supõem que tais papéis recortam realidades identificáveis no mundo. No entanto, para aceder ao papel desempenhado por um protagonista da cena verbal, os falantes não têm a seu dispor uma organização realista do universo do discurso. Para interpretar os papéis temáticos, eles precisam recorrer ao conhecimento do mundo, ou seja, à cultura na qual estão inseridos. Assim, segundo o autor, a teoria dos papéis temáticos só teria a ganhar se levasse em conta o contexto mais amplo e não apenas um recorte supostamente bem definido e dado *a priori*.

O artigo *Motivações para mudança de gênero gramatical na passagem do latim ao português*, de Luiz Queriquelli, analisa a dificuldade de separar o conceito gramatical de gênero do conceito social e cultural de gênero. A principal contribuição do artigo é examinar a relação entre gênero gramatical e gênero social em um campo lexical que tem sido menos estudado na literatura sobre o assunto. Trata-se dos substantivos designadores de objetos (pedras, plantas, frutas, metais). Tradicionalmente, entende-se que o gênero gramatical desse tipo de substantivo foi definido de forma arbitrária, na passagem do latim para o português. O autor tenta mostrar que essa visão simplifica os fatos, pois o exame de um conjunto de vocábulos mostra que estereótipos sociais podem ter contribuído para a atribuição do gênero gramatical nesse tipo de palavras. Por exemplo, as mudanças de *amethystum* > *ametista*; *sapphirum* > *safira*; *fagum* > *faia*, entre outras, parecem ter sido motivadas por fatores culturais, como a vinculação do feminino a coisas belas e suaves.

O quarto e o quinto artigos mostram como fatores culturais e sociais podem afetar o modo pelo qual as línguas são percebidas. O artigo intitulado *Pomerano: dialeto ou língua?*, de Guilherme Mader e Nicoli Knuth da Rosa, mostra que o pomerano, uma língua praticamente extinta na Europa, se mantém viva no Brasil. Os autores demonstram que

o pomerano é uma língua diferente do alemão, de modo que falantes dessas duas línguas não se compreendem mutuamente. No entanto, apesar disso, o estatuto de língua foi consistentemente negado ao pomerano, por fatores de ordem social e cultural. Como se tratava de uma língua tradicionalmente ágrafa, falada por uma população de agricultores mais pobres, o pomerano, tanto na sua região de origem quanto no Brasil, era descrito não como uma língua, mas como um dialeto. Ou seja, a percepção cultural discriminatória contra os falantes dessa língua termina afetando como ela é percebida na comunidade, inclusive pelos próprios falantes do pomerano.

O quinto artigo, intitulado *O filme a chegada e a permanência da visão romântica da linguagem*, de Heronides Moura e Alicia Sennes Pinto, é uma análise da teoria linguística esboçada no filme *A chegada*, do diretor Denis Villeneuve. Trata-se de um caso raro de produção hollywoodiana que se utiliza da teoria linguística para a construção do roteiro. Os autores do artigo mostram que a teoria linguística utilizada no filme reflete valores culturais bem definidos, entre eles a valorização do primitivo em relação ao civilizado. Ou seja, a própria teoria linguística não deixa de assumir um valor cultural, e é exatamente esse ponto de interseção entre língua e cultura que é explorado pelo filme. A teoria linguística que baseia o roteiro serve de arcabouço para que se imagine como uma língua alienígena poderia alterar a nossa percepção do mundo. Heronides Moura e Alicia Sennes Pinto tentam mostrar que o cenário imaginado no filme (no qual uma língua teria o poder de influir no modo como vemos a realidade) vai além da Hipótese de Sapir-Whorf, tendo suas raízes no Romantismo.

O sexto artigo, intitulado *Ambiguidade ideológica em Fernando Pessoa*, de autoria de Gabriela Graudenz, mostra a fina interação entre elementos linguísticos, culturais e ideológicos no pensamento político do poeta português Fernando Pessoa. A hipótese do artigo é que o poeta explora ao máximo a ambiguidade inerente ao vocabulário político. Ao oferecer diferentes delimitações do conceito de *democracia*, por exemplo, Fernando Pessoa é capaz de circular entre diferentes ideologias (conservadorismo, fascismo, nacionalismo e liberalismo) sem se fixar claramente em nenhuma delas. Ele converte a ambiguidade inerente às línguas humanas em uma ambiguidade ideológica irredutível.

No sétimo artigo, intitulado *Espelho, gato, sol e outros conceitos: uma comparação entre metáforas e símbolos*, Alice Dionizio e Mileni Gertrudes Neis tentam estabelecer os limites conceituais de metáfora e de símbolo. Não se trata de uma tarefa fácil, pois valores culturais afetam esses dois tipos de significação. No entanto, as autoras propõem que o principal traço que separa a metáfora do símbolo é que a metáfora estabelece uma corre-

lação entre dois conceitos, ao passo que o símbolo explora a conotação de um único conceito. Isso não impede que metáforas e símbolos resultem, em alguns casos, em processos de significação muito próximos. As autoras ilustram essa proximidade com exemplos de metáforas e símbolos com a palavra *fogo*, por exemplo, que às vezes têm significados muito parecidos.

O oitavo e último artigo, intitulado *Hijos de la memoria: metáforas de la sobrevivencia en las voces de las madres de Soacha*, de Yuri Marlen Valencia Ordoñez, estuda as metáforas utilizadas pelas mães de filhos assassinados de forma brutal pelo Exército da Colômbia, em episódio que ficou conhecido como o caso dos *falsos positivos*, ou seja, jovens de comunidades vulneráveis que foram mortos de forma criminosa, mas que eram apresentados pelo Exército e pelo governo colombiano como *baixas em combate*. As metáforas utilizadas pelas mães visam a reconstrução da memória desses episódios traumáticos e a dignificação das imagens dos filhos brutalmente assassinados. Trata-se, assim, de uma situação extrema, na qual a linguagem se torna uma forma de sobrevivência, visando a reconstrução do corpo social fraturado. Além disso, as metáforas utilizadas refletem também uma oposição aguda entre as vítimas e os perpetradores do crime, marcando a discriminação social dos jovens assassinados.

REPENSANDO O ARCAÍSMO: VOCÁBULOS DE *OS LUSÍADAS* AINDA PRESENTES EM UMA VARIEDADE REGIONAL DO MARANHÃO

RETHINKING ARCHAISM: WORDS FROM *OS LUSÍADAS*
STILL USED IN A REGIONAL VARIETY OF MARANHÃO (BRAZIL)

Heronides Moura | [Lattes](#) | heronides@uol.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Monisse Silva | [Lattes](#) | monisse.dc@aluno.ifsc.edu.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar que palavras presentes no poema épico português *Os Lusíadas* (1572) ainda são usadas em uma variedade rural do interior do Maranhão. Para melhor explicar a sobrevivência dessas palavras ao longo de mais de quatro séculos, revisamos o conceito de arcaísmo, que não pode ser considerado como típico apenas de populações iletradas. Ao invés disso, ele deve ser avaliado como uma característica da variação linguística. Essa definição revisada de arcaísmo será útil como forma de evitar a discriminação linguística contra variedades regionais.

Palavras-chave. Arcaísmos; *Os Lusíadas*; Variedades regionais; Maranhão.

Abstract: This paper aims to show that words from the Portuguese epic poem *Os Lusíadas* (*The Lusiads*) (1572) are still used in a Brazilian regional variety from Maranhão's hinterland. To better explain the survival of those words over more than four centuries, we reassessed the concept of archaism, which should not be considered as prevalent only in illiterate populations. Instead, it has to be assessed as characteristic of linguistic variation. This revised definition of archaism would be useful to avoid linguistic discrimination against regional varieties.

Keywords: Archaisms; *The Lusiads*; Regional varieties; Maranhão.

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo mostrar a presença, ainda hoje, de arcaísmos linguísticos em uma variedade rural do Maranhão. Dados orais coletados para esta pesquisa

apresentam seis palavras (*malino, acudir, alevantar, amostrar, pranta e alumiar*) que estão presentes, também, no poema épico *Os Lusíadas*, publicado em 1572. Essa mostra de dados orais, embora reduzida, comprova a notável permanência de palavras arcaicas no português popular brasileiro.

Ao destacar o uso desses termos, nos dias atuais, em uma variedade rural do nordeste brasileiro, podemos constatar que, apesar das transformações ao longo dos séculos, algumas palavras arcaicas ainda permanecem na linguagem falada, fazendo-nos reavaliar, nesse contexto, o próprio conceito de arcaísmo.

A escolha do livro de Camões como registro dos vocábulos arcaicos foi motivada pela sua representatividade como padrão ideal da língua portuguesa. De fato, frequentemente nos deparamos com a noção de que falar de maneira considerada errada é um desrespeito à *língua de Camões*. A permanência de palavras do tempo do autor português em uma variedade popular falada no interior do nordeste mostra que os conceitos de certo e de errado, na linguagem, são bastante relativos, pois o que era certo no tempo de Camões, agora está associado a um falar popular discriminado.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na seção seguinte, apresentamos as definições de arcaísmo encontradas na literatura e mostramos as inconsistências dessas definições.

Uma das incongruências apontadas refere-se ao arcaísmo ser definido como uma palavra antiga, que não é mais usada; por outro lado, arcaísmo também é definido como uma palavra arcaica, que ainda sobrevive em alguns dialetos.

Na seção 3, propomos reexaminar esse conceito de arcaísmo a fim de eliminar tais incongruências, assim como evitar a tendência que há na literatura de associá-lo a falantes iletrados de regiões isoladas. Comumente, o arcaísmo é definido como um erro presente em variedades regionais. Propomos que arcaísmo deve ser analisado como um fenômeno corriqueiro das línguas humanas, que ocorre tanto na norma culta quanto nas variedades populares. Essa persistência de formas antigas não pode ser considerada um erro.

Na seção 4, apresentamos e analisamos os dados coletados e, por fim, fazemos as considerações finais.

2 Arcaísmos

Encontrar uma definição precisa arcaísmo não é uma tarefa fácil, pois nos deparamos imediatamente com a questão: como um termo pode ser considerado arcaico se ele é antigo, mas ainda está em uso? E, se ainda é utilizado, como pode ser rotulado como es-

tando em desuso? O *corpus* deste artigo mostra que palavras de muitos séculos atrás ainda são usadas com sentidos similares hoje em dia, o que coloca em xeque definições mais tradicionais de arcaísmo, tal como a encontrada em Coutinho (1938, p. 75): “Arcaísmos são palavras, formas ou expressões que, por velhas, deixaram de ser usadas”.

No entanto, o mencionado autor também observa que muitos arcaísmos sofrem o que ele chama de ressurreição: “opera-se esta ressurreição por meio do povo que frequentemente conserva na memória vozes ou torneios¹, banidos da linguagem acadêmica” (Coutinho, 1938, p. 96).

A ideia de ressurreição é uma forma de acomodar o conceito tradicional de arcaísmo com a permanência de termos arcaicos em variedades populares. Arcaísmo, na definição tradicional, é um item lexical já não usado e, se ele se mostra presente na atualidade, é porque ressuscitou. Obviamente, tal conceito de ressurreição não explica o que de fato ocorre nesses casos. Uma palavra não pode desaparecer do repertório de uma população e depois ressurgir misteriosamente. Na seção 3, a seguir, tentaremos dar uma explicação mais satisfatória para a permanência de vocábulos arcaicos, repensando, assim, o próprio conceito de arcaísmo.

Antes de formular essa explicação, é importante ressaltar que a presença de palavras do português arcaico em variedades regionais e populares do português brasileiro já havia sido notada por vários autores. O próprio Coutinho (1938, p. 97) fornece uma lista dessas palavras que ele considera arcaísmos ainda em uso (na época em que redigiu o seu livro), tais como *acoimar*, *agrura*, *delonga*, *doesto*, *embair*, *enfarado*, *esquivar*, *louçania*, *finado*, *incrêu*, *sanhudo*, entre outras.

Um dos pioneiros no estudo de variedades regionais, no caso, o dialeto caipira, Amadeu Amaral (1976) já observava que textos do português arcaico ainda guardam semelhança com os falares populares: “Lendo-se certos documentos vernáculos dos fins do século XV e de princípios e meados do século XVI, fica-se impressionado pelo ar de semelhança da respectiva linguagem com a dos nossos roceiros e com a linguagem tradicional dos paulistas de “boa família”, que não é senão o mesmo dialeto um pouco mais polido” (Amaral, 1976, p. 76).

Amadeu divide os arcaísmos nas categorias de (i): *arcaísmos de forma*, tais como:

Cresçudo, *premêro*, *dereito*, *repuná(r)*, *eigreja*, *reposta*, *ermão*, *saluço*.

¹ Os termos *vozes* e *torneios* são, eles próprios, arcaísmos. *Voz* tinha o sentido de palavra e *torneio* tinha o sentido de estrutura sintática.

A segunda categoria é a de (ii) *arcaísmos de sentido*, exemplificados na lista a seguir (na coluna à esquerda, estão listadas as palavras arcaicas; na coluna à direita, aparecem os significados populares e regionais):

dona	senhora
função	baile, folguedo
praça	povoado
reiná(r)	fazer travessuras
salvar	saudar

É interessante observar que Amaral (1976) é muito mais preciso na categorização dos arcaísmos. Para ele, arcaísmos são aqueles vocábulos marcadamente populares (ou usados por pessoas de “boa família”, apenas um pouco mais “polidas”...), e que foram rejeitados pela comunidade dos falantes do português “correto”. Assim, o que era padrão no século XV passou a ser não-padrão no século XX.

Já no trabalho de Coutinho (1938), não fica muito claro como se pode definir arcaísmo, pois esse autor cita tanto palavras de uso popular, como *sanhudo*, quanto palavras de uso padrão, como *finado* e *esquivar*.

A definição de arcaísmo de Coutinho (1938) fica ainda mais confusa, ao considerarmos que a diacronia age sobre *todas* as palavras, de modo que todos os vocábulos antigos se transformam, tanto na forma quanto no significado:

Arcaísmos são palavras, formas ou expressões antigas, que deixaram de ser usadas”. Também este autor se refere à lentidão das mudanças, que podem ser de forma ou de sentido. Coutinho mostra que, às vezes, alguns vocábulos se arcaízam em determinada forma, mas as derivadas continuam apresentando a raiz arcaica; em outros casos, a palavra pode se conservar na forma, sofrendo alteração na significação (Suassuna, 1999, p. 65).

João Penha (1971) é outro autor que ressalta a permanência de vocábulos arcaicos nas variedades populares, especialmente nas variedades rurais. Esse autor cita exemplos como *sobrosso* (temor, incômodo), *camarinha* (quarto de dormir), *celamin* (medida de alqueire), *ardidez* (coragem, ousadia) e *maninha* (estéril, infecunda) (Penha, 1971).

Head (2005) apresenta uma ampla lista de arcaísmos usados no português brasileiro. Ele se baseia em dicionários dos primeiros lexicógrafos portugueses, dos sécs. XVI e XVII, para observar o registro de palavras arcaicas, que ainda estão vivas nos falares brasileiros.

Mattos e Silva (2009) observam a permanência de arcaísmos nos falares baianos, como é o caso da palavra *sarolha*, que significa terra úmida e, também, farofa úmida e tipos de beiju. Essa palavra (na grafia *çorolha*), com o sentido de terra úmida, é encontrada no *Livro de Montaria de D. João I*, cujo texto original é do séc. XIV: “[...] E pois que o começamos a ensinar, sabede, que a terra do barro, ou lama que seia *çorolha*, que nom seia solta estas terras fazem parecer os rastros grandes” (Pereira, 2009, p. 150) (grifo nosso).

Bybee (2020) também destaca que palavras como “*luita, fruita e oitubro* estão hoje relegadas a variedades rurais e a falantes pouco letrados, mas eram as formas literárias no período medieval” (Bybee, 2020, p. 356).

Nesse ponto, é importante ressaltar que se deve evitar a falsa ideia de que o português brasileiro deriva exclusivamente do português europeu do século XVI, na época do início da colonização do território, como explica Brian Head (2005, p.156):

Não se deve, porém, pensar que o PB contemporâneo só inclui propriedades do PE do século XVI! No léxico do PB, há numerosos vocábulos de origem ameríndia e africana que muito contribuem para tornar o léxico do PB diferente do léxico do PE. (Head, 2005, p. 156)

Assim sendo, embora todos os exemplos que analisaremos na seção 4 correspondam a termos do português arcaico que continuam sendo falados em regiões com pouco acesso à educação, não é correto generalizar a ideia de que o português brasileiro é apenas uma extensão do português europeu, sendo importante considerar as contribuições do ameríndio e do africano ao analisar as peculiaridades e as características do português brasileiro contemporâneo (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009).

À medida que os membros de um grupo humano, que inicialmente compartilham a mesma língua, se deslocam para uma região distante, as gerações seguintes introduzem, ao longo do tempo, mudanças inconscientes na sua língua de origem, resultando na criação de sistemas linguísticos bastante distintos (Moura; Cambrussi, 2018). Essa dinâmica natural também se reflete na evolução da língua portuguesa ao longo dos séculos, com diversas transformações ocorrendo no percurso do tempo.

3 Repensando Arcaísmo

Há uma considerável imprecisão na definição de arcaísmo. Por um lado, arcaísmo é definido como uma palavra antiga que não é mais usada; por outro, arcaísmo é uma palavra antiga que ainda sobrevive em alguns dialetos.

Além dessa contradição, há outra incongruência na definição. O arcaísmo sobre-

vivente (ou seja, um vocábulo antigo ainda em uso) é considerado típico de variedades populares e rurais, como é o caso da palavra *sarolha*, que é muito antiga e que ainda sobrevive em dialetos rurais baianos. Por outro lado, há definições de arcaísmos (Coutinho, 1938) que abrangem também palavras de uso corrente, como seria o caso do vocábulo *finado*.

Essas duas incongruências na definição de arcaísmo causam uma considerável dificuldade no trabalho do lexicógrafo. Tomemos como exemplo o *Dicionário Houaiss* (Houaiss; Villar, 2001).

Esse dicionário não apresenta um verbete para a palavra *sarolha*, no sentido de terra úmida, mas contém um verbete para *sarolho*, com o significado de “espécie de beiju” (Houaiss; Villar, 2001, p. 2523). Como vimos anteriormente, esse era um dos sentidos da palavra, definida como arcaísmo em Mattos e Silva (2019). Só que o dicionário não a classifica como arcaísmo e sim como regionalismo de Sergipe. Portanto, uma palavra de origem muito antiga, como *sarolha/o*, pode ser definida, lexicograficamente, não como arcaísmo e sim como regionalismo.

Penha (1971) cita a palavra *sobrosso* como exemplo de arcaísmo ainda usado em variedades populares. O *Dicionário Houaiss* registra o verbete *sobrosso*, com a seguinte definição: “sensação de ameaça, inquietude; temor, medo, receio” (Houaiss; Villar, 2001, p. 2594). O verbete contém a abreviatura *ant.* (antigo), indicando que os lexicógrafos do *Dicionário Houaiss* consideraram essa palavra um arcaísmo. No entanto, o próprio verbete contém a informação de que se trata de “uso sobrevivente na linguagem informal do Nordeste do Brasil” (Houaiss; Villar, 2001, p. 2594). Como podemos observar, no interior do próprio verbete, há uma incongruência entre a marcação da palavra como arcaísmo e a observação de que ela ainda é usada em variedades informais e populares do Nordeste.

Por conseguinte, não há um critério claro que leve o *Dicionário Houaiss* a marcar a palavra *sarolho* como regionalismo e a palavra *sobrosso* como arcaísmo.

A antiguidade da palavra não parece ser um critério suficiente para a definição do vocábulo como arcaísmo. Por exemplo, o verbete da palavra *finado* informa que o primeiro registro do vocábulo é do séc. XIII, mas tal palavra não é marcada como arcaísmo, apesar de sua evidente antiguidade (Houaiss; Villar, 2001, p. 1346).

O verbete para *sobrosso* informa que o primeiro registro dessa palavra data do séc. XVII, bem posterior, portanto, à palavra *finado*, mas, ao contrário desta última, a palavra *sobrosso* é considerada arcaica. É verdade que o *Dicionário Houaiss* marca o arcaísmo da acepção da palavra e não propriamente da sua ocorrência.

No entanto, mesmo se consideramos apenas a acepção (o sentido) de uma palavra, o dicionário não é consistente, pois o verbete do vocábulo *enfarado* informa que essa palavra data do séc. XVI, com a mesma acepção que tem até hoje (entediado, enfastiado), e, apesar disso, a palavra não é marcada como arcaísmo (Houaiss; Villar, 2001, p. 1143).

A antiguidade da acepção também não é registrada em palavras como *alto-mar*, por exemplo. Como observa Bybee (2020), algumas palavras e expressões formulaicas guardam significados muito antigos “em remotos cantos empoeirados da língua” (Bybee, 2020, p. 355). Por exemplo, o substantivo *alto-mar* deriva seu sentido do adjetivo *alto*, na acepção de *profundo*, o qual corresponde a um significado muito antigo, que vem desde o latim. No entanto, o *Dicionário Houaiss* não marca a palavra *alto-mar* como arcaísmo (Houaiss; Villar, 2001, p. 170).

O problema de fundo é que a definição de arcaísmo é mesmo incongruente, significando às vezes palavras mortas, não usadas mais, e, outras vezes, palavras ainda usadas, mas só em alguns registros, especialmente nas variedades rurais.

Assim, a definição de arcaísmo parece indicar uma classificação sociolinguística das palavras. O que importa não é tanto nem a antiguidade da palavra (*finado* é uma palavra muito antiga e não é tratada como arcaísmo) nem a antiguidade da acepção (*alto* em *alto-mar* tem uma acepção arcaica), mas se a sobrevivência de uma palavra ou de uma acepção antiga se dá em contextos de variedades populares, especialmente as rurais.

Ou seja, arcaísmo parece ser entendido como uma palavra antiga que sobreviveu nos estratos iletrados da população e como tal deve ser marcada. Não se trata de um critério objetivo de datação da palavra, mas de dar a ela uma marcação talvez depreciativa de uso social restrito às classes iletradas. Dessa forma, palavras correntes (embora muito antigas) como *alto-mar*, *finado*, *coitado* e *enfarado* não seriam arcaísmos, pois são usadas pelas classes letradas. Já palavras como *fruta*, *alevantar*, *malino* e *sobrosso* são arcaísmos, pois são faladas apenas pelas classes iletradas.

A ironia da situação é que tais arcaísmos das classes letradas representavam a forma literária, no português arcaico. O que era valorizado passou a ser desvalorizado.

Passamos agora a uma tentativa de explicar essas sobrevivências de vocábulos antigos de uma maneira que elimine a associação enviesada entre arcaísmo e variedades faladas por grupos iletrados.

O conceito que nos servirá de base é o de *retenção de significado* (Bybee, 2016, p. 270). Essa autora aplicou esse conceito mais diretamente na análise diacrônica de construções gramaticais, mas ele também é útil na análise diacrônica de vocábulos, pois é

sabido que a evolução de construções e de itens lexicais compartilham traços comuns (Croft, 2022).

A *retenção de significado* se refere à manutenção de significados mais específicos e mais antigos, mesmo depois que uma construção gramatical passou a adquirir significados mais amplos (Bybee, 2016, p. 270). Um exemplo é o futuro marcado por *will*, na língua inglesa. Originalmente, o termo *will* vem de um verbo com o significado de *querer*. Esse significado original, por meio de uma cadeia inferencial que associa desejo, intenção e previsão, se converteu finalmente na marcação de futuro na língua inglesa, em um processo gradativo de gramaticalização.

No entanto, o significado original ainda permanece em alguns usos, apontando, assim, para o processo de retenção de significado. É o que acontece na frase (1) a seguir, na qual o auxiliar *will* indica também desejo e volição, e não apenas futuro:

- (1) She does not want to communicate. It's not that she can't, but she *will* not answer you. I tried...
'Ela não quer se comunicar. Não é que ela não possa, mas ela não lhe responderá. Eu tentei...' (Bybee, 2016, p. 273).

Da mesma forma, vocábulos podem manter o significado original e mais antigo em certos usos específicos. É o que ocorre, no português, na locução *de cor*, na qual a palavra *cor* é um resquício de um significado antigo ("coração"), que ainda subsiste, em extensão metafórica, na expressão *de cor* (Bybee, 2020, p. 355). Um outro exemplo de retenção de significado ocorre na palavra *coitado*, que deriva de *coita* (dor, aflição), que é uma palavra bastante antiga. O *Dicionário Houaiss* registra o substantivo *coita* como um arcaísmo do séc. XIII (Houaiss; Villar, 2001, p. 756).

Propomos, assim, que o arcaísmo seja redefinido como um processo de retenção de significado ou de forma, de modo a abranger todos os usos atuais que reverberem usos muito mais antigos das palavras. Tal processo de retenção de significado ou de forma vale tanto para palavras de uso aceito na norma culta (como *de cor*, *coitado*, *enfarado*, *alto-mar*) quanto para palavras usadas em variedades populares (como *fruta*, *alumiar*, *sobrosso*, *malino*).

É importante, também, compreender que a retenção de significado (ou de forma) só ocorre quando um uso antigo ainda sobrevive em algum contexto atual. Se a palavra ou a forma desapareceu completamente, não faz sentido falar de retenção de significado. Trata-se, nesse caso, não de arcaísmo, mas de uma palavra que se perdeu no tempo.

As palavras coletadas em nosso *corpus* (seção a seguir) correspondem a casos de retenção de significado ou de forma em uma variedade popular do português, mas isto não quer dizer que essa retenção (ou arcaísmo) seja um processo típico apenas das variedades populares. Trata-se de um processo mais geral das línguas humanas e que não pode ser associado a um mero erro.

4. Apresentação e análise dos dados

A metodologia adotada foi a seguinte: em primeiro lugar, foram identificadas palavras em *Os Lusíadas* que potencialmente poderiam ocorrer nas entrevistas a serem realizadas. A edição consultada foi Camões (1992), do Instituto Camões. Foram listadas 10 palavras (*aleventar, malino, donde, acudir, amostrar, inda, pranta, alumiar, cum*). Dessas, 6 palavras (*malino, acudir, alevantar, amostrar, pranta e alumiar*) foram identificadas no *corpus* oral coletado. A coleta de dados para este estudo envolveu sete entrevistas individuais com dois participantes, ambos falantes de dialeto rural do Maranhão e com baixa escolaridade. Os entrevistados serão identificados como MR e JS, a fim de preservar suas identidades. MR é homem, 55 anos, não alfabetizado. JS é mulher, 45 anos, com ensino fundamental completo.

Cada entrevista teve uma duração de 10 a 15 minutos, durante as quais os participantes foram convidados a gravar um áudio compartilhando suas histórias de vida ou alguma lembrança pessoal. Esse método permitiu uma interação mais natural dos participantes.

Para comparar as palavras e as expressões presentes em *Os Lusíadas*, de Camões, com aquelas utilizadas pelos participantes, inicialmente as palavras foram identificadas no poema épico, como já dissemos. Em seguida, durante as entrevistas, esses termos foram citados naturalmente, sem direcionamento específico, o que mostra que são palavras usuais na variedade rural do Maranhão falada pelos entrevistados. Há termos que aparecem em apenas uma das entrevistas.

A presença desses arcaísmos em uma variedade regional do Maranhão nos permite compreender como essas palavras se desenvolveram ao longo do tempo e como suas formas e seus significados foram influenciados por fatores históricos, sociais e culturais.

Os arcaísmos encontrados nas entrevistas estão listados a seguir. Citamos também os versos de *Os Lusíadas* (doravante, OL) nos quais tais termos ocorrem.

1. *Malino*

Significado: malvado, mal comportado.

Contexto do termo no poema: “E tome exemplo o mundo vil, *malino*” (Canto IX, estrofe 42. OL, p.397)

MR: “Eu era tão *malino*, tão *malino*, que lá no interior, lá na roça onde a gente foi criado, os vizinhos chamava eu era o capeta dos vaquinção²”

JS: “...desde pequenininho sempre foi um menino muito *malino*.”

2. *Acudir*

Significado: socorrer, ajudar, interceder

Contexto do termo no poema: “Rompe toda a tardança, *acude* cedo” (Canto III, estrofe 105. OL, p.125)

MR: “Uma vez a mulher batendo no menino, lá na minha menina e ela dizia me *acude* papai, me *acude* papai, me *acude*...”

JS: “...foi lá com a lanterna alumiô na chaminé e aí chamou meu marido, *acude* aqui, vem ver vem ver vem ver onde tá essa chupeta...”

3. *Alevantar*

Significado: levantar, erguer

Contexto do termo no poema: “Nós outros, sem a vista *alevantarmos*” (Canto IV, estrofe 93. OL, p.190)

MR: “Aí tinha um mourão pra *alevantar*, e eu tinha que terminar o serviço aí eu peguei peguei ele pra *alevantar* e não dei conta, aí ela veio...”

JS: “eles *alevantava* essas banda de pau caçando essa chupeta e não achava...”

4. *Amostrar*

Significado: mostrar, exhibir.

² Vaquinção era o nome do pai de MR.

Contexto do termo no poema: “Vos *amostra* a vitória já passada” (Canto I, estrofe 7. OL, p.3)

MR: “aí chegou um menino lá, aí eu *amostrei* pra ele lá o que a gente tinha que fazer, e ele foi lá e fez.”

JR: “aí quando ele chegou com essa chupeta de lá aí *amostra* a chupeta e fala..

5. Pranta

Significado: planta, plantação, roça.

Contexto do termo no poema: “Nas ilhas de Maldiva, nasce a *pranta*” (Canto X, estrofe 136. OL, p. 477)

JS: “onde nós morava tinha muita *pranta*, prantação. Assim, era roça, né, então tinha um prantio de milho detrás da casa”

6. Alumiar

Significado: iluminar

Contexto do termo no poema: “A noite negra e feia se *alumia*”. (Canto VI, estrofe 76. OL, p. 277).

JS: “...foi lá com a lanterna *alumiô* na chaminé e aí chamou meu marido, acude aqui, vem ver vem ver vem ver onde tá essa chupeta...”

É interessante observar que todas essas palavras de nosso *corpus* constam também em um dos primeiros dicionários do português, a obra *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum: cum adagiorum*, de Jerônimo Cardoso, cuja edição original é de 1570.

O registro das palavras de nosso *corpus* oral tanto em um poema épico (*Os Lusíadas*) quanto em uma obra lexicográfica, ambas do séc. XVI, mostra que eram palavras correntes na época e, de forma notável, são usadas até hoje no dialeto dos entrevistados em nossa pesquisa.

Outro ponto importante a observar é que esses arcaísmos são associados a variedades populares, porque apresentam propriedades fonéticas costumeiramente ligadas aos

falantes iletrados. A prótese da vogal [a] é o que caracteriza as palavras *alevantar*, *amostrar* e *alumiar* (HEAD, 2005), e a alternância das consoantes líquidas ([l] por [r]) é o que caracteriza o vocábulo *pranta*. Essas propriedades fonéticas são estigmatizadas e, como tal, reforçam a ideia de que os arcaísmos são frutos da fala popular e iletrada.

Como vimos, isso implica ocultar o fato de que muitos arcaísmos existem também no português padrão, como é o caso do substantivo *alto-mar* e da locução *de cor*.

5. Considerações finais

Essa pesquisa permitiu mostrar que palavras correntes em Portugal no séc. XVI ainda sobrevivem em uma variedade rural do Maranhão, no Nordeste brasileiro. Apesar da pequena dimensão da amostra, é possível vislumbrar a riqueza do vocabulário dos entrevistados, o que mostra a persistência de alguns traços arcaicos nos falares populares (Penha, 1971).

No entanto, isso não quer dizer que os dialetos rurais ficaram parados no tempo, sendo apenas um reflexo do português falado em Portugal na época da colonização. Como observa Head (2005, p. 147), o português brasileiro se compõe de uma mescla intrigante de inovação e de permanência.

Uma conclusão relevante de nossa pesquisa é que é preciso rever o conceito de arcaísmo, despojando-o de suas inconsistências e, também, de uma associação indevida entre arcaísmo e erro. O conceito de retenção de significado (Bybee, 2016) pode ser útil na compreensão do arcaísmo como um fenômeno natural das línguas humanas e não como um erro.

Outra consideração final a ser feita é que a associação de propriedades fonéticas à fala popular (como a prótese da vogal /a/) escamoteia o fato de que essa propriedade, em primeiro lugar, é muito antiga no português e, segundo, talvez tenha uma função gramatical, não se tratando da inserção aleatória de uma vogal.

Referências

AMARAL, A. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha e Sebastião Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

BYBEE, J. *Mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. Petrópolis: Vozes, 2020.

CAMÕES, L. *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto Camões, 1992.

CARDOSO, J. *Dictionarivm ex Lvsitanico in Latinvm sermonem*. Lisboa: Tipografia Syqueira, 1592. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/86007/?offset=#page=5&viewer=picture&o=info&n=0&q=>. Acesso em: 23 fevereiro 2024.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <https://archive.org/details/pontos-de-grama-tica-histo-rica-ismael-de-lima-coutinho/mode/2up>. Acesso em: 19 fevereiro 2024.

CROFT, W. On two mathematical representations for “semantic maps”. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, vol. 41, no. 1, 2022, pp. 67-87. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/zfs-2021-2040>. Acesso em: 22 fev. 2024.

HEAD, B. Características de variedades populares e rurais do português brasileiro contemporâneo que correspondem à documentação dos primeiros dicionários portugueses. In: Rio Torto, G.; Figueiredo, O.; Silva, F. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2005. v. 1, p. 147-159.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (Org.) *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador, EDUFBA, 2009.

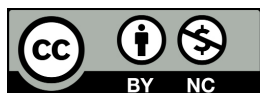
MATTOS E SILVA, R. V. O conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo pancrônico. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA, SOUSA, H.; SOLEDADE, J. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 11-20.

MOURA, H.; CAMBRUSSI, M. *Uma breve história da linguística*. Petrópolis: Vozes, 2018.

PENHA, J. A. P. *Traços arcaicos do português popular brasileiro*. São Paulo: Editora Iguatemi, 1971.

PEREIRA, F. *Livro da Montaria, feito por de D. João I, Rei de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918. Disponível em: <https://ia601305.us.archive.org/4/items/livrodamontariaf00johnuoft/livrodamontariaf00johnuoft.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SUASSUNA, Livia. Arcaísmos em Guimarães Rosa. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 3, p. 65-88, ago. 1999.



A TEORIA DOS PAPÉIS TEMÁTICOS: REFERÊNCIA E CONCEPÇÃO DE MUNDO

THE THEORY OF THEMATIC ROLES: REFERENCE AND WORLD VIEW

Lorenzo Vitral | [Lattes](#) | lorenzovital@gmail.com

UFMG

Resumo: Trata-se de uma discussão de natureza epistemológica acerca da natureza da teoria dos papéis temáticos tal qual foi desenvolvida a partir do modelo GB (Chomsky 1981). Constatando que (1) as análises, por meio da noção de papel temático, exibem divergências ou mesmo lacunas, quando comparadas ao que foi proposto por muitos dos autores que trabalham com essa noção; e que (2) a classificação de alguns papéis temáticos apresenta problemas difíceis de serem sanados, perguntamo-nos a que se devem as dificuldades de construir, de forma eficiente, um instrumento teórico descritivo com base na noção de papel temático. Nossa resposta situa essas dificuldades no fato de que a concepção dos papéis temáticos pressupõe uma visão do significado ou da referência de natureza realista, ou seja, o papel temático a ser atribuído a um sintagma deve corresponder ao que se supõe que, de fato, tenha ocorrido no mundo. Na nossa concepção, devemos decidir que papel temático atribuir a um sintagma levando em conta a maneira como concebemos cognitivamente o que ocorreu no mundo.

Palavras-chave: Papéis temáticos; Teoria da referência; Intensão e extensão; Intencionalidade.

Abstract: This paper deals with the nature of thematic roles theory, which was developed from the GB model (Chomsky 1981). Observing that: (1) the analysis based on thematic roles show discrepancies or gaps when compared; (2) the classification of some thematic roles presents difficult problems to be solved, we questioned why building an efficient descriptive theoretical instrument based on the concept of thematic roles is so difficult. Our answer to these difficulties lies on the fact that the lists of thematic roles presuppose a “realistic” vision of meaning, i.e., as a correspondence with the world. In our conception, we must assign the correct thematic role to an argument taking into account the manner as we cognitively conceive the facts occurring in the world.

Keywords: Thematic roles; Reference theory; Intension and extension; Intentionality.

1. Introdução

Este artigo desenvolve reflexão de natureza epistemológica sobre a teoria dos papéis temáticos tal qual proposta a partir de Gruber (1965) e Chomsky (1981), interrogando-nos a respeito de sua inserção em relação ao tema tradicional da dicotomia realismo/não realismo e das consequências teóricas e empíricas dessa inserção no que concerne à descrição das línguas por meio desse instrumento teórico.

Nossa motivação para este texto parte, como será mostrado, da constatação de certas dificuldades de padronização das listas dos papéis temáticos possíveis, isto é, observa-se certa variação nas listas de papéis temáticos de muitos dos autores que trabalham com essa teoria, e de identificação efetiva do papel temático em determinadas construções.

Encaminhamos um “diagnóstico” desses problemas tomando, como ponto de partida, a dicotomia entre a visão realista e a visão não realista (que pode assumir mais de uma versão: idealista, conceptualista ou instrumentalista (Chalmers, 1990)) acerca da natureza da própria noção de referência e, consequentemente, da natureza da referência dos construtos teóricos. Na visão realista clássica, supõe-se haver correspondência entre entidades tornadas discretas no interior da linguagem e entidades discretas do mundo, o que, no nosso modo de pensar, é a visão que se encontra subjacente à teoria temática, sendo fonte dos problemas que levantamos.

Um brevíssimo histórico da discussão sobre a noção de significação e sobre a dicotomia realismo/não realismo é apresentado na seção 2 com base nas contribuições de autores do Círculo de Viena, como Schlick (2009) [1918]) e Carnap (1936), e nas de alguns autores contemporâneos, como Quine (1980 [1951]) e van Fraassen (2007 [1980]).

Na seção 3, retomamos a motivação original da teoria temática a fim de, na seção 4, apontar e discutir certas dificuldades de aplicação da noção de papel temático. Não faremos um cotejo exaustivo de listas de papéis temáticos para extrair os problemas que apontamos; contentaremos-nos em pinçar análises pontuais de alguns autores, isto é, Saeed (2009), Ouhalla (1994), Raposo (1992), Foley e Van Valin (1984) e Radford (1988), o que será suficiente diante dos nossos objetivos. Essa discussão leva-nos, na seção 5, a propor, de forma compatível com Chomsky (2000), que a descrição do significado dos enunciados, de maneira a definir os papéis temáticos envolvidos, depende do exame da contribuição de outros módulos mentais associados à competência pragmática, ao conjunto de crenças e ao conhecimento de mundo, ou seja, os módulos que tomam parte do sistema conceptual/intencional nos termos de Chomsky (2005), afastando-nos, assim,

da concepção realista que é subjacente à teoria temática como normalmente compreendida. Nossas conclusões, que aparecem na seção 6, incluem o esclarecimento de que não visamos aqui ao desenvolvimento de uma proposta renovada, de forma completa, da teoria dos papéis temáticos, mas tão somente trazer algumas questões que podem, eventualmente, levar-nos a construir uma teoria com tal alcance teórico e empírico.

2. Sobre a noção de significação

Devido à amplitude do assunto, não há como recuperar, nem mesmo citar todas nem grande parte das contribuições essenciais sobre o tema do realismo/não realismo neste curto espaço, tendo em vista, igualmente, os nossos objetivos.

Partindo da contribuição de autores do Círculo de Viena, que, como se sabe, fornecem os fundamentos para a discussão em filosofia da ciência a partir do século passado, destaca-se a proposta de Schlick (2009 [1918]) que assume a perspectiva realista clássica ao conceber a relação entre conceitos e objetos como uma relação entre signos e o que eles designam; essa designação é operada por uma atribuição de uma correlação (*Zurordnung*) efetuada pelo pensamento.

Essa versão do realismo, também chamada de *correspondentista*, é discutida por outros empiristas lógicos que buscam, porém, uma formulação mais sofisticada do tema. O debate realiza-se por meio da caracterização da noção de verdade que, antes da clareza que se obteve posteriormente sobre o foco na linguagem, embaralhava-se com a noção de confirmação ou verificação. Na evolução dessa discussão, a realidade se mostra distinta da linguagem e os dois domínios devem assim ser cotejados.

Assim, para Carnap (2006 [1936]), a concepção, que faz da realidade uma entidade independente da linguagem, é um dos problemas fundamentais da filosofia. O autor equilibra-se entre a posição da necessidade do teste do cotejo com a realidade sem, no entanto, assumir a postura de que o conhecimento se sustenta com base na articulação linguística adequada. Sua reflexão, exposta de maneira sucinta em *Wahrheit und Bewährung* (Carnap, 2006 [1936]), tem como base a proposta de Tarski (2007 [1933]) acerca da noção de verdade.

Uma das consequências da visão carnapiana diz respeito ao fato de, ao defender a teoria de Tarski na comunidade ligada ao Círculo, Carnap anuncia o que se chamou de virada linguística ou semântica na filosofia, já prevista em Carnap (1934), mas que ganha consistência a partir de Carnap (2006 [1936]) (Bonnet; Wagner, 2006, p. 554; Coffa, 2001).

É essa visão que é aprimorada durante o século XX por autores, dentre outros, como Quine (1980 [1951]), que defendem uma visão não realista do conhecimento científico.

Esse autor toma por base a crítica sistemática à distinção entre juízos analíticos, ou verdades analíticas, fundamentadas exclusivamente na significação dos termos, e os juízos sintéticos cuja verdade depende do cotejo com a experiência, com os fatos do mundo. A distinção kantiana que, segundo Quine (1980 [1951]), é um dos dogmas do empirismo contemporâneo, não pode ser fundamentada e, por isso, deve ser abolida. Um dos seus objetivos é combater o consenso de que há enunciados cuja verdade é decidida exclusivamente pela significação dos seus termos, ou, dito de outra maneira, ele questiona a plausibilidade da existência de verdades lógicas. Ele propõe que o cotejo com a realidade não se dá por meio da correlação biunívoca entre um enunciado e um fato do mundo e, sim, que todo o conjunto de enunciados, por exemplo, de uma teoria científica, é chamado a participar do processo de verificação empírica, o que relança de maneira muito original o debate sobre a relação entre a linguagem e o mundo e sobre nossa própria concepção de acesso ao real.

Quine (1980 [1951]) recusa, assim, a visão correspondentista, tornando, de certa forma, improcedente a disputa sobre se uma entidade teórica específica é real ou não, mas mantém, de forma renovada, o apelo à comprovação empírica da totalidade de uma teoria.

O sucesso da perspectiva não correspondentista na filosofia da ciência não deixa, evidentemente, de colocar questões acerca de que tipo de teoria semântica queremos construir quando estamos a descrever e analisar o fenômeno da significação nas línguas naturais.

Na proposta de Moravcsik (1981), que fornece elementos para a construção de uma teoria da significação das línguas naturais, não podemos abrir mão da necessidade de considerar as intensões na identificação das extensões (Carnap, 1956), adiantando, ainda, que também consideramos propriedades não observáveis para distinguirmos entidades que supomos existirem no mundo. Por exemplo, um conjunto de sons que pronunciamos é observável e pode ser registrado, mas a compreensão que pode ser extraída desses sons não é diretamente observável. Exemplos desse tipo são bastante evidentes quando se consideram propriedades “ocultas” propostas para definir conceitos ou entidades científicas. Deve-se levar em conta igualmente o fato de que a despeito de não sabermos todas as propriedades de uma entidade, não temos dificuldade de identificá-la. Veja-se o exemplo da diferença entre os modos de movimento chamados de *andar* e *correr*: sabemos dis-

tingui-los, provavelmente, com base na observação da velocidade do movimento, embora não tenhamos consciência dos mecanismos físicos responsáveis por eles. A discussão leva Moravcsik (1981) a admitir que a capacidade de identificar extensões se utiliza de informações que vão além da nossa competência estritamente linguística.

Considerar que a capacidade de referir-se inclui e, ao mesmo tempo, transcende nossa competência linguística coloca em jogo duas propriedades da linguagem que passamos a considerar: o ato de referir-se depende (1) do conhecimento e da concepção de mundo dos falantes e (2) da intencionalidade dos falantes.

Em relação à segunda propriedade, é válido levar em conta a contribuição de Searle (2002), o qual defende que a noção de representação mental tem um conteúdo intencional, ou dito de outra maneira, o princípio básico da significação expõe que a capacidade referencial de todas as unidades linguísticas é derivada da intencionalidade intrínseca dos estados mentais.

No que se refere à primeira propriedade supracitada, deve-se partir da visão de Fodor (1975), responsável por estender à semântica a perspectiva internalista chomskiana. Segundo o autor, a significação que produzimos pode ser analisada como decorrência de um dispositivo natural que executa computações mentais. Nessa visão, entende-se referência como a relação entre símbolos desse dispositivo e classes de objetos elaboradas a partir de nossa experiência de mundo.

Chomsky (2000) participa dessa discussão, considerando as duas propriedades da linguagem que apontamos acima e associando-as a uma reflexão acerca da possibilidade ou não de a teoria da referência poder ser objeto da pesquisa naturalística. Para ele, assim, não há como a intencionalidade poder ser objeto científico definido pelo que ele chama de materialismo metodológico.

Apesar de se distinguirem a respeito de posturas teóricas essenciais, há pontos em comum, a respeito desse tema, entre a visão chomskiana e o trabalho de Jackendoff (1990) que se coloca, como se sabe, a favor da visão internalista, segundo a qual, independentemente da natureza da realidade, só podemos ter acesso a ela por meio de nossos estados mentais, que nos permitem elaborar ou construir representações mentais dos eventos do mundo. A questão de definir a natureza exata da noção de “representação mental” é complexa (Pylyshyn, 1988), mas Jackendoff (1990) propõe definir a mente como um espaço combinatório de possíveis estados que se manifestam ou se configuram no cérebro; uma representação mental particular R é assim uma alocação ou uma configuração específica dentre o conjunto total de possibilidades configuracionais. O autor parece-nos,

assim, de forma compatível com a reflexão em filosofia da ciência que resumimos acima, distanciar-se da visão da semântica baseada na concepção de condições de verdade como correspondência entre linguagem e mundo. As perguntas que podem servir de guia na análise semântica devem assim dizer a respeito de como uma palavra capta uma concepção mental ou que construção abstrata do mundo ela evoca.

O breve resumo deixa claros alguns dos principais pontos acerca da concepção da noção de significação na teoria linguística e na filosofia da linguagem contemporâneas. Distanciamos assim da posição realista, a qual concebe a nomeação bem sucedida como uma adequação estreita entre palavra e coisa e avançamos na direção de considerar como correta a visão segundo a qual a intencionalidade, aliada às representações mentais resultantes das concepções abstratas dos falantes sobre as entidades e eventos do mundo, define o enquadramento do ato de referir. Detalharemos ainda mais alguns aspectos dessa visão acerca do significado na seção 5.

Vejamos, na próxima seção, um resumo de algumas das concepções da teoria dos papéis temáticos e, em seguida, como situar essa teoria, tendo em vista o que acabamos de resumir sobre a teoria da significação.

3. A teoria dos papéis temáticos

Como se sabe, a noção de relações temáticas foi proposta por Gruber (1965) e tem sido discutida desde então sob rótulos diferentes: casos semânticos (Fillmore, 1968); papéis semânticos (Givón, 1990); e papéis temáticos (Chomsky, 1981; Dowty, 1986; 1991; Jackendoff, 1990)¹.

Foi elaborada inicialmente para dar conta de certos problemas de *controle*, ou seja, a respeito das possibilidades de correferência do pronominal nulo *PRO*, conforme aparecem em orações como as seguintes (Jackendoff, 1987, p. 369):

- (1) a. John_i gave Sue_r orders PRO_r to leave.
b. John_i got from Sue_r orders PRO_i to leave.
- (2) a. John_i gave Sue_r a promise PRO_i to leave.
b. John_i got from Sue_r a promise PRO_r to leave².

¹ Como é também amplamente conhecido, as noções semânticas de agente e paciente têm sua origem na contribuição tradicional que, no entanto, nunca logrou ampliar, de forma explícita, o leque dos papéis temáticos.

² (1) a. John deu a Sue ordem para partir.
b. John obteve de Sue ordem para partir.
(2) a. John fez a Sue a promessa de partir.
b. John obteve de Sue a promessa de partir.

Como a ordem linear é a mesma, o antecedente de PRO (indicado pelos índices referenciais) não é determinado por condição sintática. Entretanto, as orações se diferem se leva-se em conta a interpretação do sujeito dos verbos envolvidos, isto é, de acordo os papéis temáticos nomeados de *fonte* (*source*) e *meta* (*goal*).

A relevância sintática dos papéis temáticos, em casos como (1) e (2) é, seguramente, uma das razões do destaque dado a essa noção por Chomsky no modelo *Government and Binding* (GB) (Chomsky, 1981). Diferentemente do que se passa nos modelos anteriores – a noção não aparece no modelo Padrão e apenas marginalmente no modelo Padrão Estendido – os papéis temáticos, que expressam relações semânticas entre predicados e argumentos, passam a ser concebidos, no modelo GB, como primitivos sintáticos. Para Chomsky (1981), por outro lado, não importam tanto os conteúdos específicos dos papéis temáticos, isto é, quais são e quantos existem, e sim se as posições sintáticas previstas, estruturalmente, são posições nas quais um papel temático qualquer é atribuído por um predicado. Ora, o fato de uma posição ser ou não ser temática é decisivo para a aplicação de processos sintáticos como a operação de movimento de constituintes.

Independentemente da discussão da relevância ou não relevância sintática dos papéis temáticos, a tentação é grande de elaborarmos a lista dos papéis temáticos possíveis e, com isso, obtermos uma ferramenta teórica, bastante sedutora, que nos permitiria descrever a totalidade dos modos de participação nos eventos das entidades que funcionam como argumentos de predicados³.

Não faltam assim, a depender do autor, propostas de listas de papéis temáticos. Com exceção de alguns casos, nos quais há concordância acerca de qual papel temático é atribuído a um argumento, muitas das análises propostas, como constataremos a partir da discussão de algumas das propostas de análise, exibem divergências ou mesmo lacunas quando são comparadas; além disso, como veremos logo a seguir, a classificação de alguns papéis temáticos apresenta problemas difíceis de serem sanados.

A pergunta que se pode colocar, então, é a que se devem as dificuldades de construir, de forma eficiente, o instrumento teórico descritivo almejado com base na noção que nos ocupa. A resposta que desenvolveremos situa essas dificuldades no fato de que, normalmente, as listas de papéis temáticos pressupõem a concepção realista/correspondentista acerca do significado, ou seja, tudo se passa como se os papéis temáticos deves-

³ Há autores, ainda, que desenvolvem uma abordagem explicativa dos papéis temáticos, como a de Cançado (2002), buscando estabelecer propriedades fundamentais acarretadas na relação entre o predador e seus argumentos. Essa abordagem assemelha-se à de Dowty (1991) que comentamos adiante.

sem representar propriedades “reais” definidoras do modo de participação dos argumentos nos eventos determinados pelos predicados.

Como desenvolveremos na seção 5, as dificuldades apontadas podem ser encaradas com outro olhar, se a teoria dos papéis temáticos for fundamentada na visão, segundo a qual, a significação deve ser baseada na intencionalidade aliada às representações mentais resultantes das concepções abstratas dos falantes sobre as entidades e eventos do mundo.

4. Problemas e divergências das listas de papéis temáticos

Como se sabe, os papéis de *agente* e *paciente*, já reconhecidos pela tradição gramatical, são essenciais em qualquer lista de papéis temáticos. O primeiro, definido normalmente como “o iniciador da ação e capaz de agir com intenção”, e o segundo, como “a entidade que recebeu o efeito de uma ação, tendo com isso sofrido mudança de estado”. Em orações como a seguinte, os dois papéis são instanciados de forma exemplar:

(3) *João matou o rato.*

Os problemas começam quando tentamos estabelecer, em eventos de outra natureza, os papéis temáticos implicados. Observe-se o exemplo seguinte:

(4) *João amava Maria.*

Em (4), considera-se normalmente que *João* não é um *agente* e sim *experienciador*, ou seja, não se trataria de um evento que depende de intenção e de uma ação concreta como no exemplo (3)⁴; colabora para essa atribuição tratar-se de um verbo de sentimento. *Maria*, por sua vez, não seria *paciente*, mas *tema*, considerando que *ela* não muda de estado. Esse tipo de análise parece adequado quando consideramos (4) num uso que chamaremos de neutro, isto é, nesse caso, admitimos que apenas o verbo, fora de qualquer contexto de uso, determina exclusivamente o papel temático, o que, aliás, é a visão ortodoxa assumida no modelo GB. No entanto, essa análise pode se beneficiar da dúvida se contextualizarmos o enunciado de acordo com o que se segue: *Maria* será *tema* apenas se *ela* não se sabe amada por *João*; no entanto, se *ela* o souber, podemos nos perguntar se *Maria* de fato não mudaria de estado, do ponto de vista psíquico, se se sentir amada por *João*, o que a transformaria, além de *tema*, em *paciente*; cabe também refletir, caso *João* seja

⁴ Há, ainda, diferenças entre as duas construções que justificam a atribuição de papéis temáticos distintos. Por exemplo, pode-se dizer: *o que João fez foi matar o rato*, mas não *o que João fez foi amar Maria*.

correspondido, se não seria oportuno dizer que também *Maria* reúne condições para ser interpretada como *experienciador*. *Maria* talvez seja *tema* apenas no uso mais neutro do enunciado; o apelo aos contextos de uso que imaginamos, encaixando a oração num ambiente conceptual mais amplo, pode nos levar a refletir se é legítimo levarmos em conta outras possibilidades de descrição semântica do enunciado que fuja da determinação do papel temático exclusivamente pelo significado do verbo ou do predicado. Nessa reflexão, teremos de decidir que conteúdos são efetivamente representados de forma linguística, ou seja, como propõe Perini (2015), é possível que diferenças de interpretação, como as que apontamos em relação a (4), não estejam codificadas na língua. Será preciso explicitar, assim, o que se deve entender por “codificado na língua”. Trata-se de se perguntar, como discutiremos, se apenas conteúdos que têm incidência na sintaxe ou se conteúdos que “pairam” sobre os enunciados, no sentido de inferidos destes e representados em outros módulos mentais, devem também ser considerados na definição dos papéis temáticos.

As dúvidas que levantamos podem, por outro lado, ser desconsideradas, como detalharemos a seguir, se tomarmos o papel temático, de acordo com Chomsky (1981), como uma propriedade sintática, implicando assim uma classificação dos papéis temáticos decidida no âmbito exclusivo dos verbos ou dos predicados. Se almejarmos, no entanto, tornar a noção de papel temático um instrumento da teoria semântica, com vistas à descrição do significado dos enunciados em suas possibilidades de uso, parece-nos benéfico e legítimo ampliar a aplicação dessa noção.

Podemos questionar assim, dando sequência à nossa reflexão, se, ao nos distanciarmos da ação prototípica, ilustrada por (3), é válido atribuir o mesmo papel temático de *agente* quando utilizamos verbos de conhecimento, como *pensar* – já que o ato de pensar é involuntário, ou seja, é algo que ocorre em nós –, ou causativos, como *deixar*, em enunciados como os seguintes:

- (5) a. *João* pensa muito na vida.
- b. *Pedro* deixou suas filhas irem ao baile.

Temos, dessa forma, dificuldades em assumir que *João*, em (5a), é um *agente* assim como quando ele executa uma ação concreta descrita por verbos como *matar* ou *vender*. Da mesma maneira, a permissão de *Pedro*, em (5b), pode ter sido percebida apenas com um meneio de cabeça ou mesmo por seu silêncio. Tratar-se-ia de ações da mesma natu-

reza suficientes para considerarmos a atribuição de *agente*? Ou bastaria continuar a tratar o papel temático em (5) como sendo *agente* e completariamos a descrição semântica das orações ampliando as possibilidades interpretativas mencionadas? Em outras palavras, como tratar a prerrogativa da intenção ou da volição? A identificação da intencionalidade depende exclusivamente de um comportamento detectável pelos sentidos ou é legítimo inferi-la mesmo não sendo observável?

As dificuldades de compreendermos o papel temático do sujeito aparecem ainda em outras ocorrências. Alguns autores propõem que o termo *agente* é um subcaso de um papel temático mais geral nomeado de *ator* (*actor*) que “(...) expresses the participant which performs, effects, instigates or controls the situation denoted by the predicate”⁵ (Foley; Van Valin, 1984, p. 29). Assim, todo agente é um *ator*, mas nem todo *ator* é um agente. No exemplo a seguir, *the car* é analisado como uma ocorrência do papel temático *ator*:

(6) *The car* ran over the hedgehog⁶. (Saeed, 2009, p. 155)

The car, em (6), talvez possa ainda ser categorizado com o papel temático de *instrumento* já que alguém, intencionalmente ou não, utilizou-se do carro para o referido atropelamento. Como se vê, dúvidas como as que levantamos são, provavelmente, mais comuns do que se pensa normalmente.

Tomemos agora o papel de *causador* ou *causa*, que é empregado para se referir a casos como o seguinte, que envolvem fenômenos da natureza:

(7) *O vento* abriu a porteira.

Considera-se, normalmente, que não seria adequado atribuir a *o vento* o papel de *agente*, já que se trata de uma entidade inanimada que não dispõe de intenção. Saeed (2009, p. 156), por outro lado, admite que podemos lançar mão de um papel temático nomeado de *força* (*force*) para descrever eventos como (7), o que aponta para alguma variedade de análise a depender do autor.

Continuemos, assim, nessa direção, retornando agora ao papel temático *tema*. Parece-nos, muitas vezes, que este papel, por implicar certa “neutralidade”, no sentido de que não afeta, de forma evidente, o estado do constituinte que o recebe, teria a função

⁵ “(...) expressa o participante que desempenha, afeta, instiga ou controla a situação denotada pelo predicado”. (tradução nossa).

⁶ (6) O carro atropelou o ouriço. (tradução nossa).

de “curinga”⁷, sendo convocado para designar papéis que são difíceis de ser classificados ou para os quais não sabemos claramente se trata-se do papel *paciente*. Considerem-se os exemplos:

- (8) a. Bill gave *the book* [tema] to John. (Ouhalla, 1994, p. 128)
- b. John opened *the door* [paciente/tema] with the key. (Ouhalla, 1994, p. 128)
- c. *The book* [tema] is in the library. (Saeed, 2009, p. 153)⁸
- d. Pedro colocou o *livro* [tema] na estante.

Classificado, por Ouhalla (1994), como *tema* em (8a), parece realmente inadequado dizer que *the book* mudou de estado na medida em que muda de mãos ou de possuidor, o que autorizaria classificá-lo como *paciente*. A maior parte dos leitores deve concordar com essa análise, pensando que *mudança de estado* deve implicar algum tipo de modificação de forma mais concreta ou explícita de um ser ou de uma “coisa”, o que não parece ser o caso em (8a) em que ocorre apenas a mudança de possuidor do livro, não afetando o estado do próprio objeto. Mas, no caso de (8d), cujo objeto direto é analisado normalmente como *tema*, talvez a atribuição de *paciente* não seja de todo indevida. Ora, mudança de lugar, como em *João estava no quarto e agora está na sala*, que são eventos de estado, descreve a mudança de estado, referente à localização, de *João*⁹.

No caso de (8b), como se vê, há uma indecisão do autor em relação a que papel atribuir a *the door*, ou seja, teria ou não mudado de estado? Essa indecisão não é exclusiva de Ouhalla (1994), mas também de Radford (1988) que trata *paciente* e *tema* como nomes diferentes para o mesmo papel. Por outro lado, a oração em (8c) é a proposição clássica com verbo *ser* e o fato de o sujeito ganhar o papel de *tema*, de acordo com a proposta de Saeed (2009), nos faz também refletir: *tema* parece, nesse caso, traduzir a noção de sujeito tradicional no sentido de “termo sobre o qual se diz algo ou se predica algo”. Se assim é, não parece adequado equiparar *tema* em (8c) e em (8a,b,d).

Tomemos, a seguir, o papel temático conhecido por *beneficiário*, atribuído a argumentos como no seguinte caso:

⁷ É interessante observar que é esse o papel – tema – que nomeia a teoria.

⁸ (8) a. Bill deu o livro a John.

b. John abriu a porta com a chave.

c. O livro está na biblioteca. (tradução nossa).

⁹ Apontam-se, na literatura, as semelhanças em eventos descritos como mudança de estado e como mudança de localização: os verbos que os indicam selecionam o mesmo auxiliar (normalmente, o equivalente de *ser* em muitas línguas) e são verbos télicos (Sorace, 2000).

(9) They baked *me* [beneficiário] a cake¹⁰. (Saeed, 2009, p. 154)

Esse papel temático, e sua contraparte, o *malefactive* ou *maleficiário*, que aparece em algumas listas (Raposo, 1992), introduzem, na verdade, um juízo de valor a respeito do que é desejável ou não desejável para as pessoas em geral. De novo, se ampliarmos um pouco o contexto do enunciado, além da determinação exclusiva do significado do verbo, as dúvidas aparecem: imaginemos, por exemplo, que a pessoa que recebeu a torta em (9) estivesse de dieta devido à saúde comprometida; ora, nesse caso, não se pode dizer que ela seria o *beneficiário* da ação; a não ser que entendamos o termo *beneficiário* como a quem algo é dirigido, o que implicaria conceber o papel temático e sua nomeação de outra maneira. O papel *malefactive*, como proposto em Raposo (1992, p. 283), também sofre com a possibilidade de interpretação oposta ao que é esperado. Esse papel é ilustrado pelo seguinte exemplo:

(10) O professor castigou o aluno sem razão. (Raposo, 1992, p. 283)

Ora, é o modificador “sem razão” que, à primeira vista, nos permite interpretar a ação como maléfica para o aluno, o que indica que a definição do papel temático se define com a contribuição de outros constituintes; a ação não seria maléfica, por outro lado, se o castigo for justificado no sentido, por exemplo, de ter permitido o amadurecimento ou aceitação de limites por parte do aluno. Em resumo, não parece seguro utilizarmos rótulos de papéis temáticos com base em juízo de valor acerca do que é benéfico ou maléfico para as pessoas.

Independentemente de como avaliamos o que é negativo ou positivo para alguém, o fato é que foi preciso, na análise de Raposo (1992), lançar mão de conhecimento e concepção de mundo para deixar claro o conteúdo do papel temático, o que mostra, como estamos a argumentar, que, ao utilizarmos essa noção como instrumento descritivo, a questão se coloca de saber se, de fato, a determinação do tipo do papel temático deve ser decidida exclusivamente no nível dos itens léxicos, como é proposto no modelo GB.

Outros exemplos ainda parecem sugerir que os argumentos podem dispor, como vimos em relação a (8b), de mais de um papel temático. Considerem-se, por exemplo, os seguintes enunciados de Saeed (2009, p. 156):

¹⁰ (9) Eles assaram um bolo para mim. (tradução nossa).

- (11) a. Fergus carried the boat *to the lighthouse*.
b. Sylvie bought *him* a sports car.
c. *Margarita* received a gift of flowers¹¹.

Segundo Saeed (2009, p. 156), *to the lighthouse* é claramente *meta*, *him* é *beneficiário*, mas *Margarita* seria *meta/recipiente* ou *beneficiário*. Da mesma maneira, segundo o autor, ambos os papéis *agente* e *paciente* parecem poder ser atribuídos a *Mr Wheeler* a seguir:

- (12) *Mr Wheeler* jumped off the cliff¹².

A duplicidade de papéis para um argumento é indesejável se a concepção adotada é de considerar que um item léxico, ou um conjunto deles, sempre o determina de maneira inequívoca em todos os empregos do item. Além disso, coloca em dúvida a premissa da teoria temática, pelo menos na sua versão no modelo GB, que advoga a correlação biunívoca entre papéis temáticos e argumentos.

Parece haver ainda certa hierarquização ao atribuírmos um papel temático a um argumento. Vamos analisar os seguintes enunciados:

- (13) a. *Esse livro* é muito bom.
b. Eu visitei *Sabará*.
c. *Sabará* é a capital da jabuticaba.

Na oração (13a), como vimos em relação a (8c), é comum considerar, por tratar-se de um enunciado com verbo *ser*, que o papel temático de *esse livro* é *tema*, enquanto, em (13b), o papel atribuído a *Sabará* é o de *locativo*. Ora, a pergunta se coloca de qual papel atribuir ao sujeito *Sabará* em (13c) que é, em princípio, definido pelo predicado *capital da jabuticaba*: se interpretássemos este constituinte como *tema*, estaríamos considerando certa superioridade hierárquica em relação ao papel de *locativo*, o que seria determinado pela natureza da proposição com verbos cópula, isto é, mesmo se o sujeito de um verbo cópula puder receber outro conteúdo, seu papel temático será sempre *tema*; sua manutenção como *locativo*, por outro lado, anularia a diferença entre proposições como (13c)

¹¹ (11) a. Fergus transportou o barco para o farol.
b. Sylvie comprou para ele um carro esporte.
c. Margarita recebeu um presente de flores. (tradução nossa).

¹² Uma tradução possível de (12) seria: *Mr Wheeler saltou do penhasco*. Em inglês, por meio de *phrasal verb*, a construção passa a dispor de valor reflexivo.

e (13b). Enfim, há sempre a opção de levarmos em conta ambos os papéis, o que reenvia ao problema já comentado.

Há ainda questões que podem ser levantadas em relação a casos como os seguintes:

- (14) a. *O cenário econômico* atrai o marketing das empresas.
- b. *A tradição judaica* conhece profundamente o significado da palavra “pai”.
- c. *A filosofia da linguagem* evita compreender a linguagem a partir do contexto sócio-histórico.

A dúvida é a respeito do papel temático dos sujeitos dos enunciados em (14). Trata-se de eventos que implicam ações, mas os sujeitos não são seres, e sim entidades abstratas, o que não parece poder ser tratado como uma ocorrência de silepse (σύλληψις), admitida desde a gramática grega, embora possam ter em comum o fato de haver “conteúdos” não explicitamente manifestos que participam da compreensão dos enunciados. Não é razoável, assim, dizer, à primeira vista, que se deve atribuir o papel temático de *agente* para entidades abstratas: *o cenário econômico*, por exemplo, é uma entidade composta de um conjunto não totalmente explícito de contribuições e variáveis de todo tipo.

Poder-se-ia considerar, por outro lado, que, subjacente ao *cenário econômico*, à *tradição judaica* e à *filosofia da linguagem*, existem ou existiram pessoas atuantes que, de forma conjunta, exercem, ou exerceram, determinadas atividades, o que nos permite extrair ou conceber as entidades abstratas que funcionam como sujeitos em (14). Diante dessa descrição, talvez pudéssemos sustentar a atribuição do papel de *agente* (ou de *ator*) como a mais adequada. Note-se, no entanto, que essa análise depende, como em outros casos comentados acima, de uma contextualização conceptual mais ampla do enunciado que leva em conta nosso conhecimento de mundo.

Apontados alguns dos problemas em relação à atribuição de alguns dos papéis temáticos, vejamos, a seguir, de que maneira podemos situá-los em relação ao conjunto da teoria semântica.

5. Papéis temáticos e concepção de mundo

A teoria temática, estabelecida no âmbito da linguística contemporânea, é, como se sabe, devedora da visão chomskiana sobre a linguagem. No entanto, apesar de admitirmos que os papéis temáticos podem ser analisados como conteúdos representados mentalmente, a teoria dos papéis temáticos, na sua formulação padrão, parece considerar que

o papel atribuído deve ser fiel aos eventos à maneira da visão realista sobre o significado que comentamos na seção 2. Parece-nos, assim, que a teoria temática filia-se antes a uma concepção da significação como correspondência na qual, por meio das intensões, representamos propriedades “reais” dos referentes. Assim, o papel temático *agente*, por exemplo, é visto como um rótulo que corresponde, de fato, a como o *ser*, realizado por meio de um sintagma nominal, participou do evento, isto é, ele de fato praticou uma ação, que, canonicamente, se reporta a uma intervenção concreta no mundo e à qual é aplicável a prerrogativa da intenção ou volição.

Nesse sentido, a discussão em torno da adequação ou não de determinado papel temático se aplicar a um determinado caso deve-se à dificuldade de estabelecer se de fato há uma descrição verdadeira do que se passou no evento. Dito de outra maneira, as dificuldades de classificação de papel temático, que apontamos na seção 4, podem assim ser debitadas à nossa dificuldade de justificar se seria o papel temático α ou o papel temático β , ou ainda os dois, que corresponde ao que de fato “se passou” na realidade.

Assim, a teoria temática se estabelece por meio de duas propriedades: os papéis temáticos são conteúdos representados mentalmente à maneira cognitivista, mas devem ser rótulos adequados para descrever, *de fato*, como se passou a contribuição dos “seres” ou “coisas” que funcionam como argumentos nas construções que representam os eventos do mundo.

A segunda propriedade, que acabamos de destacar, é favorecida pela alocação da determinação dos papéis temáticos na medida em que são os núcleos lexicais que, em princípio, os determinam. Essa é a proposta de Chomsky (1981, p. 35) para quem um núcleo lexical atribui um papel temático a uma posição temática a qual é “(...) *a position satisfying the subcategorization features of the lexical head* (...)” (Chomsky, 1981, p. 35)¹³. A informação é, portanto, idiossincrática e deve ser especificada para cada item léxico que a detém de forma inerente. Assim, o verbo *amar*, por exemplo, atribui inerentemente o papel temático *experienciador* à posição sujeito e as nuances de interpretação eventuais, que poderíamos elencar, não são propriedades codificadas exclusivamente nos itens léxicos e, como tal, não seriam de interesse da teoria temática como concebida no modelo GB.

Outra possibilidade, no que se refere à determinação do papel temático, é pensar, como foi por nós sugerido, que a atribuição do papel temático merece contar com uma descrição detalhada do contexto conceptual implicado no uso dos itens léxicos.

A escolha por uma dessas perspectivas depende, é claro, da função que se quer atribuir à noção de papel temático no interior de um quadro teórico e, mais exatamente, que tipo de teoria semântica se quer construir.

¹³ “(...) a posição que satisfaz os traços de subcategorização do núcleo lexical (...)”. (tradução nossa).

Vejamos, a seguir, que razões podemos ainda apontar para afirmar que a teoria temática pode se beneficiar da consideração da descrição do contexto conceptual mais amplo envolvido no uso dos itens léxicos.

Como o próprio Chomsky (1981) o admite, existem casos em que o papel temático é definido não por um único item lexical, mas por todo o predicado. Trata-se dos célebres exemplos com o verbo *quebrar* adaptados a seguir para o português:

(15) a. *João* quebrou a janela.

b. *João* quebrou o braço.

Como se sabe, em (15a), o papel de *João* é o de *agente*, mas em (15b), considerando todo o predicado, o papel do sujeito é o de *paciente*. Chomsky (1981, p. 104) admite assim que, em casos como esse, o papel temático é definido composicionalmente pelo verbo e seu objeto. Ora, não se pode dizer, por conseguinte, que o papel temático é definido, exclusivamente, como uma propriedade idiossincrática de cada item léxico. Para representar essa informação, precisamos ir além do léxico e levar em conta um sistema mais complexo de regras semânticas que associam, composicionalmente, as contribuições interpretativas dos itens dos predicados tomados de forma conjunta (Ravin, 1990). Regras desse tipo deveriam, assim, ser consideradas como fazendo parte de um componente da língua-I “mais alto” que pode ser o sistema da forma lógica que faz interface com módulos mentais que representam e processam nosso conhecimento de mundo, nosso conjunto de crenças e nossa competência pragmática.

Além disso, mesmo se tomarmos o item léxico como base, as nuances de sua significação também apontam para a dificuldade de homogeneização de rotulação do papel temático, o que nos leva também à necessidade de considerar propriedades de significado mais amplas. Por exemplo, Dixon (1991, p. 102-103) discute o grau de “afetação” (“affectedness”) implicado pelo verbo, o que lança dúvidas sobre como devemos considerar a definição do papel de *paciente*, que é, como vimos, “a entidade afetada pela ação do verbo”. Vejam-se os exemplos:

(16) a. João tocou a lâmpada com seu polegar.

b. O jogador passou giz no taco.

c. Pedro estrangulou o pato de borracha com suas mãozinhas.

d. Ana esmagou o cubo de gelo com seu salto.

Em (16a), o contato é mínimo e não afeta, em princípio, o objeto; já em (16b), apenas a superfície do objeto é afetada; a forma do objeto é afetada temporariamente em (16c); e perde sua integridade física em (16d). Supondo, é claro, que há interesse da teoria semântica em distinguir casos como (16), esses exemplos comprovam que apenas a rotulação de um papel temático não é suficiente para descrever, de forma completa, o modo de participação dos argumentos nos eventos.

Há, ainda, ocorrências para as quais parece difícil definir o papel temático considerando apenas o significado do núcleo lexical. Observem-se os exemplos abaixo, de *picture nouns*, em que, para definir o papel temático dos itens em itálico, precisamos considerar a contribuição semântica que está além dos núcleos dos sintagmas:

- (17) a. O quadro de *João* foi vendido por uma fortuna.
- b. O quadro da *irmã de Wittgenstein* (pintado por Klimt) foi vendido por uma fortuna.
- c. O quadro de *Klimt* foi vendido por uma fortuna.

Na oração (17a), não sabemos o papel temático de *João*: ele pode ser o *possuidor*, o *tema*, como é o caso da *irmã de Wittgenstein* em (17b), ou o *agente/autor*, como *Klimt* em (17c). Ora, a definição do papel temático correto só foi possível, como nos casos de (17b) e (17c), quando lançamos mão de nosso conhecimento de mundo, ou seja, parece insuficiente, basearmos a definição do papel temático exclusivamente no significado inerente de um item léxico como é o caso de (17a).

Uma maneira de articular a perspectiva acerca dos papéis temáticos que queremos com o que vimos anteriormente, em relação ao enquadramento da teoria semântica, é eliminar o apelo ao realismo do papel temático e admitir que o papel temático é um rótulo que aponta para a concepção que queremos considerar em relação aos modos de participação dos argumentos nos eventos.

A fim de implementar essa visão dos fatos, parece-nos necessário afirmar que o papel temático não é definido unicamente por propriedades inerentes do item léxico, mas sim que a contribuição do item léxico deve ser apreciada juntamente com o contexto conceptual mais amplo de seu emprego numa proposição. Essa visão é mais adequada levando-se em conta o que vimos a respeito da discussão sobre a noção de significado, desenvolvida na seção 2, e é mais favorável à eliminação da concepção realista do papel temático, por meio da perspectiva correspondentista, que lhe é subjacente.

Admitindo, assim, que há interesse em ir além das propriedades inerentes dos itens léxicos, vejamos ainda mais detalhes de como encaixar essa proposta no já apontado campo da teoria semântica e filosofia da linguagem contemporâneas.

A eliminação da concepção realista pode se justificar ainda se considerarmos a definição do constituinte que pode receber papel temático. De acordo com Chomsky (1981, p. 35), “*we understand NP arguments to be NPs with some sort of ‘referential function’*”¹⁴. A definição do que quer dizer dispor de função referencial não é desenvolvida no modelo GB: considera-se tão somente que ser referencial diz respeito à menção a um domínio D de indivíduos associados a argumentos na forma lógica e que, nesse componente, argumentos são emparelhados com entidades representadas mentalmente, que participam da interpretação semântica “real” (Chomsky, 1981, p. 324)¹⁵.

Chomsky, no entanto, volta à questão do que é referencial em textos posteriores e desenvolve um pouco mais a proposta que acabamos de comentar (Chomsky, 1995; 2000). Na sua crítica mais severa à semântica das condições de verdade, entendida por ele como correspondentista, sustenta que não há uma conexão direta entre a atribuição de falsidade ou de verdade e aquilo que é denotado, ou seja, essas noções são termos técnicos que não podem ser identificados com a correspondência entre entidades da língua e entidades do mundo. Assim, a relação entre os signos e as coisas se dá por meio de representações mentais que são constituintes partícipes de computação; essas representações não são exatamente uma cópia da coisa representada.

Na verdade, o ato de referir-se é pragmático, isto é, nada impede de usarmos um signo para designar entidades de acordo com a nossa intencionalidade e, com isso, como vimos, Searle (2002) está de acordo. Chomsky constrói alguns exemplos para ilustrar essa ideia, dentre os quais, o conhecido exemplo da palavra água que pode ser usada para nomear o líquido água ou, por exemplo, o chá que colhemos de uma caixa d’água na qual mergulhamos um saquinho de chá (Chomsky, 2000, p. 227). A partir daí, Chomsky descarta uma abordagem positivista, ou naturalística, da referência já que não há como haver uma relação nomológica, isto é, a possibilidade de ser tratar, de forma causal, a relação entre signos e coisas, já que dispomos da prerrogativa da liberdade do ponto de vista intencional¹⁶.

¹⁴ “Nós consideramos que os NP argumentos são NPs com algum tipo de ‘função referencial’”. (tradução nossa).

¹⁵ No entanto, como é sabido, esse critério falha quando se levam em conta as proposições, que não são referenciais já que designam eventos de vários tipos (e não entidades), mas ocupam posições nas quais um papel temático é atribuído.

¹⁶ Chomsky (2000) garante, enfim, que não precisamos mais do que de uma sintaxe e de uma pragmática; e a semântica formal que se discute é, na verdade, um tipo de sintaxe.

O campo da semântica contemporânea, nessa perspectiva, “(...) é mais amplo, porque a noção de ‘referência’, melhor seria dizer ‘extensão’, é mais abstrata do que a de *designata*” (Pires de Oliveira; Basso, 2007, p. 6). Nessa concepção, a relação entre os signos e as entidades do mundo se estabelece, na realidade, por meio da participação do falante, isto é, o conteúdo da intensão, associado a uma forma fonética, constitui uma entidade mental, participa de computações mentais, e apresenta propriedades que dependem da elaboração cognitiva do falante, podendo, enfim, através da intencionalidade, selecionar objetos no mundo; na medida em que essas propriedades, ou parte delas, são compartilhadas por outros falantes, e uma língua pública impõe restrições ou convenções a esse respeito, pode-se obter algum tipo de comunicação bem sucedida.

Como se vê, a tarefa da descrição do significado pensa o ato de referir-se em dependência com a intencionalidade e com uma instância mental que represente abstratamente nossa concepção de mundo.

Nessa visão, diremos que o papel temático é, na verdade, um rótulo que utilizamos para nos referirmos a como concebemos a participação do ser, ou de outra entidade, nas proposições. Vejamos um exemplo de como essa proposta pode ser implementada. Considerem-se os seguintes enunciados:

(18) a. *O ladrão* se escondeu atrás daquele prédio.

b. *O sol* se escondeu atrás daquele prédio.

(19) a. *Meu amigo* dormiu na rua¹⁷.

b. *Meu carro* dormiu na rua.

Em (18a) e (19a), atribuímos o papel temático de *agente* a *o ladrão* e a *meu amigo*, mas como classificar o papel de *o sol* e de *meu carro* em (18b) e (19b)? Não parece adequado considerar tratar-se de *causador*, como é comumente atribuído a “coisas inanimadas” ou fenômenos da natureza; o papel *ator* é, na realidade, assemelhado ao de *agente* sem que seja obrigatória a admissão de intenção; e dizer que é *tema* confirmaria o apelo a esse papel toda vez que temos alguma dificuldade de classificação. O que ocorre, de fato, nos eventos (18b) e (19b), pode ser descrito da seguinte maneira: “devido à rotação da terra, um prédio se interpôs entre minha visão e a luz do sol”; “meu carro ficou estacionado na rua e não na garagem durante a noite”. Assim, embora possamos ter consciência dos eventos aos quais os enunciados estão associados, optamos por nos referir a eles com o

¹⁷ O enunciado (19a) pode também, é claro, ser interpretado da seguinte maneira: “Meu amigo passou a noite fora de casa”.

emprego de verbos agentivos, isto é, *esconder-se* e *dormir*. Ora, essa escolha colabora para que, na realidade, concebamos os sujeitos desses enunciados como *agentes* ou, em outras palavras, ocorre um tipo de “personificação” de *o sol* e de *meu carro*, causado talvez por um processo metonímico¹⁸.

Essa análise poderia ser estendida a casos como (14) em que entidades abstratas, também “personificadas”, são concebidas como agentes.

É evidente que há interesse em distinguir casos como (18b) e (19b) de ocorrências como (3) em que, de fato, há um *agente* como prototipicamente entendido. Nada impede, portanto, que a descrição da interpretação dos argumentos avance e precise das propriedades semânticas, que podem ser descritas por meio de traços como [+/- animado], [+/- intenção] etc., que distinguem os vários casos.

Essa proposta assemelha-se à de Dowty (1991) para quem o papel temático é também um rótulo que designa um conjunto de propriedades prototípicas de maneira que um argumento pode, por exemplo, atender apenas a parte dessas propriedades e, mesmo assim, ser classificado pelo mesmo papel atribuído a um argumento que atende a todas as propriedades. Observe-se a proposta do autor para o papel que ele chama de *proto-papel agente* (Dowty, 1991, p. 572):

(20) “Properties of the Agent Proto-Role¹⁹:

- a. volitional involvement in the event or state.
- b. sentience (and/or perception).
- c. causing an event or change of state in another participant.
- d. movement (relative to the position of another participant).”

Esse tipo de procedimento é útil, por exemplo, em casos como (16) em que parece haver uma gradação de “afetação” e, mesmo assim, pode ser válido manter o papel de *paciente* ou o *proto-papel paciente* como nomeia o autor.

¹⁸ Alguma base filológica pode ser desenvolvida em relação a essa análise se pensarmos, por exemplo, nas distinções categoriais de línguas indo-europeias, como algumas do grupo celta e do grupo eslavo, que concebem, ou conceberam, entidades como árvores e *astros* por meio do traço [+animado]; nesse caso, em volteios como *A árvore gerou belos frutos esse ano*, o sujeito é tomado como um agente (a despeito de não haver intencionalidade) (Gamkrelidze; Ivanov, 1995).

¹⁹ “(20) Propriedades do proto-papel Agente:

- a. envolvimento volicional no evento ou estado.
- b. sensibilidade (e/ou percepção).
- c. causar um evento ou mudança de estado em outro participante.
- d. movimento (relativo à posição de outro participante)” (tradução nossa).

O que estamos a defender, no entanto, vai além da proposta de Dowty (1991), – a qual, no nosso modo de ver, se mantém na visão realista e nos limites da contribuição do item léxico – porque, como vimos em relação a casos como (18b) e (19b), os falantes podem conceber um argumento como, por exemplo, *agente*, mesmo que esse argumento não implique a presença de propriedades como as listadas em (20)

Parece claro, assim, que a descrição do papel temático deve ser mais ampla e articulada conceitualmente e não devemos esperar que a simples atribuição de um rótulo, por meio de um papel temático determinado, esgote a descrição da interpretação da participação dos argumentos nos eventos. Esse rótulo deve, assim, ser tomado como um tipo de roteiro, de valor heurístico, que oriente a descrição completa do modo de participação dos argumentos nos eventos.

Tomar o papel temático na perspectiva que estamos defendendo torna esperado que, dependendo do contexto conceptual mais amplo que circunda o enunciado, um mesmo verbo pode contribuir para a atribuição de papéis temáticos diferentes.

É razoável pensar, assim, que a descrição cabal da interpretação da participação dos argumentos, por meio da noção de papel temático, deve ir além da abordagem do significado composicional do enunciado, o que também implica, como vimos em relação à diferença entre (15a) e (15b), que a determinação do papel não pode ser definida apenas por um item lexical.

A descrição do modo de participação dos argumentos pode, enfim, se beneficiar de uma abordagem que vá além das propriedades inerentes dos itens léxicos, o que favorece, como sugerimos, uma abordagem não realista dos papéis temáticos.

Considerações finais

Nossa discussão apontou certas dificuldades da teoria temática que podem ser resumidas da seguinte maneira: (1) inadequação descritiva, ou seja, a teoria não consegue descrever satisfatoriamente as ocorrências com as quais se ocupa; 2) não homogeneidade das análises para determinadas ocorrências.

Propomos que essas dificuldades se devem à concepção sobre a significação que subjaz as classificações de papéis temáticos propostas, ou seja, considera-se que o acesso aos referentes se faz por meio das intensões ou dos sentidos que reproduzem, de forma realista, propriedades dos referentes. Defendemos a concepção de que o rótulo do papel temático tenha apenas valor *heurístico*, servindo como um roteiro com vistas a uma descrição mais completa dos eventos que concebam as intensões ou os sentidos como

entidades mentais por meio das quais acessamos os referentes; e, além disso, que esses conteúdos mentais são, na realidade, modos de conceber e nomear os referentes sem que haja o compromisso de correspondência com suas propriedades supostamente “reais”.

A concepção defendida permite justificar a abdicação da necessidade de produzir uma lista “definitiva” de papéis temáticos associada, inerentemente, aos itens léxicos. Distanciamos-nos, assim, do Chomsky do modelo GB que estabelece o item léxico, ou no máximo, uma composição deles, como responsável pela determinação dos papéis temáticos e aproximamos-nos da visão de Jackendoff (1990), que aborda os papéis temáticos como resultantes de estruturas conceptuais associadas à interpretação dos enunciados.

Na perspectiva desse último, no entanto, permanece a visão de que as estruturas conceptuais, em paralelo com as estruturas sintáticas, com as quais está associada por meio de regras de projeção, sistematizam a interpretação por meio de categorias semânticas fundamentais extraídas da fatoração do significado dos itens léxicos.

Nossa visão dos fatos, porém, pretende que a descrição do significado dos enunciados, de maneira a definir os papéis temáticos envolvidos, depende do exame da contribuição de outros módulos mentais associados à competência pragmática, conjunto de crenças e conhecimento de mundo, ou seja, ao que hoje, na teoria gerativa, é associado ao sistema conceptual intencional (Chomsky, 2005). Nada avançamos, no entanto, em relação ao tipo de regras ou mecanismos necessários que estabeleçam a projeção desses conteúdos em posições da estrutura sintática.

Assumir que o tipo de papel temático é um rótulo que nomeia como concebemos a participação dos constituintes nos eventos não pode implicar, evidentemente, que abrimos mão de uma noção de adequação empírica dos rótulos propostos, o que nos levaria a um subjetivismo extremado. O papel temático, na sua condição de rótulo, aponta um roteiro de descrição dos eventos e da contribuição de seus participantes, com base no conjunto de significados da língua. Reunimo-nos, assim, à perspectiva holística de Quine (2003), comentada na seção 2.

São aspectos, no entanto, cujo desenvolvimento poderá esperar trabalhos futuros.

Referências

BONNET, Christian; WAGNER, Pierre. *L'âge d'or de l'empirisme logique*. Vienne-Berlin-Prague. 1929-1936. Paris: Gallimard, 2006.

CANÇADO, Márcia. Uma Aplicação da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos: verbos psicológicos. *Revista do Gel*, n. especial, p. 93-125, 2002.

CARNAP, Rudolf. *Meaning and necessity*. Chicago: Chicago University Press. 1956.

CARNAP, Rudolf. *Der logische syntax der sprache*. Wien: Julius Springer, 1934.

CARNAP, Rudolf. Wahrheit und Bewährung (1936). In: STÖLTZNER, Michael; UEBEL, Thomas (orgs). *Wiener Kreis*. Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung von Rudolf Carnap, Otto Neurath, Moritz Schlick, Philipp Frank, Hans Hahn, Karl Menger, Edgar Zilsel und Gustav Bergmann. Hamburg, 2006, p. 459-475.

CHALMERS, David. *Qu'est-ce que c'est la science*. Paris : Decouverte, 1990.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, Foris. 1981.

CHOMSKY, Noam. *New horizons in the study of language and mind*, Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

CHOMSKY, Noam. *Three factors in language design*: Linguistic Inquiry. v. 36, n. 1, 2005, p. 1-22.

COFFA, Alberto. Le Positivisme Logique, la Tradition Sémantique et l'A Priori. Doctrines et Controverses. In: SEBESTIK, Jan; SOULEZ, Antonia (Orgs.). *Le cercle de Vienne*. Paris: L'Harmattan, 2001.

DIXON, Robert. *A new approach to english grammar on semantic principles*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

DOWTY, David. Thematic roles and semantics. *Berkeley Linguistics Society*, v. 12, p. 340-350, 1986.

DOWTY, David. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, v. 67, p. 574-619, 1991.

FILLMORE, Charles. The case for Case. In: Bach, Emmon; Harms, Robert. (Eds.). *Universal in linguistic theory*. New York: Holt; Rinehart & Winston, 1968. p. 1-88.

FODOR, Jerry. *The language of thought*. New York: Thomas Crowell, 1975.

FOLEY, William; VAN VALIN, Robert. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GAMKRELIDZE, Thomas V.; IVANOV, Vyacheslav V. Ivanov. *Indo-european and the indo-europeans*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1995.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

GRUBER, Jeffrey. *Studies in lexical relations*. 1965. Dissertation (PhD). Cambridge, MIT.

JACKENDOFF, Ray. The status of thematic relations in linguistic theory. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 3, p. 369-411, 1987.

JACKENDOFF, Ray. *Semantic structures*. Cambridge; Mass.: MIT Press, 1990.

MORAVCSIK, Julius. How do words get their meanings? In: *The Journal of Philosophy*, v. 78, n. 1, p. 5-24, 1981.

OUHALLA, Jamal. *Introducing transformational grammar: from rules to principles and parameters*. London: Routledge, 1994.

PERINI, Mário. *Describing verb valency: practical and theoretical issues*. Cham: Springer International Publishing, 2015.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 5, n. 8, p. 1-30, 2007.

PYLYSHYN, Zenon. *Rules and representations: Chomsky and representational realism*. In: Conference presented on “The Chomskian Turn”. Tel Aviv, 1988.

QUINE, Willard. *Du point de vue logique, neuf essays logico-philosophiques*. Paris: Vrin, 2003.

QUINE, Willard. Les deux dogmes de l’empirisme. In: JACOB, Pierre (Org.). *De Vienne à Cambridge*. Paris: Gallimard, 1980 [1951]. p. 93-121.

RADFORD, Andrew. *Transformacional grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

RAPOSO, Eduardo. *Teoria da Gramática: a Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

RAVIN, Yael. *Lexical semantic without thematic roles*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SAEED, John. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 2009.

SCHLICK, Moritz. *Allgemeine Erkenntnislehre*. Tradução de Christian Bonnet. *Théorie Générale de la Connaissance*. Paris: Gallimard, 2009 [1918].

SEARLE, John. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SORACE, Antonella. Gradients in auxiliary selection with intransitive verbs. *Language*, v. 76, n. 4, p. 859-890, 2000.

TARSKI, Alfred. *A concepção semântica da verdade*. Tradução de Celso Braidá. São Paulo: Editora Unesp, 2007 [1933], p. 157-201.

VAN FRASSEN, Bas. *A Imagem Científica*. São Paulo: Editorial UNESP, 2007 [1980].



MOTIVAÇÕES PARA MUDANÇA DE GÊNERO GRAMATICAL NA PASSAGEM DO LATIM AO PORTUGUÊS

MOTIVATIONS FOR CHANGE IN GRAMMATICAL GENDER
FROM LATIN TO PORTUGUESE

Luiz Henrique Milani Queriquelli | [Lattes](#) | luizqueriquelli@yahoo.com.br
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este trabalho analisa casos de mudança de gênero gramatical na passagem do latim ao português em grupos lexicais ligados a objetos (pedras, plantas, frutas, metais), atentando para as motivações predominantes por trás de cada caso. Os resultados mostram que há tanto motivação sistêmica (morfofonológica) quanto social (estereótipos sociais que associam esses objetos ao masculino ou ao feminino). Nos grupos das gemas preciosas e das plantas ornamentais, há uma predominância de manutenção ou mudança para o gênero feminino. No caso de metais brutos, há uma predominância de manutenção ou mudança para o gênero masculino.

Palavras-chave: Gênero gramatical; Latim; Português.

Abstract: This work analyzes cases of grammatical gender change in the passage from Latin to Portuguese in lexical groups linked to objects (stones, plants, fruits, metals), paying attention to the predominant motivations behind each case. The results show that there is both systemic (morphophonological) and social motivation (social stereotypes that associate these objects with masculine or feminine). In the groups of precious gems and ornamental plants, there is a predominance of maintenance or change to the female gender. In the case of raw metals, there is a predominance of maintenance or change to the masculine gender.

Keywords: Grammatical Gender; Latin; Portuguese.

1 Introdução

A noção de gênero comporta muitos usos e sentidos dependendo do contexto em que ocorre. Para além de seu sentido amplo (tipo, classe, espécie), tal conceito apresenta, ao menos, três facetas: gênero natural (ou sexo), gênero social (que reflete implicações sociais de ser homem ou mulher, por exemplo) e gênero linguístico, ou gramatical (Loporcaro, 2018, p. 1). Não raramente, essas facetas se confundem entre si, embora sejam a rigor independentes umas das outras.

O gênero gramatical é um sistema de categorização nominal inerente a uma língua, ou seja, é a maneira como as línguas organizam o mundo em categorias. Há línguas, por exemplo, que chegam a ter 20 gêneros, como certas línguas bantu, e outras que, no entanto, simplesmente não possuem gênero, como o basco e o húngaro (Corbett, 1991). Contudo, nas línguas indo-europeias, o mais comum é haver três (masculino, feminino e neutro) ou dois gêneros (masculino e feminino) e, por isso, sua atribuição muitas vezes reflete estereótipos sociais e culturais, de modo que gênero linguístico e sociedade muitas vezes influenciam um ao outro (Aikhenvald, 2016, p. 2-4).

Nem sempre é simples demonstrar a influência da sociedade sobre o gênero gramatical. Em certos casos, de fato, há fatores sociais prevalecendo sobre a atribuição de certo gênero a um item nominal, porém, não raro, fatores internos ao sistema da língua têm um peso predominante. Isso se observa, por exemplo, em certos contrastes paradoxais, como a palavra “masculinidade”, que é feminina por pura motivação sistêmica: o afixo *-dade* induz à atribuição de gênero feminino. Considerando essa questão, neste artigo pretendemos analisar casos de mudança de gênero gramatical na passagem do latim ao português, procurando observar se as motivações predominantes por trás de cada caso são de ordem estritamente linguística (interna, sistêmica) ou social (externa).

Para isso, partindo de trabalhos recentes que se debruçaram sobre o tema (e.g., Loporcaro, 2018; Aikhenvald, 2016; Mader e Moura, 2023; Williams, 2015 [1962], et. al.), nosso foco aqui recairá sobre certos grupos lexicais ligados a objetos, deixando de lado a marcação de gênero em relação a humanos e outros seres animados, por assumir que aí há clara interferência de fatores biológicos e sociais (Aikhenvald, 2016, p. 5). Levantaremos dados a partir de *corpora* de latim (Perseus) e português arcaico (CIPM), bem como a partir de obras de gemologia, botânica e metalurgia. O levantamento privilegiará especificamente gemas preciosas, plantas ornamentais e metais – grupos de especial interesse, considerando certos padrões de mudança já insinuados por Williams (2015 [1962], p. 122-140). Caso verifiquemos, quanto a esses itens levantados, que houve mudança de gênero em relação ao português moderno, examinaremos sua motivação, buscando pistas que nos ajudem a determinar a causa principal. Adicionalmente, oferecemos reflexões a partir dos resultados obtidos.

2 Considerações iniciais sobre gênero em latim

Em latim, havia três gêneros gramaticais: feminino, masculino e neutro. Excetuando os seres dotados de sexo, todos os três gêneros podiam ser atribuídos a coisas em geral,

sem necessário predomínio do gênero neutro nesse âmbito, como mostram os seguintes exemplos levantados por Loporcaro (2013, p. 16):

- (1) motus est **pes meus** (Ps. 93.18)
meu pé se moveu
- (2) ut **manus mea** sit semper cum eo (Ps. 88.2)
que **minha mão** esteja sempre com ele
- (3) cum [...] iam in foro **celebratum meum nomen** esset (Cic., Brutus, 90.314.19)
uma vez que **meu nome** já fosse **celebrado** no fórum

Como vemos nesses exemplos, *pes* (pé) recebe marcação de gênero masculino pelo adjetivo *meus*, *manus*, de gênero feminino por *mea*, e *nomen*, de neutro, tanto por *meum* quanto por *celebratum*, que concordam em gênero.

Além de ser atribuído a objetos, o neutro também era atribuído a partes do discurso que assumiam funções nominais, como nos seguintes exemplos, também coletados por Loporcaro (2013, p. 23):

- (4) **dulce et decorum** [neutro] est pro patria **mori** [infinitivo] (Hor. Odes III.2.13)
morrer pela pátria é doce e honroso
- (5) **pergratum** [neutro] est mihi **quod** tam diligenter libros auunculi mei lectitas [sentença subjuntiva] (Plin. Ep. III.5.1)
é **gratificante** para mim **que** leias tão atentamente os livros de meu tio

Repare que em ambos os exemplos os adjetivos no gênero neutro concordam com sentenças que cumprem a função de sujeito: no primeiro exemplo, com a sentença infinitiva de *mori*, e no segundo, com a sentença subjuntiva *quod* [...] *lectitas*.

Há outras instâncias de atribuição de gênero em latim, porém o que nos interessa aqui, particularmente, são os casos dos exemplos (1), (2) e (3). Coisas como partes do corpo (como ‘pé’ e ‘mão’) e entidades abstratas (como o ‘nome’), entre outras, à primeira vista, parecem ter seu gênero atribuído de forma aleatória. Entretanto, como anunciamos antes, pretendemos identificar padrões que nos informem sobre possíveis motivações

para mudança de gênero do latim ao português em casos relacionados a coisas e objetos não dotados de sexo.

Até aqui, como se pode observar, indicamos a marcação de gênero por meio do adjetivo. Adjetivos de primeira classe marcavam o feminino com flexões da primeira declinação (*me-a*) e masculino e neutro com flexões da segunda declinação (*me-us* e *me-um*, respectivamente), ao passo que os de segunda classe diferenciavam apenas o neutro (*dulc-e*) dos demais gêneros (*dulc-is*), com flexões da terceira declinação.

Sob uma ótica estruturalista, os substantivos, por si sós, não apresentavam marcação de gênero (Rigg, 1991, p. 3). Em tese, as flexões nominais marcavam apenas as categorias de número e caso. Assim, sabemos que *manus* é feminino, *pes*, masculino, *nomen*, neutro, e – para acrescentar nomes de segunda e primeira declinações – *servus* (‘escravo’), masculino, e *ancilla* (‘criada’), feminino, pelos adjetivos ou pronomes com que concordam. Entretanto, sob um olhar funcionalista, temos outra perspectiva, especialmente se consideramos questões de frequência ligadas às duas primeiras declinações (com tema em *-a* e *-o*), que juntas representam a grande maioria do léxico nominal latino: cerca de 55% (Hudson, 2013).

A primeira declinação no latim, identificada pelo tema em *-a*, era majoritariamente composta por substantivos femininos (cerca de 80% a 85%), a exemplo de *puella* (menina), *rosa* (rosa) e *via* (rua). Substantivos masculinos, como *nauta* (marinheiro) e *poeta* (poeta), e neutros compunham uma parcela minoritária nesse grupo. A situação, contudo, era exatamente o oposto na segunda declinação, identificada pelo tema em *-o*: a maioria (cerca de 80%) era do gênero masculino, a exemplo de *magister*, *puer* e *servus*. Aproximadamente 15% pertenciam ao gênero neutro, como *donum* (presente), *oppidum* (cidade fortificada) e *templum* (templo), e menos de 5% pertenciam ao gênero feminino, a exemplo de *domus* (palavra variável, ora identificada com a 2ª, ora com a 4ª declinação).

Isso significa que, em latim, como em português, sempre que uma nova palavra entrasse para o léxico, se não houvesse outros fatores influenciando a atribuição de gênero (gênero por referência ou por elipse, por exemplo), o tema em *-a* induziria atribuição de gênero feminino, e o tema em *-o*, não raramente, induziria ao gênero masculino. Este fato, portanto, nos autoriza a falar em uma declinação masculina e uma declinação feminina. Corrobora essa perspectiva o fato de que o tema dessa “declinação feminina” deriva da palavra “mulher” no indo-europeu.¹

¹ Ainda no indo-europeu, o morfema *-a* (derivado de *-h*, terminação da suposta palavra para “mulher”: *gʷén(eh)*) surge como marca de gênero feminino (Luraghi, 2011).

3 Mudança de gênero na passagem para o português

Ao discutir problemas de morfologia nominal na deriva do latim ao português, Williams (2015 [1962], p. 122-140) observa algumas mudanças de gênero e declinação por que passaram alguns vocábulos:

123.8 Alguns substantivos femininos da segunda e quarta declinação adotaram terminações derivadas da primeira declinação: *amethystum* > *ametista*; *sapphirum* > *safira*; *fagum* > *faia*; *socrum* > *sogra*; enquanto outros [neutros] não mudaram sua forma, mas se tornaram masculinos: *fraxinum* > *freixo*; *pinum* > *pinho*; *alaternum* > *adorno*. Um substantivo, *mão* (de *manum*), não adotou terminações derivadas da primeira declinação ou mudou de gênero. (p. 122)

123.9 Alguns plurais neutros mantiveram a terminação -a e se tornaram femininos singulares: *arma* > *arma*; *vota* > *boda*; *dona* > *doa*; *ligna* > *lenha*; *folia* > *folha*; *cornua* > *corua*. Esses substantivos formaram um novo plural pela adição de s, e suas formas correspondem, conseqüentemente, àquelas derivadas de substantivos femininos da primeira declinação. Alguns deles ainda mantêm a força coletiva que adquiriram no período de transição do plural para o singular, e.g., *lenha*. (p. 123)

124.7 Uns poucos neutros acusativos singulares terminados em -us foram assumidos como plurais acusativos masculinos da segunda declinação, e um novo singular foi formado pela queda do s: *tempus* > *tempos*; *stercus* > *estercos*; *corpus* > *corpos*; *pectus* > *peitos*; *latus* > *lados*; *pignus* > *empenhos*. Os novos singulares são *tempo*, *esterco*, *corpo*, etc. (p. 125)

124.10 Alguns substantivos da terceira (e quinta) declinação adotaram terminações derivadas da primeira declinação ou aquelas derivadas da segunda declinação: *axem* > *eixo*; *aciem* > *aço*; *cucumerem* > *cogombro*; *passerem* > *pássaro*; *gruem* > **gruam* > *grua* (§ 38, 9); *gruem* > **gruum* > *grou* (§ 38, 10); *os* > *ossum* (GVL, § 356, 3) > *osso*; *vas* > *vasum* (GVL, § 356, 3) > *vaso*; *gramen* > *grama*; *inguem* > *íngua*; *septembrem* > *setembro*; *octubrem* (Carnoy, 64) > *outubro*; *novembrem* > *novembro*; *decembrem* > *dezembro*. (p. 127)

As observações de Williams em 123.9 e 124.7 corroboram nossas considerações anteriores quanto à correlação entre primeira declinação e gênero feminino, e à correlação entre segunda declinação e gênero masculino. O fato de *arma*, *boda*, *lenha* e *folha*, por exemplo, terem sido reanalisados como femininos tem uma clara motivação sistêmica: estes substantivos eram neutros de segunda declinação (faziam nominativo e acusativo singular em -um), porém eram muito mais usados no plural e, sendo neutros de segunda declinação, faziam plural em -a; logo, por um processo de reanálise gramatical, foram ca-

tegorizados como nomes de primeira declinação (tema em *-a*) e, por motivação sistêmica, assumidos como femininos.

O mesmo processo vale para *tempo*, *estercor*, *corpo*, *peito*, *lado* e *empenho*. Todos eram neutros de terceira declinação, logo, faziam, por exemplo, ablativo em *-e* (*tempore*, *stercore*, *corpore* etc.) e nominativo e acusativo plural em *-a* (*tempora*, *stercora*, *corpora* etc.). Entretanto, como eram muito mais usados no singular e, sendo neutros, faziam tanto nominativo quanto acusativo singulares em *-us*, foram reanalisados como substantivos de segunda declinação e, em seguida, assumidos como masculinos. Temos, nesses dois grupos de mudanças, dois fatores combinados: frequência (a ampla ocorrência de uma forma específica em detrimento de outras, por questões de uso) e viés sistêmico (primeira e segunda declinações induzindo atribuição de gênero).

Entretanto, os casos apontados por Williams em 123.8 e 124.10 sugerem outras motivações. Para entender mudanças como *amethystum* > *ametista*; *sapphirum* > *safira*; *fagum* > *faia*; *fraxinum* > *freixo*; *pinum* > *pinho*; *axem* > *eixo*; *aciem* > *aço*; *cucumerem* > *cogombro*; *os* > *ossum* > *osso*, pode ser útil considerar certos universais linguísticos constatados por Aikhenvald (2016, p. 35, grifo nosso) em larga pesquisa empírica translinguística:

Os significados dos gêneros linguísticos normalmente envolvem humanidade, animacidade e sexo – feminino versus masculino. Em várias línguas em todo o mundo, seres animados e inanimados recebem atribuição de gênero dependendo da sua forma e tamanho. Identificamos dois cenários: 1. O gênero linguístico masculino está associado ao tamanho maior e formato longo e pontudo, e o gênero feminino está associado ao tamanho menor e formato arredondado [...]. 2. O gênero linguístico feminino está associado ao tamanho maior, e o gênero masculino está associado ao tamanho menor [...]. A escolha linguística de gênero também pode estar correlacionada com o valor e a importância de um objeto, refletindo em parte os estereótipos sociais de gênero [por exemplo, gênero feminino: carinho, afeto; gênero masculino: conotações negativas (ser grotescamente grande, nojento, ou magro e esquisito)].

Wales (1996, p. 148, grifo nosso), considerando um *corpus* de textos poéticos, ainda acrescenta as seguintes observações aos estereótipos sociais que influenciam a atribuição de gênero:

Palavras marcadas como “masculinas” foram agrupadas de acordo com atributos supostamente “masculinos” (principalmente positivos) e palavras marcadas como “femininas” de acordo com atributos “femininos” (alguns positivos, muitos negativos): como

forte, ativo, agressivo, poderoso, inteligente, grande, feroz, generoso (“viril”); versus fraco, tímido, passivo, amoroso, suave, prestativo, bonito, pequeno, moral, receptivo (“feminino”).

As constatações de Aikhenvald e Wales são corroboradas pelos exemplos de Williams: de fato, as motivações sistêmicas (morfofonológicas) parecem ser pouco relevantes para a atribuição de gênero masculino em casos de mudança como *axem* > *eixo*; *aciem* > *aço*; *cucumerem* > *cogombro* (variante de ‘pepino’); e parcialmente relevantes em casos como *fraxinum* > *freixo*; *pinum* > *pinho*; *os* > *ossum* > *osso*. Em todos esses casos, mas especialmente no primeiro grupo (com nomes de 3ª declinação), a agência de universais socialmente sustentados (como a associação do masculino a objetos longos e pontudos) ou de estereótipos sociais (como a vinculação do masculino a agressivo, nojento ou esquisito) parecem ser mais determinantes. Para que fique claro, vale dizer que, nos casos do primeiro grupo, temos termos com tema em *-e*, que não está necessariamente associado a nenhum gênero, portanto não há motivação sistêmica para que fossem reanalisados como masculino; nos casos do segundo grupo, temos neutros de 2ª declinação em *-um*; em relação a eles, pela regra geral, poderíamos supor a motivação morfofonológica (*-um* > *-o* > *masculino*), mas, observando o quadro mais amplo, ela não parece ser determinante, pois não só estes, mas todos os objetos pontudos, foram reanalisados como masculinos, o que nos leva a crer que o fator sistêmico aqui é apenas parcialmente relevante.

Também não parece haver motivação sistêmica para a atribuição de gênero feminino em casos de mudança como *amethystum* > *ametista*; *sapphirum* > *safira*; *fagum* > *faia*. Analogamente, nesses casos, a agência de estereótipos sociais como a vinculação do feminino a coisas bonitas, suaves etc., parece ter prevalência.

Inspirados pela descoberta dessas correlações, na seção seguinte analisaremos um conjunto de itens lexicais ligados a pedras, plantas, armas e metais, a fim de verificar se essas correlações observadas a partir dos exemplos de Williams se repetem e constituem um padrão.

4 Padrões de mudança de gênero

Começando pelo grupo das gemas preciosas, organizamos uma lista geral de 43 itens.² Destes, separamos aqueles que tinham étimo latino e chegamos à seguinte relação:

² adulária, ágata, água-marinha, alexandrita, âmbar, ametista, andradita, azeviche, benitoíte, bolivianita, bowenite, citrino, cornalina, crisoberilo, diamante, dom pedro, dumortierita, esmeralda, exposol, granada, heliotropo, jade, jaspe, lápis-lazúli, magatama, morganite, obsidiana, olho de tigre, ônix, opala, painita, peridoto, pérola, pounamu, prásio, quartzo, rubi, safira, tanzanite, topázio, turmalina, turquesa, zircônia.

- (6) *achates* > ágata; *adularium* > adularia; *amethystus* > ametista; *granatus* > granada; *obsidianus* > obsidiana; *opalus* > opala; *pernula* > pérola; *sapphirus* > safra; *smaragdus* > esmeralda; *turcosa* > turquesa; *zirconium* > zircônia

Com exceção de ágata, pérola, turquesa e ametista, que já pertenciam ao gênero feminino em latim, todas as demais (9/11) sofreram mudança do masculino ou neutro para o feminino, o que pode corroborar a hipótese de que estereótipos sociais, como a associação entre coisas belas e o gênero feminino, tenham influência na atribuição de gênero gramatical em casos de mudança na passagem do latim ao português.

No âmbito botânico, em especial em relação a plantas ornamentais, notamos uma prevalência do gênero feminino, sendo que a maioria já era feminina e pertencia à primeira declinação em latim (como *ruta* > arruda; *alêndu* > begônia; *bromelia* > bromélia; *alêndula* > calêndula; *fuchsia* > fuchsia). Em parte, isso reforça a hipótese que liga coisas belas, agradáveis, delicadas, cheirosas etc. ao gênero gramatical feminino (observável nesses casos tanto em latim como em português). Semelhante ao caso da mudança já apresentada por Williams (2015 [1962], p. 122), de *fagum* para *faia*, temos, ainda, os seguintes casos:

- (7) *anaphalis* (n.) > anafale (f.); *arnoglossum* > arnoglossa (pl. medicinal); *baccharis* (n.) > bácaris (f.); *doronicum* > dorônica (variante de arnica); *eupatorium* > eupatória; *melanthium* > melancia; *oncidium* > orquídea; *perdicium* > perezia; *rhapis* (n.) > ráfis (f.)

No caso dos neutros latinos de 2ª declinação (terminados em -um no singular), a atribuição de gênero feminino em português tanto pode ter sido motivada pelo uso frequente da palavra no plural (*oncidia*, *melanthia* etc.) quanto pela influência do estereótipo social em questão (como foi suposto antes para *faia*). No caso de *anaphalis*, *baccharis* e *rhapis* (uma espécie de palmeira), nomes de 3ª declinação, temos a mudança de neutro para feminino sem qualquer motivação sistêmica, o que nos leva a supor a agência do fator social, ou ainda atribuição de gênero por elipse ou referência: “a [palmeira] ráfis”, “a [flor] anafale” etc.

Por fim, quanto ao âmbito dos metais, em latim, esse grupo lexical era largamente composto por neutros de 2ª declinação, como é o caso de:

- (8) *argentum, aurichalcum, aurum, cassiterum, cuprum, electrum, ferrum, hydrargyrum, iridium, orichalcum, osmium, palladium, platinum, plumbum, pyropus, rhenium, rhodium, ruthenium, stannum*

Na passagem para o português, salvo o caso de *platinum* (> *platina* > *prata*), todos receberam tema em -o e atribuição de gênero masculino, o que pode ter tido tanto motivação morfofonológica (o tema em -o) quanto social (a associação a coisas rudes, duras, frequentemente ligadas a objetos pontiagudos etc.). Exceções nesse grupo, além de *aço* (< *aciem*), já observado por Williams (2015 [1962], p. 140), são:

- (9) *aes* (antigo nome para o bronze, que permanece em português em empréstimos latinos como “o *aes grave*”, um tipo particular de bronze usado em moedas, nesse caso recebendo gênero masculino); e *chalybs* (antigo nome para o aço, que permanece no arcaísmo *cálibe*, de gênero masculino também)

Como vemos, esse grupo lexical não traz grandes surpresas, porém salta aos olhos o fato de haver apenas um único item pertencente ao gênero feminino aqui, o que parece corroborar, em parte, aqueles universais observados por Aikhenvald e Wales.

Conclusões

Como anunciamos, esta pesquisa buscou analisar casos de mudança de gênero gramatical na passagem do latim ao português em grupos lexicais ligados a objetos (pedras, plantas, frutas, metais), atentando para as motivações predominantes por trás de cada caso.

A revisão dos casos apontados por Williams (2015 [1962], p. 122-140) indicou, por um lado, contextos de clara motivação sistêmica, como (a) os casos de *arma*, *boda*, *lenha* e *folha*, por exemplo, neutros de 2ª declinação reanalisados como femininos em português porque faziam plural em -a e eram muito mais usados no plural; e (b) como os casos de *tempo*, *esterco*, *corpo*, *peito*, *lado* e *empenho*, que – embora fossem neutros, de tema em -e e plural em -a – faziam nominativo e acusativo singular em -us e eram muito mais usados nesses casos, por isso foram reanalisados como masculinos em português com tema em -o; e, por outro lado, indicou casos de provável motivação social, como *amethystum* > *ametista*; *sapphirum* > *safra*; *fagum* > *faia*; *fraxinum* > *freixo*; *pinum* > *pinho*; *axem* > *eixo*; *aciem* > *aço*; *cucumerem* > *cogombro* (pepino); *os* > *ossum* > *osso*. Tais mudanças

possivelmente foram motivadas por estereótipos sociais ou universais linguísticos apontados por Aikhenvald (2016) e Wales (1996), que associam, por exemplo, coisas belas, como pedras preciosas, ao feminino, e coisas pontiagudas, rígidas ou rudes, por exemplo, ao masculino.

A partir de tal revisão, estendemos nosso corpus de análise a itens lexicais relativos a gemas preciosas, plantas ornamentais e metais brutos. Nossa maior surpresa foi constatar que a mudança do neutro no latim para o feminino no português foi sistemática no primeiro grupo, o que indica uma forte prevalência do fator social ali.

Em relação ao segundo grupo, das plantas ornamentais, a situação é mais diversa. De forma geral, notamos uma prevalência do gênero feminino, sendo que a maioria já era feminina e pertencia à primeira declinação em latim. Entretanto, ao analisar os casos expostos em (7), chegamos a diferentes conclusões: (a) no caso dos neutros latinos de 2ª declinação (terminados em *-um* no singular), a atribuição de gênero feminino em português tanto pode ter sido motivada pelo uso frequente da palavra no plural (*oncidia*, *melan-thia* etc.) quanto pela influência do estereótipo social em questão (como foi suposto antes para *faia*); (b) no caso de *anaphalis*, *baccharis* e *rhapis* (uma espécie de palmeira), nomes de 3ª declinação, temos a mudança de neutro para feminino sem qualquer motivação sistêmica, o que nos leva a supor a agência do fator social, ou ainda atribuição de gênero por elipse ou referência: “a [palmeira] ráfis”, “a [flor] anafale” etc.

O terceiro grupo, por fim, era quase totalmente composto por neutros de 2ª declinação em latim (terminados por *-um*), sem qualquer presença de itens femininos ali. Com exceção de um item (*platinum* > *prata*), todos os demais foram absorvidos pelo gênero masculino em português e é suficiente supor a prevalência do fator sistêmico (morfofonológico) para explicar essa mudança. No entanto, a ausência quase total do gênero feminino nesse âmbito corrobora um dos cenários universais apontados por Aikhenvald (2016, p. 35), que percebe um padrão na associação de coisas rígidas e rudes ao masculino.

Referências

- AIKHENVALD, Alexandra. *How gender shapes the world*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- CORBETT, Greville. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- HUDSON, Paul. *Latin frequency dictionary*. New York: SPQR Study Guides; 2013.

LOPORCARO, Michele. *Gender from Latin to Romance*. Oxford: Oxford Academic Press, 2018.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; Moura, Heronides Maurílio de Melo. Masculino genérico em português: uma viagem no tempo. *ReVEL*, v. 21, n. 41, 2023.

RIGG, Arthur George. *Traditional Grammatical Terminology: Latin*. Toronto: University of Toronto, 1991.

WALES, Katie. *Personal pronouns in present-day English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *From Latin to Portuguese: Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2015 [1962].



POMERANO: DIALETO OU LÍNGUA?

POMERANIAN: DIALECT OR LANGUAGE?

Guilherme Ribeiro Colaço Mäder | [Lattes](#) | mader@inventati.org

Universidade Federal de Santa Catarina

Nicoli Knuth da Rosa | [Lattes](#) | nicolikhuth1@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo faz um panorama histórico da língua pomerana, demonstrando como essa língua, tá já praticamente extinta em seu local de origem, mantém-se viva no Brasil, mesmo após anos de apagamento e silenciamento do povo pomerano. O trabalho foca no pomerano falado na cidade de Canguçu/RS e, através de entrevistas e pesquisas, traça paralelos com o pomerano falado em Santa Maria de Jetibá-ES, local onde essa língua é mais estudada e documentada, além de chamar a atenção para o fato de o pomerano ser uma língua, não um mero dialeto do alemão, e como essa classificação equivocada prejudicou e prejudica ainda hoje a comunidade pomerana.

Palavras-chave: Pomerano; Canguçu; Língua pomerana.

Abstract: This article provides a historical overview of the Pomeranian language, demonstrating how this language, practically extinct in its region of origin, remains alive in Brazil, even after years of suppression and silencing of the Pomeranian people. The work focuses on the Pomeranian spoken in Canguçu-RS and, through interviews and research, draws some parallels with the Pomeranian spoken in Santa Maria de Jetibá-ES, where the Pomeranian language is more studied and documented. It also draws attention to the fact that Pomeranian is a language, not just a dialect of German, and how this mistaken classification has harmed and continues to harm the Pomeranian community.

Keywords: Pomeranian; Canguçu; Pomeranian language.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo geral contribuir com a discussão no debate acadêmico nacional sobre a língua pomerana em território brasileiro, oferecendo mais uma perspectiva para corroborar a afirmação de que o pomerano é uma língua, não um mero dialeto do alemão. Essa afirmação se faz importante porque o pomerano foi historicamente considerado um dialeto do alemão. Os pomeranos¹ eram, ao imigrarem para o Brasil, muitas vezes, considerados “alemães” (Hackenhaar, 2018; Krone, 2014; Thies, 2008), pois a Pomerânia fazia parte do que até a Segunda Guerra Mundial era território alemão. Um outro motivo para o pomerano ser considerado um dialeto é o fato de ter sido, até recentemente, uma língua sem escrita. Além disso, o povo pomerano sempre foi considerado pelos outros povos germânicos como uma cultura inferior por viverem predominantemente no meio rural, por terem sido dominados por diversas potências estrangeiras, como a Suécia, a Polônia e outros Estados que viriam a formar a Alemanha (Wachholz, 2008), por exercerem profissões pouco valorizadas socialmente e falarem uma língua ágrafa (Hartuwig, 2011).

O pomerano era considerado por muitos, inclusive pelos próprios falantes, como “apenas um dialeto”, uma língua de “gente da roça” (Bahia, 2001, p. 74). É de fato uma língua bastante próxima do alemão, ambas pertencem à família germânica ocidental, mas são distintas. Falantes de cada língua não se compreendem entre si. Muitos imigrantes pomeranos e seus descendentes, por exemplo, não conseguiam entender o culto nas igrejas luteranas, que era ministrado em alemão. O pomerano faz parte da subfamília do baixo-alemão (ou baixo-saxão), enquanto o alemão faz parte da subfamília do alto-alemão. Além disso, sempre esteve em contato próximo com o alto-alemão, através da religião e da escola, e a isso se deve uma influência bastante forte do léxico alto-alemão sobre o léxico pomerano, ainda que em aspectos gramaticais o pomerano esteja mais próximo de outras línguas germânicas ocidentais, como o holandês, o frísio e o inglês.

O pomerano, hoje em dia, é uma língua com uma condição um tanto peculiar: está praticamente extinta na região onde se originou, mas mantém um grau considerável de vitalidade nos locais para onde foi transplantada, no dia a dia das comunidades de descendentes de pomeranos e com produção de conteúdo na Internet². Comparando com os outros povos germânicos que emigraram para o Brasil, os pomeranos, especialmente

¹ A vasta maioria dos dados históricos e linguísticos sobre a língua pomerana e os seus falantes, nos quais se baseia este artigo, foram retirados da obra do linguista Gertjan Postma (2019), *A Contrastive Grammar of Brazilian Pomeranian*. A não ser quando explicitamente indicada outra fonte, considere-se a obra citada como referência básica.

² Por exemplo, o canal “Pomeranos TV” no Youtube, disponível em: <https://www.youtube.com/c/PomeranosTv>.

os que foram para o Espírito Santo, são os que mais fortemente mantiveram o seu idioma. Este não é mais falado no seu território de origem desde a metade do século passado, com a derrota da Alemanha ao final da Segunda Guerra Mundial e a consequente incorporação daquele território pela Polônia, mas se mantém vivo em algumas comunidades no Brasil, principalmente no interior dos estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul. Por esse motivo, usaremos o termo “pomerano” para nos referir ao pomerano brasileiro. Em muitas dessas comunidades, é ainda a língua materna da população e, até algumas décadas atrás, era a única língua falada pelas crianças antes de iniciarem o processo de escolarização. Praticamente todos os pomeranos se converteram ao luteranismo no século XVI e, até hoje, a cultura pomerana é fortemente vinculada à essa religião, que representa uma grande força de coesão social e cultural.

O pomerano sempre foi uma língua de tradição exclusivamente oral, ganhando um sistema de escrita apenas no começo do século XXI no Brasil pelo linguista Ismael Tressmann com a implementação do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO) em 2005, meio século depois de ser uma língua considerada extinta no seu território de origem.

Além de ser uma língua desprovida de um sistema de escrita por quase toda a sua história, esteve praticamente ausente nos estudos dialetológicos, tanto na Europa quanto no Brasil, sobre o germânico ocidental, ramo linguístico do qual o pomerano faz parte. Mais recentemente, têm surgido estudos acadêmicos e um renovado interesse sobre esse idioma, principalmente nas comunidades de falantes no estado do Espírito Santo, mais precisamente no município de Santa Maria de Jetibá. Este artigo tem como foco o pomerano falado no Rio Grande do Sul e como objetivo específico demonstrar que, apesar do pouco contato atestado historicamente entre as comunidades de falantes desses dois estados, a situação linguística nos dois lugares é muito semelhante.

Os pomeranos no Brasil viviam, em muitas comunidades, uma situação linguística de triglossia: em casa, com a família, falavam o pomerano; na cidade, sobretudo em contato com as instituições do Estado, como a escola, falavam o português; e na igreja, utilizavam o alemão, ainda que muitas vezes não dominassem a língua e o contato linguístico fosse mais passivo, na assistência aos cultos e no canto dos hinários. Assim, o pomerano era a língua materna, familiar; o alemão, a língua litúrgica; e o português, a língua oficial. Essa situação de triglossia não é tão simples quanto parece, com cada língua sendo utilizada em espaços e contextos bem delimitados. O pomerano, embora fosse utilizado sobretudo em casa, com a família, na zona rural, poderia ser também empregado na cida-

de, quando os agricultores iam vender seus produtos na feira, como uma língua secreta entre eles para, por exemplo, alertarem uns aos outros sobre a possibilidade de um mau negócio (Bahia, 2001). O alemão, além de ser a língua utilizada na igreja, pois a maioria dos pastores eram formados na Alemanha e falavam o alto-alemão, também podia ser usada pelos pomeranos na comunicação com outros imigrantes germânicos, que falavam o alto-alemão ou o *hunsrückisch*, um dialeto alemão próximo ao alemão padrão, falado por muitos imigrantes alemães no Brasil.

Com o passar do tempo, o alemão foi deixado de ser utilizado na Igreja Luterana, sendo substituído pelo português nessa função, embora algumas igrejas ainda tenham horários para cultos em alemão; em outras igrejas, em comunidades pomeranas, com a revalorização do idioma, passou a haver cultos em pomerano também. Com a cooficialização do pomerano em alguns municípios brasileiros, o pomerano passou a ser usado, ainda que de forma limitada, em situações mais formais e oficiais, na relação dos cidadãos com os serviços públicos e com o ensino do idioma na escola. O alemão continua atualmente presente nesse sistema, principalmente, como língua estrangeira ensinada também em algumas escolas e, por ser uma das línguas mais importantes no mercado linguístico global, é também procurada por pomeranos e outros descendentes de imigrantes alemães. Essa situação de triglossia se manteve, portanto, com esses três componentes, o pomerano, o alemão e o português, mesmo que tenham modificado bastante e cada uma dessas línguas perdendo ou tomando novos espaços, mas com o português ainda em posição privilegiada nesse sistema.

Hoje em dia, a língua pomerana no Brasil se encontra mais bem preservada e documentada no estado do Espírito Santo, particularmente no município de Santa Maria de Jequitibá. Neste artigo, apresentamos duas entrevistas realizadas com falantes de pomerano do estado do Rio Grande do Sul, do município de Canguçu, e veremos que muito do que se descobriu e documentou sobre a língua pomerana no Espírito Santo vale também para a situação linguística no Rio Grande do Sul, numa comunidade que, aparentemente, teve pouco contato com as comunidades pomeranas do Espírito Santo.

Na próxima seção (2), faremos uma breve contextualização histórica do povo pomerano e da sua língua no período pré-imigração. Na seção 3, trataremos com mais detalhes da situação da língua pomerana no Brasil. Na seção 4, voltamos a nossa atenção para a situação linguística em Canguçu-RS, município onde o pomerano ainda é falado quotidianamente pela população e é língua cooficial. Na seção 5, apresentamos as semelhanças entre Canguçu-RS e Santa Maria de Jetibá-ES, município onde o pomerano se mantém

com mais força e sobre o qual trata a maioria dos estudos sobre o pomerano no Brasil. Na seção 6, fazemos uma comparação entre o pomerano e o alemão, demonstrando algumas diferenças importantes entre as duas línguas no que diz respeito à fonologia e à gramática.

2 O pomerano na Europa

A língua pomerana que os imigrantes trouxeram para o Brasil é uma língua da família do baixo-alemão falado na região histórica da Pomerânia Oriental (*Ostpommern* em alemão)³. Essa região se estendia sobre um território na costa do Mar Báltico delimitado de oeste a leste entre o Rio Óder e o Rio Vístula. Foi colonizada por povos germânicos a partir do Século XIII durante a chamada *Ostsiedlung*⁴ e, no período de imigração pomerana para o Brasil, localizava-se na província da Pomerânia, no Reino da Prússia. Esse território pertenceu à Alemanha até 1945, quando, com a derrota alemã ao final da Segunda Guerra Mundial, foi incorporado à Polônia, e os cidadãos alemães dali foram expulsos (Krone, 2014). A partir de então, o pomerano deixou de ser falado na região, contando, hoje em dia, com apenas alguns falantes na atual Alemanha, a sua maioria no estado alemão da Eslésvico-Holsácia, situado no norte do país. Atualmente, a região de origem dos imigrantes pomeranos faz parte da província (*voivodia*) polonesa da Pomerânia Ocidental. Na Figura 1 a seguir, podemos localizar a área geográfica onde era falado o pomerano oriental (*Ostpommersch*) na Europa do início do século passado.

Figura 1: Mapa linguístico da costa do Mar Báltico no início do Século XX.



Fonte: Postma (2019, p. 1).

O pomerano oriental falado na Europa provavelmente nunca foi escrito. Na Idade Média, as pessoas letradas, quando escreviam, faziam-no nas variedades do pomerano

³ Essa região também é chamada em alemão *Hinterpommern*, cuja tradução literal seria “Transpomerânia”.

⁴ Movimento de migração germânica para o leste, entre os Séculos XII e XV.

ocidental das cidades de Greifswald, Stralsund e Stettin. Tempos depois, o baixo-alemão da cidade de Lübeck passou a ser usado na escrita ao lado do latim. A principal razão do pomerano oriental nunca ter sido uma língua escrita é porque era uma língua estritamente rural. Mesmo na região da Pomerânia Oriental, falava-se nas cidades uma língua próxima da variedade do baixo-alemão de Lübeck e essa situação de diglossia não estava correlacionada apenas à oposição cidade/campo, mas também à escolaridade do falante: mesmo no meio rural, os camponeses podiam mudar para o registro urbano, de acordo com o seu nível de erudição.

Devido a diversos fatores, como a perseguição religiosa e a situação econômica precária na Pomerânia, com o crescente desemprego no meio rural devido ao processo de industrialização que se iniciava na Europa (Dreher, 2008), os pomeranos emigraram para outros países, como os Estados Unidos e o Brasil. Nesse sentido, na próxima seção, trataremos da emigração pomerana para o Brasil.

3 O pomerano no Brasil

A imigração pomerana para o Brasil (Hackenhaar, 2018) ocorreu entre 1849 e 1887, sobretudo, a partir da área rural das bacias do Rio Persante e do Rio Rega, das planícies situadas entre o Mar Báltico, ao norte, e a primeira Moreia, ao sul, no território que, à época, pertencia à província prussiana da Pomerânia. Os principais destinos, no Brasil, foram a Região Sul (a partir de 1849, para o Rio Grande do Sul e, de 1850, para Santa Catarina) e o estado do Espírito Santo (a partir de 1857). A partir desses núcleos de colonização, os pomeranos espalharam-se para outros estados, como Minas Gerais (Beilke, 2013) e Rondônia, onde se fala ainda a língua pomerana. Em alguns lugares, os pomeranos foram assimilados cultural e linguisticamente por outras comunidades de imigrantes germânicos e, em outros, foram os pomeranos que assimilaram os imigrantes de outras origens, principalmente no Espírito Santo. Em Santa Catarina, praticamente todas as comunidades pomeranas deixaram de usar o seu idioma, substituindo-o pelo alemão com um substrato pomerano. No Espírito Santo, os pomeranos formaram e mantiveram comunidades bastante coesas, onde até hoje o pomerano é utilizado no dia a dia e assimilaram povos germânicos de outras colônias, como suíços, austríacos, holandeses e luxemburgueses. No Rio Grande do Sul, a língua pomerana também sobreviveu como língua utilizada no cotidiano das comunidades. Comparando com as comunidades do Espírito Santo, não há tantos estudos sobre o pomerano no Rio Grande do Sul, mas a situação da língua nos dois estados parece ser bastante semelhante, embora as diferentes situações de contato

linguístico em uma e noutra região acarretam diferenças no pomerano falado em cada localidade. Assim, o pomerano falado no Espírito Santo tem, comparativamente com os estados do Sul, menos influência de línguas indígenas e do português.

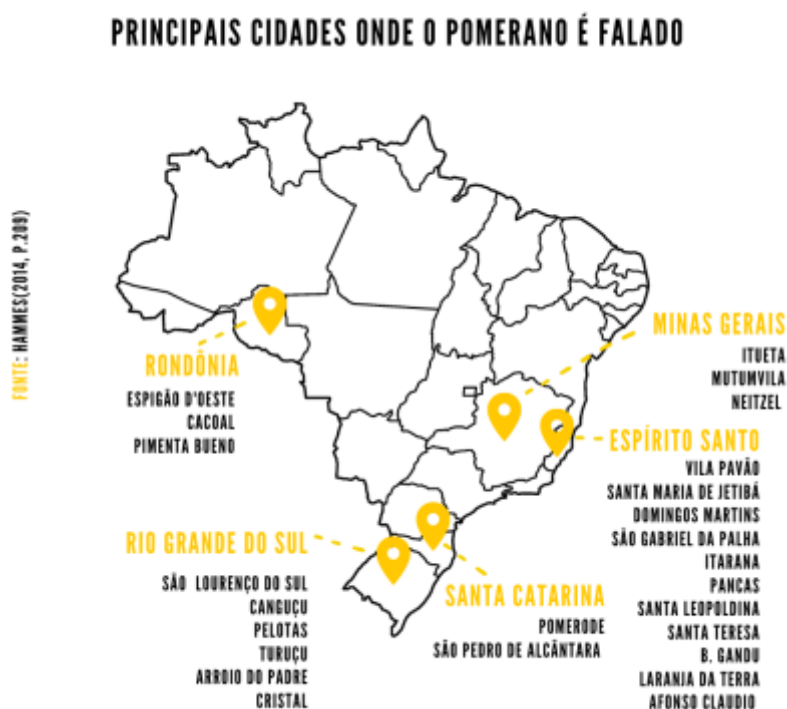
Dentre os fatores que impulsionaram a imigração pomerana para o Brasil, é possível que a perseguição religiosa na Europa tenha contribuído, embora, provavelmente, não tenha sido um fator tão importante quanto o foi na emigração pomerana para os EUA. Os pomeranos converteram-se praticamente todos ao luteranismo no século XVI, em grande parte devido ao trabalho de Johannes Bugenhagen, amigo de Martinho Lutero, que introduziu a Reforma Protestante no norte da Alemanha. Na época da imigração para o Brasil, os pomeranos eram luteranos independentes, isto é, luteranos que resistiram à união das igrejas protestantes sob o controle do rei Frederico Guilherme III da Prússia na primeira metade do século XIX.

A situação econômica na Europa pode ter sido também um fator que favoreceu a imigração pomerana para o Brasil. A Pomerânia Oriental, à época, era uma região que ainda vivia sob um regime latifundiário, que saíra havia pouquíssimo tempo do sistema feudal, e os pomeranos eram na sua maioria agricultores que trabalhavam para os grandes proprietários de terras (Krone, 2014). Um fator que certamente contribuiu para a migração desse povo para o território brasileiro foi a política imigratória do governo imperial brasileiro, a partir da independência do país em 1822, com os objetivos de substituir a mão de obra escrava e povoar o interior do território nacional, além do projeto de “branqueamento” da população brasileira (Hackenhaar, 2018). Outra causa que pode ter contribuído foi a reforma agrária na Prússia, da qual fazia parte da Pomerânia Oriental, em 1807, e a incipiente industrialização na Europa, inclusive no campo, causando desemprego e deixando trabalhadores rurais não qualificados para outras funções sem outras opções de subsistência.

Outro fator que provavelmente desempenhou um papel na imigração pomerana para o Brasil, e que não é tão comentado quanto o incentivo à imigração europeia por parte do governo imperial brasileiro, é a política imperialista da Prússia (e mais tarde do Império Alemão, a partir de Bismarck), que estimulou a emigração de súditos alemães para outras partes da Europa e para outros continentes. O objetivo dessa política expansionista era que os colonos alemães assentados em outros territórios mantivessem a sua identidade étnica e estabelecessem novos territórios alemães a partir da dominação cultural sobre as populações locais. Esperava-se que essas colônias alemãs no Brasil crescessem e se tornassem Estados independentes. As condições ideais para a realização

desse objetivo se dariam com a criação de colônias isoladas, socialmente coesas, com a sua própria igreja, imprensa e vida intelectual, mas essa política expansionista alemã não obteve os resultados esperados.

Figura 2: Mapa do Brasil com destaque para municípios onde é falado o pomerano.



Fonte: Hammes (2014, p. 209).

4 O Pomerano em Canguçu

Ao compararmos os estudos que temos sobre o pomerano no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, vemos que ainda há poucos estudos focados especificamente nessa língua na região Sul (uma hipótese sobre essa escassez será apresentada na seção 5). Portanto, propusemo-nos fazer entrevistas com duas ex-moradoras de Canguçu-RS. As entrevistas foram realizadas pela coautora deste artigo. Ambas as entrevistadas têm como língua materna o pomerano e viveram inseridas na comunidade pomerana até sua juventude. Além disso, também levaremos em conta as vivências e observações feitas pela coautora, também natural do município de Canguçu/RS.

Até volta dos anos 1970, devido ao isolamento geográfico das comunidades pomeranas, as crianças só vinham a ter contato com a língua portuguesa quando atingiam a idade escolar. Ao chegarem à escola, esses alunos se viam em salas de aula onde cem

por cento do conteúdo era ministrado em português. Algumas professoras sequer sabiam falar o pomerano, e aquelas que sabiam não deveriam utilizar a língua em sala de aula. As entrevistadas relatam as dificuldades que tiveram no aprendizado do português, para elas uma segunda língua:

[...] [foi] a partir da escola que eu comecei a aprender, meio sob pressão, a falar o português, porque a professora falava comigo, e eu não entendia. Tipo, eu ficava olhando para ela e, ao mesmo tempo, eu ficava com medo, porque eu não sabia o que ela dizia, se ela estava conversando comigo, se ela estava me xingando, se ela estava me reprimindo [...]. (Entrevistada 1, 58 anos).

Eu tive muita dificuldade para aprender o português, como o meu idioma em casa era só o pomerano, e também, entre aspas, comecei a ser alfabetizada em pomerano [na questão da alfabetização, se refere ao alemão padrão]. [...] Eu aprendi a ler a numeração em alemão, depois a ordem alfabética. (Entrevistada 2, 56 anos).

Há pelo menos duas causas que podemos considerar com base nesses relatos para justificar a falta de inclusão de crianças pomeranas no espaço escolar. A primeira é a política linguística nacionalista, instaurada por Getúlio Vargas, em 1938, que proibia línguas estrangeiras em território brasileiro. A supressão de línguas de imigrantes começou com o Decreto-Lei nº 406, de maio de 1938, que decretava, no seu artigo 85, que as escolas fossem administradas por brasileiros natos e os materiais didáticos fossem exclusivamente em português. Outra causa é a desvalorização do pomerano que, por ser uma língua de tradição oral e que até então não tinha uma gramática estabelecida, não era considerada uma língua “cult”. De acordo com uma das entrevistadas, ela “[...] *era visto como burro, porque só falava o pomerano. Quem não sabia o português, era burro. Era assim que era... na época, 50 anos atrás* [...]” (Entrevistada 2, 56 anos).

Algo muito presente na cultura pomerana é sua religiosidade. A maior parte da comunidade é luterana. Através dos relatos das entrevistadas, podemos entender um pouco melhor a forma como funcionavam os cultos nas igrejas luteranas antes de passarem a ser ministrados em português. A Entrevistada 1 relata que, até seus 10 anos de idade, todos os cultos eram ministrados em alemão (alto-alemão) e depois foi variando entre o alemão e o português, mas alguns aspectos do ritual, como a confirmação e os hinários permaneciam apenas em alemão, ainda que grande parte dos devotos não entendesse o idioma:

[...] no meu tempo, era nas duas línguas, algumas coisas, e a gente tinha dificuldade, como era no alemão e no português, então, a dificuldade era

o alemão, mas a gente meio assim decorava o alemão, sem entender por completo. Não era muita coisa, eram poucas coisas, assim, que a gente precisava fazer. Por exemplo, eram alguns hinos que se cantavam e a gente acabava decorando com o próprio pastor. E algum mandamento também mais simples, assim, a gente tinha que falar em alemão mesmo, mas era isso. (Entrevistada 1, 58 anos).

Normalmente, apenas as primeiras gerações que vieram diretamente da Europa compreendiam o alemão: “*Era mais os antigos que sabiam, por exemplo, os pastores, os meus avós, os mais antigos sabiam, mas não era geral [...]*” (Entrevistada 1, 58 anos).

As entrevistadas também descrevem como o alemão padrão era mais valorizado que o pomerano. Associava-se a língua pomerana aos agricultores mais pobres, que viviam do que cultivavam, numa agricultura de subsistência e não tinham tanto contato com o comércio. Além disso, a língua pomerana era considerada menos “útil”, já que não havia escrita da língua. Já o alemão padrão era associado àqueles com maior poder aquisitivo, ainda agricultores, porém, que tinham contato direto com o comércio e possuíam implementos agrícolas mais modernos e se associava o alemão aos clérigos, que tinham grande relevância para a comunidade (Krone, 2014).

O pomerano normalmente era o mais pobre. [...] era mais agricultor, era mais explorado, trabalhava mais na roça. Agora, [os que falavam] “hochdeutsch”, eles já tinham mais comércio, então eles já falavam o alemão mesmo, não o plattdeutsch, que eles dizem. Falavam o hochdeutsch. Então, assim, já eram pessoas que tinham mais poder aquisitivo. Normalmente, tinham comércio, tinham caminhões, coisas assim. Já na época, na minha época, antigamente, quando não tinha esse negócio de transporte de caminhão, era tração animal, então eles também já tinham esse comércio, tinham mais comércio, não trabalhavam na roça, não era serviço braçal. [O] pomerano era mais serviço braçal, era o mais explorado. (Entrevistada 2, 56 anos).

Ainda a respeito da percepção comum que as pessoas costumavam ter das línguas, o português era claramente mais valorizado por ser a língua nacional, as pessoas que dominavam bem a fala e a ortografia da língua teriam a oportunidade de ascender socialmente e buscar maior grau de escolaridade.

Atualmente, há poucos casos de membros da comunidade pomerana que não sabem falar o português. As raras exceções costumam ser idosos (como a bisavó da coautora deste artigo, falecida há alguns anos). Em contraponto a isso, cada vez mais famílias optam por não ensinar o pomerano para as crianças, especialmente pelo receio de que o

bilinguismo atrapalhe os estudos, problema esse que afligiu as gerações anteriores. Apesar de o pomerano ser língua cooficial em Canguçu, RS, através da Lei Municipal nº 3.473, de 2010, não há políticas que garantam o ensino da língua nas escolas (apesar de haver alguns projetos pontuais em poucas escolas) (Canguçu, 2010). Portanto, as novas gerações têm cada vez menos oportunidades de entrar em contato com sua língua ancestral.

Apesar da redução de falantes da língua pomerana, a tradição oral ainda se mantém viva no município de Canguçu, RS. Ao andar pelo centro da cidade, observamos vários estabelecimentos que levam o nome de alguma família pomerana e tanto os clientes quanto os atendentes se comunicam em pomerano e português. Por isso, diversas vagas de emprego ofertadas têm como requisito a fluência nos dois idiomas.

Figura 3: Fotografia de consultório odontológico situado no centro de Canguçu, que oferece atendimento em pomerano.



Fonte: Acervo dos autores, 2023.

5 Divergências e convergências entre Santa Maria de Jetibá e Canguçu

Uma das divergências entre o pomerano no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul foi a forma como a comunidade pomerana se relacionou com os demais povos imigrantes. Tressmann (2005) afirma que, no Espírito Santo, os demais imigrantes (alemães, holandeses, suíços) que chegaram juntamente com os pomeranos ao Brasil estavam em menor número e, por isso, acabaram assimilando o uso da língua pomerana, assim facili-

tando a manutenção da língua no estado. Já no Rio Grande do Sul, o pesquisador Carmo Thum (2008) declara que os pomeranos do estado sofreram um processo de germanização. Nas igrejas de algumas localidades, só eram considerados válidos pastores formados na Alemanha, enquanto pastores pomeranos eram chamados de “pseudopastores” ou “pastores-colonos”, já que costumavam não ter formação. Diferentemente dos alemães, seguiam seus ritos, considerados pagãos pelas autoridades religiosas luteranas, os quais eram passados de geração em geração de forma oral. A população pomerana também sofria um isolamento geográfico, pois quem dialogava com o “mundo externo” à comunidade de imigrantes eram os alemães.

Segundo o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), em 2007, o pomerano foi a primeira língua de imigração a ser cooficializada no Brasil, ou seja, ao lado do português, o pomerano é língua cooficial em alguns municípios brasileiros. Isso significa que, nesses municípios, o pomerano pode ser utilizado de forma oficial em setores públicos e privados. Por exemplo, a população tem o direito de ser atendida em pomerano nos órgãos da administração municipal. Ainda assim, o pomerano não está no mesmo nível de oficialização como o português. Documentos oficiais sempre devem ser emitidos na língua oficial do país.

Santa Maria de Jetibá/ES (2009) conquistou o direito de ter o pomerano como língua cooficial em 2009, o mesmo veio a acontecer em Canguçu/RS um ano depois. A escolha de comparar Canguçu a Santa Maria de Jetibá se justifica porque a cidade do Espírito Santo é referência nos estudos da língua pomerana e existem poucos estudos que foquem diretamente na língua pomerana falada em Canguçu. A maior parte dos trabalhos apresenta panoramas históricos e sociológicos sobre a comunidade pomerana da região sem grande ênfase para a língua.

Foi em Santa Maria de Jetibá que foi elaborado por Ismael Tressmann (2005) um dos maiores equipamentos linguísticos⁵ para a língua, o *Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português* (2006). A criação de uma ortografia para o pomerano, que antes era uma língua ágrafa, permite que se elaborem materiais didáticos em pomerano para o ensino em escolas e, a partir disso, abre-se um leque de possibilidades para o uso da língua em diversos locais.

A respeito do âmbito educacional, a Lei Municipal nº 1176, de 17 de novembro de 2011, cria o Centro de Educação Pomerana em Santa Maria de Jetibá, órgão que se responsabiliza pelo Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO). A Lei determina

⁵ Termo utilizado para designar o suporte oferecido a uma língua para que esta desempenhe determinada função.

o ensino obrigatório da língua pomerana em escolas de ensino infantil e fundamental do município. Em Canguçu/RS, o ensino do pomerano nas escolas municipais é facultativo e ainda há poucas escolas com projetos para o ensino da língua. A falta de uma política pública que incentive o ensino do pomerano nas escolas pode influenciar negativamente o uso da forma escrita da língua em outros âmbitos, prejudicando a manutenção da língua na cidade.

6 Diferenças linguísticas entre pomerano e alemão

Um ponto no qual o pomerano se distancia do alemão e se aproxima das línguas germânicas do Mar do Norte é a perda da consoante nasal alveolar (/n/) e, em menor grau, da aproximante lateral sonora (/l/), antes de consoantes fricativas (/f, θ, s, ʃ/), que o alemão manteve nesse contexto fonológico. Nesse aspecto, o pomerano assemelha-se mais ao inglês do que ao frísio, que é a língua viva mais próxima ao inglês.

Tabela 1: Comparação entre pomerano, inglês, frísio, holandês e alemão na apócope de /n/ antes de fricativas.

<i>Pomerano</i>	<i>Inglês</i>	<i>Frísio</i>	<i>Holandês</i>	<i>Alemão</i>	<i>Português</i>
süsta	–	–	zus	sonst	de outra forma
meisch	–	minske	mens	Mensch	pessoa
ous	us	ús	ons	uns	nos
guis	goose	goes	gans	Ganse	ganso
fiw	five	fiif	vijf	fünf	cinco
seis	scythe	seine	zeis	Sense	foice
anert	other	oar	ander	ander	outro
as	as	as	als	als	como (conj.)

Fonte: Adaptado de Postma (2019, p. 2).

Outro aspecto fonológico que distancia o pomerano ainda mais do alemão e das outras línguas da família do baixo-alemão, aproximando-o do frísio e do inglês, é a perda de /n/ no pronome *ous* (1ª p. pl. OD/OI, “nos”, cp. com alemão “uns”) e em outras formas do sistema pronominal. A mesma perda de /n/ se observa em verbos monossílabos no infinitivo, como *daua* “fazer” (cp. com inglês “do”), *gãa* (cp. com inglês “go” e alemão “gehen”) e *saia* “ver” (cp. com inglês “see” e alemão “sehen”).

No âmbito gramatical, uma característica que aproxima o pomerano do frísio e do inglês e o distancia do alemão é a ausência da declinação forte dos adjetivos em função atributiva, como ocorre em alemão. Por exemplo, o adjetivo *lieb* em alemão permanece

nessa forma em função predicativa: “*Mein Kind ist lieb*” (Meu filho é querido). Em função atributiva, o adjetivo ganha um morfema flexional: “*Mein liebes Kind*” (Meu querido filho). Em pomerano, o adjetivo tem a mesma forma em função predicativa ou atributiva: “*Mij laiw kind*” (cp. com baixo-alemão “*min laiwes kind*”).

7 Conclusão

O pomerano esteve sempre em contato íntimo com o alto-alemão, tanto na Europa quanto no Brasil, sempre vivendo sob a sombra de outras línguas nacionais tanto no seu território de origem (com o alto-alemão/alemão literário) como no seu novo território (com o português e com o alto-alemão). Apesar de ser frequentemente identificada com a língua alemã ou como um dialeto da língua alemã, a língua pomerana pertence a um ramo diferente do alto-alemão. Tanto uma quanto outra são línguas germânicas ocidentais, mas o pomerano faz parte da subfamília do baixo-alemão, enquanto o alemão faz parte do alto-alemão.

As diferenças entre o alemão e o pomerano são muito grandes (maiores do que entre o alemão e outros dialetos falados no Brasil, como o *hunsrückisch*), a ponto de haver pouca inteligibilidade mútua entre falantes dessas duas línguas. No entanto, como parte da antiga região da Pomerânia é hoje parte da Alemanha e os descendentes de pomeranos no Brasil são considerados genericamente como alemães (e a língua pomerana é, muitas vezes, chamada de “alemão”), criou-se e mantém-se uma falsa crença de que o pomerano é uma variante do alemão ou mesmo que pomerano é praticamente um sinônimo de alemão. Soma-se a isso a posição de subalternidade, linguística, cultural e econômica, que o povo pomerano vivenciou por muito tempo, tanto na Europa, no período pré-imigratório, em relação à dominação pela Prússia e mais tarde pela Alemanha; quanto no Brasil, no período pós-imigratório, em relação aos outros imigrantes alemães.

[A] voz dos pomeranos não foi pronunciada e, nos casos em que aconteceu, não foi ouvida, porque era silenciada pelas estruturas locais de poder, que na maioria das vezes estavam nas mãos de imigrantes alemães. Os detentores dos espaços de comunicação com o mundo externo eram os donos das “vendas”. Eles eram os que dialogavam com o mundo externo à comunidade, eles falavam uma “língua” considerada “língua fina”, e os pomeranos falavam um dialeto. Isto está sendo questionado hoje! Quem afirma ser a língua pomerana um dialeto? A cultura hegemônica alemã. O Pomerano é a língua de grande parte dos imigrantes, que são camponeses, lavradores rurais. Essa disputa de valor cultural vem de longo prazo e é visível em muitos grupos. A cultura do silêncio para Paulo Freire é justamente essa situação: “impossibilidade de homens e mulheres

dizerem sua palavra, de atuarem como agentes políticos, sem condições de interferirem na realidade, geralmente uma situação opressora e desvinculada da sua própria cultura. (Thum, 2008, p. 17).

Demonstrar que o pomerano não é simplesmente um dialeto da mesma família (ou uma variedade) do alemão padrão, mas uma língua bastante diferente, aparentada ao alemão, mas provavelmente mais próxima de outras línguas germânicas como o inglês, o frísio e o holandês, pode ajudar a fortalecer a posição do pomerano como língua autônoma no ensino escolar nos municípios onde há comunidades que ainda falam essa língua. Ao afirmarmos a distinção entre o pomerano e o alemão, estamos fortalecendo a comunidade pomerana, que teve sua identidade linguística e cultural silenciada na Europa, ao chegarem ao Brasil e ainda atualmente.

Referências

BEILKE, N. S. V. Pomerano: uma variedade germânica em Minas Gerais. In SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 3., 2013. *Anais [...]*. Uberlândia: UFU, 2013.

CANGUÇU. Lei nº 3.473, de 30 de julho de 2010. Dispõe sobre a co-oficialização da língua pomerana no município de Canguçu/RS e a inclusão da disciplina de estudo da língua no currículo escolar nas escolas da rede municipal de ensino e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Canguçu, 31 jul. 2010. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7338&cdDiploma=201034731&NroLei=3.473&Word=&Word2=>. Acesso em: 15 fev. 2024.

DREHER, M. Uma cultura ameaçada. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, n. 271, p. 20-22, 1 set. 2008.

HACKENHAAR, D. *Vida e trajetória do povo pomerano: a imigração pomerana para o Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) —Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2018.

HARTUWIG, A. V. G. *Professores(as) Pomeranos(as): Um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escolar Pomerana – Proepo – desenvolvido em Santa Maria de Jetibá/ES*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

HAMMES, E. L. *A imigração alemã para São Lourenço do Sul: da formação da sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário*. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014

IPOL. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. *Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros*. Florianópolis, SC: IPOL, 2023. Disponível em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

JANUTH, E. *A língua e a cultura pomerana: um estudo de caso em uma escola municipal de Domingos Martins/ES*. Trabalho de Conclusão Final (Especialização em Práticas Pedagógicas) – Instituto Federal do Espírito Santo, Santa Maria de Jetibá, ES, 2022.

KRONE, E. E. *Comida, memória e patrimônio cultural: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, RS, 2014.

POSTMA, G. *A Contrastive Grammar of Brazilian Pomeranian*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2019.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei nº 1.136, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, estado do Espírito Santo. *Diário Oficial do Município*, Santa Maria de Jetibá, 27 jun. 2009.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Lei nº 1.398, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a criação do centro de educação pomerana no município de co-oficialização da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá. *Diário Oficial do Município*, Santa Maria de Jetibá, 17 nov. 2011. Disponível em: www.legislacaocompilada.com.br/santamaria/Arquivo/Documents/legislacao/html/L13982011.html. Acesso em: 14 fev. 2024.

THIES, V. G. Uma cultura ameaçada. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, n. 271, p. 29-30, 1 set. 2008.

THUM, Carmo. Silenciados pela hegemonia alemã. Entrevista concedida a Patricia Fachin. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, v. 1, n. 271, p. 16-18, set. 2008.

TRESSMANN, I. *Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolingüístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. 2005. 335f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

WACHHOLZ, W. Uma cultura ameaçada. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, n. 271, p. 13-166, 1 set. 2008.



O FILME A CHEGADA E A PERMANÊNCIA DA VISÃO ROMÂNTICA DA LINGUAGEM

ARRIVAL AND THE PERSISTENCE OF THE ROMANTIC POINT OF VIEW OF LANGUAGE

Heronides Moura | [Lattes](#) | heronides@uol.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Alicia Sennes Pinto | [Lattes](#) | sgarbossaalicia@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo analisa as ideias linguísticas implicadas no filme *A Chegada* (2016). Argumenta-se que o roteiro do filme abarca muitas ideias românticas sobre como uma língua funciona. O artigo aponta três dessas ideias: i. o mimetismo entre língua e cultura; ii. A escrita como expressão de uma cultura; iii. O mito do *bom selvagem* e sua relação com a linguagem. Outra conclusão do artigo é que a Hipótese de Sapir-Whorf pode ser ligada a ideias românticas desenvolvidas pelo filósofo suíço Jean Jacques Rousseau.

Palavras-chave: Filme *A chegada*. Hipótese de Sapir-Whorf. Rousseau.

Abstract: This paper takes into consideration the linguistic ideas implied by the movie *Arrival* (2016). It is argued that the movie script is saturated with romantic ideas about how language works. This paper identifies three of those ideas: i. The mimesis between language and culture; ii. Writing as an expression of culture; iii. The *bon sauvage* myth and its rapport with language. It is also argued that the Sapir-Whorf Hypothesis may be traced back to romantic ideas as developed by Swiss philosopher Jean Jacques Rousseau.

Keywords: Movie *Arrival*; Sapir-Whorf Hypothesis; Rousseau.

1. Introdução

Nesse artigo, pretendemos analisar o conceito de linguagem explorado no roteiro do filme *A chegada*. Este filme de ficção científica, dirigido por Denis Villeneuve, foi lançado em 2016, com a atriz Amy Adams no papel da protagonista, a linguista Louise Banks. O filme é uma adaptação do conto *Story of your life*, de Ted Chiang, publicado em 1988.

O filme narra o esforço da linguista Louise Banks para decifrar a linguagem dos *heptapodes*, seres extraterrestres cujas naves haviam pousado em vários pontos da terra. Não é comum, no mundo da cultura *pop*, se encontrar uma apresentação sensível dos problemas enfrentados tanto por linguistas quanto por antropólogos ao lidar com culturas e línguas muito diferentes (Sutton, 2018). Só por essa razão já valeria a pena se fazer uma análise das questões linguísticas presentes no filme. Entretanto, um objetivo adicional desse artigo é mostrar que, além da óbvia influência da Hipótese de Sapir-Whorf no roteiro do filme (McWhorther, 2016; Moura; Cambrussi, 2018), há uma outra teoria linguística relevante na estrutura do roteiro: a visão de linguagem elaborada no Romantismo, em especial por Rousseau (1987 [1781]).

Nesse artigo, vamos argumentar que a visão romântica da linguagem se manifesta, no filme, de três formas: a) o mimetismo entre língua e cultura; b) a valorização da escrita como expressão da cultura de um povo; c) o mito do bom selvagem.

Portanto, este artigo visa contribuir também para uma melhor compreensão da história das ideias linguísticas, ao rastrear a relação entre as ideias românticas sobre a linguagem, desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX, e a Hipótese de Sapir-Whorf, desenvolvida no Séc. XX. Esse entrelaçamento de ideias sobre como a linguagem influencia o pensamento e a cultura é tão relevante que terminou se espalhando até mesmo para a cultura *pop*, como é o caso do filme *A Chegada*, em pleno séc. XXI.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2, discutimos a questão do mimetismo entre língua e cultura e como ele se manifesta no filme. Na seção 3, analisamos outra herança do Romantismo presente em *A Chegada*: a valorização da escrita como expressão da cultura de um povo. Na seção 4, discutimos a relação entre o mito do *bom selvagem* e como ele se relaciona com a linguagem. Finalmente, na seção 5, apresentamos as considerações finais.

2. Uma herança do romantismo: o mimetismo entre língua e cultura

O roteiro de *A chegada* embute a noção de mimetismo entre língua e cultura. O desenvolvimento da ideia de que a língua é uma mimesis (imitação ou reflexo) do mundo exterior foi estudada detalhadamente por Genette (1976), que demonstrou a persistência dessa relação no pensamento ocidental, desde o *Crátilo*, de Platão (cf. Moura e Cambrussi, 2018).

A ideia de mimetismo era central na teoria linguística de Rousseau e continuou presente na Hipótese de Sapir-Whorf. O princípio fundamental do mimetismo é a suposição

de que a língua não é um sistema autônomo, por refletir uma realidade que lhe é exterior. Há, assim, um jogo de espelhos (Moura, 2018) entre a língua e a realidade social que a cerca. Tanto a língua mimetiza os valores sociais de um povo quanto a cultura é influenciada pela língua falada por uma dada comunidade.

Assim, sociedades com valores distintos teriam línguas diferentes e línguas diferentes refletiriam diferenças sociais. No Romantismo, e mais especificamente na obra de Rousseau, o mimetismo se entrelaça tanto com a evolução das sociedades quanto com a história das línguas. A historicidade das línguas, segundo Rousseau (1987 [1781]), corre em paralelo com as mudanças sociais.

Nessa perspectiva, para estudar uma cultura, faz-se necessário estudar a língua que a expressa. As mudanças na linguagem mimetizam as mudanças sociais: “Na medida em que as necessidades crescem, os negócios se complicam, as luzes se expandem, a linguagem muda de caráter. Torna-se mais justa e menos apaixonada, substitui os sentimentos pelas ideias, não fala mais ao coração, senão à razão” (Rousseau, 1987 [1781], p. 167).

No pensamento de Rousseau, as línguas dos povos primitivos seriam mais orgânicas e mais poéticas e, com o desenvolvimento das sociedades complexas, as línguas teriam se tornado mais esquemáticas e mais gramaticalizadas.

A hipótese de uma relação mimética entre língua e cultura, articulada de forma clara por Rousseau (1987), persistiu ao longo do séc. XIX e foi revigorada, no séc. XX, pela Hipótese de Sapir-Whorf. O filme *A chegada* é um reflexo contemporâneo de uma ideia romântica há muito presente na cultura ocidental.

No séc. XIX, o mimetismo defendido por Rousseau ganhou uma reinterpretação mais eurocêntrica e quase racista na obra de Ernest Renan. Entender a posição desse autor é importante para demonstrar a persistência da ideia do mimetismo entre língua e cultura ao longo do séc. XIX.

Renan (1858) retoma o debate sobre a arbitrariedade do signo e defende que o signo linguístico é motivado. Segundo as palavras do autor, “[...] a ligação entre sentido e palavra não é nunca *necessária*, nunca *arbitrária*: ela é sempre *motivada*” (RENAN, 1858, p. 149).¹

A motivação por trás da ligação de um significado a um significante é de natureza psicológica, ou mais especificamente, fruto da psicologia social. Renan (1858) se baseia na suposição de que os diferentes povos possuem diferentes mentalidades e que as línguas refletem essa suposta diversidade mental dos povos. Em outras palavras, Renan (1858) propõe um jogo de espelhos entre a mentalidade de um povo e a gramática da lín-

¹ Tradução de Heronides Moura.

gua falada por ele. A mentalidade de um povo se manifesta, também, na cultura daquele povo, de modo que se trata, no fundo, da mesma questão do mimetismo entre língua e cultura, já indicada em Rousseau (1987).

O conceito de signo motivado também já se encontrava em Rousseau (1987), o que mostra como a teoria linguística desse pensador perdura ao longo do séc. XIX. Ao sustentar a ideia de que uma língua espelha as características de uma sociedade, Rousseau afirma o seguinte: “Prolongai essas ideias em todas as suas implicações e vereis que o *Crátilo* de Platão não é tão ridículo quanto parece ser” (Rousseau, 1987, p. 166). Ou seja, Rousseau recupera e justifica a ideia de que os nomes das coisas não resultam de uma escolha arbitrária. A criação de signos linguísticos, assim como toda a estrutura da gramática, seria motivada e não convencional.

É a partir dessa ideia de motivação que Renan (1858) propõe o mimetismo entre a mentalidade de um povo e a gramática da língua usada por tal povo. A partir desse pressuposto, Renan atribuiu as diferenças gramaticais entre as línguas indo-europeias e as línguas semíticas, como o árabe e o hebraico, a uma suposta diferença psicológica entre os povos indo-europeus e os povos semíticos, contrap argumentando que:

[...] se as línguas indo-europeias têm uma grande variação de tempos e modos verbais, e ricos sistemas de subordinação, é que tais características gramaticais refletem o *Volksgeist* indo-europeu. A ausência dessa variação, nas línguas semíticas, é motivada pela incompletude que caracterizaria (segundo Renan) a alma dos judeus e dos árabes (Moura, 2018, p. 190).

Nesse ponto, fica claro que a ideia do mimetismo (a língua refletindo a cultura) pode ser reinterpretada de forma racista, atribuindo a um povo propriedades mentais limitadoras, definidas ou mesmo causadas pelo tipo de língua que ele usa.

É interessante notar que, subjacente à ideia de mimetismo, existe o conceito de que há uma clivagem entre povos primitivos e povos civilizados e que tal clivagem se expressa por meio das línguas. O rótulo de *povo primitivo* ou *selvagem* é outra herança do Romantismo. Em Rousseau, o primitivo era exaltado como sinônimo de liberdade e o civilizado era desvalorizado como sinônimo de opressão. Esse elogio do primitivo está ligado ao mito do *bom selvagem*. Voltaremos a esse ponto na seção 4.

Renan (1858), por sua vez, inverte os termos de Rousseau, e o primitivo passa a ser desvalorizado, com a civilização passando a ser o termo positivo. Para Renan, a oposição entre primitivo e civilizado se resolve na oposição entre línguas sintéticas (que seria o padrão gramatical dos povos primitivos, como os povos semíticos) e línguas analíticas

(que seria o padrão gramatical dos povos civilizados, como os europeus). A gramática da língua de um povo não refletiria apenas a cultura; ela passa a corporificar propriedades psicológicas e espirituais. Na perspectiva eurocêntrica de Renan (1858), os povos europeus teriam uma mentalidade mais flexível e mais aberta, ao passo que os povos semíticos teriam uma mentalidade mais rígida e mais fechada, o que se refletiria na gramática das línguas faladas por esses povos.

Portanto, a herança do Romantismo se manifesta de duas formas: em primeiro lugar, a dicotomia entre primitivo e civilizado e, em segundo lugar, a atribuição de mentalidades e/ou culturas diferentes aos povos primitivos e aos povos civilizados. A equação se fecha com a ideia do mimetismo. Dado que a língua reflete a mentalidade de um povo, então há basicamente dois tipos de línguas: aquelas mais primitivas (ou mais associadas a uma mentalidade primitiva) e as mais civilizadas (ou mais associadas a uma mentalidade civilizada). No séc. XX, essas dicotomias estão embutidas na Hipótese de Sapir-Whorf, à qual voltaremos na seção seguinte.

E, talvez por intermédio da Hipótese de Sapir-Whorf, a clivagem entre línguas/mentalidades *primitivas* versus línguas/mentalidades *civilizadas* serve de arcabouço para o roteiro de *A chegada*. Com isso, ideias românticas sobre a linguagem estão fortemente presentes no filme.

Voltaremos, na seção 4, à Hipótese de Sapir-Whorf e sua relação com o filme. Na seção 3, logo a seguir, veremos como a questão da escrita dos alienígenas desempenha um papel importante no filme *A Chegada* e como tal papel reflete, novamente, postulados românticos já presentes na obra de Rousseau (1987 [1781]).

3. O papel da escrita no filme *A chegada*.

Um dos principais temas desenvolvidos no filme *A Chegada* é a escrita usada pelos *heptapodes*, como são chamados os alienígenas que estão de visita ao planeta Terra.

Mais do que a fala, o que a protagonista do filme tenta decifrar é a escrita dos alienígenas. A linguista Louise Banks se debruça sobre os *logogramas*, que são as formas gráficas usadas pelos *heptapodes*. A escrita a ser desvendada apresenta algumas características originais, que não ocorrem nas línguas humanas. Em primeiro lugar, a escrita dos alienígenas não é uma mera tentativa de reproduzir a linguagem oral, ao passo que essa é a principal característica das escritas desenvolvidas pela humanidade (Fischer, 2009). Ao contrário das escritas humanas, a escrita dos *aliens* de *A chegada* se caracteriza por ser independente da fala, representando um meio próprio de expressão, com regras e *gramática* específicas.

Uma segunda característica é que a escrita dos *heptapodes* é produzida pelo próprio corpo dos alienígenas. Eles são capazes de emitir uma espécie de tinta, que forma no ar figuras complexas e efêmeras. Portanto, tal escrita emana diretamente do corpo, não se apoiando em nenhum dos meios (pele, pergaminho, papiro, papel, tela de computador) nos quais uma escrita humana é grafada (Sutton, 2018). Trata-se, assim, de uma escrita muito mais orgânica e visceral.

É por meio dessa escrita que a linguista Louise Banks consegue, depois de muito trabalho, acessar a mensagem que os alienígenas pretendem transmitir aos humanos. Assim, a partir de uma expressão corporal dos *heptapodes*, a linguista consegue chegar à natureza particular e valiosa da linguagem deles.

Mas não se trata só de ter acesso a uma linguagem não-humana (o que, em si, já seria uma tarefa notável). O que a protagonista consegue, por intermédio da linguagem alienígena, é ter acesso a uma visão de mundo completamente diferente daquela a que estamos habituados, como seres humanos.

A principal característica da visão de mundo dos *heptapodes* é uma representação não linear do tempo. Passado, presente e futuro são percebidos de forma holística, como partes de um todo, sem uma ordem linear. Quando Louise Banks finalmente compreende a escrita alienígena, ela imediatamente vivencia uma transformação mental e passa a ver o tempo de uma forma inovadora. Com isso, a vida pessoal da linguista vai adquirir um novo significado (deixamos para os leitores que ainda não viram o filme descobrirem o que acontece com a protagonista).

O relevante a reter aqui é a forte presença do mimetismo (abordado na seção anterior) nessa passagem da escrita para uma percepção inovadora do tempo. Os *logogramas* usados pelos alienígenas são circulares. Isso permite romper com uma característica básica da escrita humana: a sua linearidade. Nas diferentes escritas humanas, um signo vem depois do outro. Já na escrita por *logogramas*, as diferentes “palavras” vêm todas juntas, rompendo-se a linearidade.

Essa não linearidade da escrita mimetiza a não linearidade do pensamento dos alienígenas. E o pensamento não-linear deles os capacita a perceber o tempo de forma também não-linear (Sutton, 2018).

Portanto, encontramos aqui, de novo, o mimetismo entre língua e visão de mundo: uma reflete a outra. Mais particularmente, no caso do filme, o elemento responsável pelo mimetismo é a escrita e não a fala.

Essa associação entre tipo de escrita e mentalidade ou visão de mundo também é

um resquício do pensamento romântico. Rousseau (1987) argumentou que cada tipo de escrita correspondia a um tipo de sociedade, e cada tipo de sociedade, por sua vez, corresponderia a uma visão de mundo distinta, ou seja, nas palavras dele: “[a] pintura dos objetos convém aos povos selvagens; os sinais das palavras e das proposições, aos povos bárbaros; e o alfabeto, aos povos policiados” (Rousseau, 1987 [1781], p. 167). Note-se que Rousseau atribui valorações a esses diferentes tipos de escrita: a “pintura” dos objetos (como a escrita pictográfica dos astecas e os hieróglifos egípcios) representaria uma linguagem apaixonada, por meio da qual sujeitos livres poderiam exprimir suas paixões mais profundas. Já a escrita alfabética, segundo Rousseau, retém e controla a imaginação e a paixão, servindo, antes, ao controle estatal das populações. Portanto, a escrita primitiva estaria a serviço da liberdade, ao passo que a escrita alfabética estaria a serviço da opressão.

No caso do filme *A chegada*, a escrita em *logogramas* é apresentada como um tipo mais avançado de escrita, que libertaria seus usuários do pensamento linear. Trata-se, assim, de outra herança romântica que pode ser identificada no filme. A tese subjacente é que a escrita, assim como a fala, determina a forma como pensamos e como agimos. É com base nesse pressuposto romântico que se pode entender melhor o argumento do filme. Tudo o que os alienígenas desejam é dar um presente para a humanidade. E esse presente é a escrita não-linear deles, que nos libertaria da *opressão* do pensamento linear.

Sobre essa correlação entre escrita e visão de mundo, é interessante acrescentar que ela foi estabelecida outras vezes, mas com sinal contrário. Por exemplo, a teoria (falsa) de um suposto “efeito alfabeto” sustenta que a escrita alfabética produz mentes mais livres, dotadas de um melhor raciocínio analítico, o que teria favorecido (segundo essa tese) o fortalecimento da democracia e das ciências nas sociedades alfabetizadas do Ocidente. Já as escritas pictográficas do Oriente, como os caracteres chineses, produziriam um pensamento mais holístico e menos propício à democracia e à ciência (Fischer, 2009, p. 146).

Portanto, o suposto mimetismo entre escrita e visão do mundo pode conduzir a diferentes avaliações sobre qual seria o tipo ideal de escrita, dependendo da ideologia de quem defende tal mimetismo.

Rousseau criticou vigorosamente a escrita alfabética, porque ela serviria, segundo ele, à opressão da sociedade moderna. Seguindo os passos de Rousseau, o roteiro de *A chegada* parece propor que a escrita alfabética do Ocidente (e talvez todas as escritas humanas) padeçam de um defeito grave: a linearidade. Como tal, a escrita linear pode, em tese, ser substituída por uma escrita mais holística.

Já os defensores do *efeito alfabeto* (Logan, 2004) valorizam a escrita alfabética como meio de libertação política e de desenvolvimento da ciência e do pensamento abstrato, ao passo que criticam, de forma eurocêntrica, as escritas pictográficas do Oriente.

Resta compreender por que o filme *A chegada* se situa na linhagem do pensamento romântico, especialmente na forma desenvolvida originalmente por Rousseau (1987). A explicação que daremos é que este alinhamento romântico está ancorado no mito do bom selvagem.

4. O mito do bom selvagem no filme *A chegada*

Nessa seção, mostraremos que outra herança romântica presente no filme *A chegada* é o mito do *bom selvagem*, desenvolvido a partir do pensamento de Rousseau e que perdura até hoje na cultura ocidental. No filme em análise, o mito do bom selvagem aparece transformado e readaptado aos valores culturais do mundo contemporâneo, mas a estrutura básica do mito permanece a mesma.

Antes de fazermos a análise de como o mito do bom selvagem aparece na produção *hollywoodiana*, é importante situar o conceito de bom selvagem na teoria de Rousseau.

Apesar de ser considerado um dos representantes do Iluminismo, Rousseau era um crítico do movimento e, como tal, foi um precursor do Romantismo. Os filósofos iluministas acreditavam que a civilização levaria o homem inevitavelmente ao progresso. Rousseau, por sua vez, foi um severo crítico dessa ideia. Para ele, a racionalidade conduziu o ser humano à decadência, desligando-o de suas propensões naturais. A racionalidade e o desenvolvimento das ciências teriam cerceado a expressividade do eu.

É nesse ponto que se manifesta um importante aspecto do pensamento de Rousseau: a noção de bom selvagem está conectada intimamente ao papel desempenhado pela linguagem na existência do ser humano. Rousseau via a linguagem como o molde que poderia ou libertar o ser humano (enquadrando-o no paradigma do bom selvagem) ou aprisioná-lo (enredando-o no paradigma do homem civilizado).

Assim, a linguagem é o elemento fundador que define a natureza humana, e é nesse elemento expressivo que está alicerçado o mito do bom selvagem.

Antes de prosseguir na análise, é importante explicitar que Rousseau nunca indicou as bases históricas ou arqueológicas da sociedade dos bons selvagens. Ele faz uso do que se pode denominar de *história conjectural* (Bertram, 2023). Esse método de descrição da evolução histórica equivale a um mecanismo filosófico que seria capaz de separar os elementos naturais de nossa psicologia daqueles que nos foram impostos artificialmente

pelas sociedades complexas. Portanto, tal método pressupõe uma clivagem entre o que é natural e primitivo e o que é artificial e civilizado. A linguagem primitiva é uma expressão direta desse estado inicial, que foi depois corrompido pela civilização: “[...] Não se começou raciocinando, mas sentindo. Pretende-se que os homens inventaram a palavra para exprimir suas necessidades; tal opinião parece-me insustentável” (ROUSSEAU, 1987 [1781], p. 163).

As primeiras línguas foram cantadas e apaixonadas, e passaram a ser simples e metódicas, perdendo a melodia, ao tornarem-se padronizadas.

Mais do que um momento histórico preciso, a noção de bom selvagem denota uma situação social, moral e linguística idealizada, na qual os seres humanos encontrariam a melhor expressão de sua natureza. Essa natureza, segundo ele, teria se tornado opaca para nós com o desenvolvimento das Luzes. Ou seja, na base do pensamento de Rousseau, está a rejeição de um conhecimento puramente racional, que não é capaz de capturar o que realmente somos (Strong, 2012). A existência social do bom selvagem seria a realização de um ideal e não uma realidade histórica discernível.

Agora podemos examinar melhor como o mito do bom selvagem se reflete no filme *A chegada*. Esse mito tem se refletido de diferentes formas na cultura ocidental, desde o Romantismo. Não cabe aqui rastrear todas as reinterpretações desse mito; vamos focar em como tal mito se refletiu na percepção da natureza da linguagem.

O mito do bom selvagem só funciona se está ancorado numa clivagem entre pensamento primitivo e pensamento civilizado e, no que concerne à linguagem, em uma diferenciação rigorosa entre línguas que expressam o pensamento primitivo e línguas que expressam o pensamento civilizado.

Tal clivagem se reflete, em parte, na formulação da Hipótese de Sapir-Whorf. Whorf, principalmente, destacava a oposição entre o que ele chamava de Europeu Médio Padrão (Gonçalves, 2020, p. 134) e as línguas nativas da América do Norte. Em especial, Whorf ficou famoso por ressaltar a especificidade da gramática do povo Hopi, que não apresentaria, segundo ele, nenhuma gramaticalização do tempo linear, nos termos de uma linha contínua entre passado, presente e futuro. Assim, “se a estrutura linguística (esp. tempo-aspectual) da língua dos Hopi é tão diferente da nossa, a própria concepção de tempo deve ser radicalmente diferente da nossa” (Gonçalves, 2020, p. 134).

É justamente a análise de Whorf da língua Hopi que baseia boa parte do roteiro de *A chegada* (Mcworther, 2016). A hipótese de Sapir-Whorf é explicitamente citada no filme.

No roteiro, os alienígenas são o equivalente do povo Hopi. A língua deles representa o lado primitivo da clivagem que citamos mais acima: do outro lado da fronteira, estão as línguas humanas, todas agora inseridas na categoria de línguas que expressam o pensamento civilizado.

O filme realiza um interessante deslocamento da noção de primitivo. O pensamento primitivo não está mais localizado em tribos indígenas isoladas; ele se desloca para um povo alienígena, longe dos confins da terra. Mas os *heptapodes* ainda preservam um elemento essencial do mito do bom selvagem: eles representam o que é radicalmente diferente de nossa forma usual de pensar. Se antes o pensamento primitivo se encontrava nas fronteiras do humano, no filme ele é deslocado para o mundo alienígena, como se todos nós, humanos, tivéssemos perdido a capacidade de pensar de uma forma menos linear.

E aqui temos outra chave interpretativa do filme, que exhibe em cheio a herança romântica, em especial o mito do bom selvagem.

Esse mito foi interpretado não apenas no sentido moral e ético (indicando que os selvagens são bons e os civilizados são maus). O mito pode ser explorado também do ponto de vista intelectual e espiritual. Por essa ótica, os primitivos são dotados de uma capacidade de percepção do universo mais fina e mais sofisticada do que aquela dos povos civilizados. Como em Rousseau, a civilização é vista como uma fonte não de Luzes, mas de obscurecimento de nossa capacidade de perceber tanto a nossa própria natureza quanto a natureza do universo.

Tal valoração positiva da capacidade de percepção dos povos primitivos, que já estava em Rousseau, permanece em Whorf. Conforme Gonçalves (2020, p. 1360), Whorf direciona a análise da língua Hopi no sentido de mostrar que ela é superior ao Europeu Médio Padrão, sendo (em tese) mais apta para captar a natureza complexa do espaço-tempo em que vivemos.

O filme *A chegada* reflete, de forma instigante, esse suposto poder superior de um pensamento não-linear e holístico. E é justamente tal poder que os *heptapodes* desejam ofertar aos humanos, oferecendo-nos a língua dos *logogramas*.

O filme inverte a noção de primitivo, pois os *heptapodes* evidentemente possuem uma tecnologia avançada. Apesar de tecnologicamente superiores, eles supostamente foram capazes de preservar um pensamento holístico e não linear. Além disso, são seres dotados de grande sensibilidade e a fala deles parece ser mais emocional do que conceitual, ao passo que a escrita é mais conceitual (Sutton, 2018).

Em suma, os *heptapodes* levam ao máximo o mito do bom selvagem, pois eles são

capazes de agregar sensibilidade, pensamento não linear e tecnologia avançada.

O mito romântico do bom selvagem recebe, assim, uma roupagem compatível com o séc. XXI e se torna acessível a uma produção *hollywoodiana*.

5. Considerações finais

Nesse artigo, tentamos mostrar que as ideias linguísticas exploradas no filme de ficção científica *A chegada* não se esgotam naquelas esboçadas pela Hipótese de Sapir-Whorf, pois encontram suas fontes em postulados mais antigos, oriundos do Romantismo, em especial a obra de Rousseau (1987).

Não foi nossa intenção fazer uma crítica à visão da linguagem explorada no filme. Os limites da Hipótese de Sapir-Whorf, tal como exposta no filme, já foram apontados por Macwhorther (2018).

A conclusão que queremos destacar é que, muito além da Hipótese de Sapir-Whorf, a visão romântica da linguagem exerce uma forte influência no roteiro de *A Chegada*. Talvez isso não seja uma surpresa, já que Humboldt, um autor da época do Romantismo, tem sido apontado como um precursor da Hipótese de Sapir-Whorf (Gonçalves, 2020). A contribuição deste artigo é mostrar que um precursor ainda mais antigo dessa Hipótese é o filósofo Rousseau.

Costumeiramente, descreve-se a Hipótese de Sapir-Whorf apenas do ponto de vista da influência conceitual da língua no pensamento. No entanto, um aspecto adicional da Hipótese é a ideia de que há um modo de pensar primitivo, em oposição ao pensamento dos povos civilizados, e que essa noção de primitivo acarreta toda uma gama de consequências sobre o modo de vida e a cultura dos assim chamados *primitivos*. Portanto, a Hipótese de Sapir-Whorf pressupõe, além da questão conceitual, um aspecto antropológico muito forte, envolvendo uma cisão entre duas formas de vida e cultura: a primitiva e a civilizada.

Tentamos mostrar que tal clivagem entre o primitivo e o civilizado é uma herança direta do Romantismo, encarnada especialmente no mito do bom selvagem. O fato de que o bom selvagem, no filme, não é mais humano revela muito sobre o nosso tempo.

Referências

BERTRAM, C. Jean Jacques Rousseau. In: ZALTA, E.; NODELMAN, U. (org.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Summer 2023 Edition. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2023/entries/rousseau>. Acesso em 21 março de 2023.

FISCHER, S. *História da escrita*. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: UNESP, 2009.

GENETTE, G. *Mimologiques*. Paris: Seuil, 1976.

GONÇALVES, R. *Relativismo linguístico ou como a língua influencia o pensamento*. Petrópolis: Vozes, 2020.

LOGAN, R. *The Alphabet Effect: A Media Ecology Understanding of the Making of Western Civilization*. New York: Hampton Press, 2004.

MCWORTHER, J. What *The Wizard of Oz* Can Tell Us About *Arrival*. Podcast. Dezembro 2016. Disponível em: <https://slate.com/human-interest/2016/12/john-mcwhorter-on-the-linguistics-of-the-movie-arrival.html>. Acesso em: 21 março de 2024.

MOURA, H. Os sentidos da gramática: uma crítica da relação entre estrutura gramatical e cultura. In: Butturi Jr, A.; Gaspari, S.; Zandoná, J.; Oliveira, L. (Org.). *Umberto Eco hoje: sentidos de uma presença*. 1ed. Campinas: Pontes, 2018, p. 185-201.

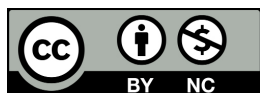
MOURA, H.; CAMBRUSSI, M. *Uma breve história da linguística*. Petrópolis: Vozes, 2018.

RENAN, E. *De l'origine du langage*. 2e édition. Paris: Michel Lévy frères, 1858. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50856t?rk=21459;2>. Acesso em: 15 de março de 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987 [1781].

STRONG, T. Music, the passions, and political freedom in Rousseau. In: MCDONALD, Christie; HOFFMANN, S. (org.). *Rousseau and Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SUTTON, D. *Arrival*. Anthropology in Hollywood. *Anthropology today*. Vol. 34, No. 1, Fevereiro, 2018.



A AMBIGUIDADE IDEOLÓGICA EM FERNANDO PESSOA

IDEOLOGICAL AMBIGUITY IN FERNANDO PESSOA

Gabriela Ernandorena | [Lattes](#) | gabrielagme@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar a ambiguidade ideológica presente nas obras de Fernando Pessoa, englobando tanto sua prosa quanto sua poesia. A ambiguidade ideológica surge quando uma palavra, expressão ou frase incorpora várias orientações políticas, tornando difícil identificar de maneira precisa a ideologia específica associada. Identificar sua posição ideológica revela-se um desafio devido à diversidade de perspectivas encontradas em seus escritos, uma vez que Pessoa apresenta uma variedade de vozes literárias, expressando visões políticas distintas, o que resulta em uma ambiguidade inerente. A pesquisa focaliza a ideologia de Pessoa por meio da análise de seus textos políticos e literários. A seleção de obras aborda campos semânticos relacionados a temas como autoridade, colonialismo, democracia, ditadura, imperialismo, liberalismo, nacionalismo, salazarismo e tradição. A análise busca compreender como esses temas foram tratados linguisticamente em sua produção literária e identificar possíveis ambiguidades ideológicas, explícitas ou implícitas, concluindo que não é possível determinar com precisão qual ideologia Fernando Pessoa se identifica.

Palavras-chave: Ambiguidade; Ideologia; Fernando Pessoa.

Abstract: The aim of this article is to investigate the ideological ambiguity present in the works of Fernando Pessoa, encompassing both his prose and his poetry. Ideological ambiguity arises when a word, expression or phrase incorporates various political orientations, making it difficult to precisely identify the specific ideology associated with it. Identifying his ideological position proves challenging due to the diversity of perspectives found in his writings, as Pessoa presents a variety of literary voices, expressing distinct political views, which results in an inherent ambiguity. The research focuses on Pessoa's ideology through the analysis of his political and literary texts. The selection of works addresses semantic fields related to themes such as authority, colonialism, democracy, dictatorship, imperialism, liberalism, nationalism, Salazarism and tradition. The analysis seeks

to understand how these themes were treated linguistically in his literary production and to identify possible ideological ambiguities, whether explicit or implicit, concluding that it is not possible to determine precisely which ideology Fernando Pessoa identifies with.

Keywords: Ambiguity; Ideology; Fernando Pessoa.

1 Introdução

Este artigo¹ propõe uma análise da ambiguidade ideológica nas obras de Fernando Pessoa, investigando tanto sua prosa quanto sua poesia. Pessoa é conhecido por apresentar diversas vozes literárias, cada uma com visões políticas distintas, inclusive com polifonia em seu próprio homônimo, como explica Correia (2019). Essa multiplicidade de vozes resulta em uma ambiguidade ideológica, na qual palavras ou frases podem ter múltiplas orientações políticas, dificultando a identificação precisa de sua posição ideológica. A pesquisa se concentra em textos políticos selecionados de Pessoa, escolhidos para abordar termos relacionados a *autoridade*, *colonialismo*, *democracia*, *ditadura*, *imperialismo*, *liberalismo*, *nacionalismo*, *salazarismo* e *tradição*. Foi feita uma busca no site oficial (<http://arquivoPessoa.net/>) e no livro de Barreto (2017) pela raiz dos termos supracitados, realizando o levantamento de cada ocorrência (apresentada em um excerto) colhida (em um total de 337 ocorrências). O objetivo principal desta pesquisa é examinar semanticamente (através dos conceitos de ambiguidade e indeterminação) se a ideologia de Pessoa pode ser simplificada em um único espectro político ou se é caracterizada pela ambivalência e ambiguidade. Com isso, foi possível fazer uma interface entre estudo da língua e estudo da ideologia nos textos Pessoaanos. Para alcançar esse objetivo, esta pesquisa se propõe a compreender a ambiguidade semântica, percorrer sobre os conceitos de ideologia que se relacionam com os textos Pessoaanos, além de identificar as ideologias políticas presentes nos textos selecionados (liberalismo, conservadorismo, nacionalismo, fascismo, anarquismo e socialismo). O artigo está dividido nas seguintes seções: depois da introdução, apresenta uma análise do conceito da ambiguidade. A terceira seção explora os conceitos de ideologia e apresenta uma análise das ideologias políticas presentes na obra Pessoaana. Na quarta seção, são apresentadas a metodologia utilizada e a análise do corpus. A quinta sessão traz as discussões das análises dos trechos selecionados (sobre democracia e liberalismo). Por fim, a última seção encerra o artigo com as conclusões finais.

Esta pesquisa se justifica pela possibilidade de analisar semanticamente, através

¹ Este artigo é baseado no Trabalho de Conclusão de Curso da autora.

do conceito de ambiguidade, os escritos Pessoaanos, pois eles apresentam uma riqueza linguística e uma complexidade interpretativa que tornam a investigação desse aspecto fundamental para a compreensão da obra de Fernando Pessoa.

2. Definindo ambiguidade

A ambiguidade semântica é um fenômeno presente na linguagem natural, caracterizado pela possibilidade de um significante, seja lexical ou frásico, ter mais de um significado, ou seja, como Moura (1998, p. 107) descreve, quando “o mapeamento entre forma e sentido não é unívoco”. Um exemplo de ambiguidade semântica pode ser ilustrado por *a casa caiu*, que pode tanto indicar literalmente o desabamento de uma casa quanto ser uma expressão popular que geralmente significa que alguém está em apuros ou em uma situação difícil, frequentemente relacionada a um escândalo ou à revelação de informações comprometedoras.

Nesta pesquisa, foi adotado o conceito de indeterminação² de Moura (1998, p. 112) para abordar o conceito de ambiguidade. O conceito de indeterminação abrange uma ampla gama de tipos de indefinição e ambiguidade estudados por linguistas e engloba uma série de fenômenos semânticos, como ambiguidade, polissemia, vagueza, falhas pressuposicionais, não-dito, generalidade, metáfora, entre outros. A indeterminação ocorre quando mais de uma representação semântica pode ser construída para uma determinada sentença (Moura, 1998).

Embora seja possível identificar o sentido “correto”, é importante discutir as questões que envolvem essa determinação. Na busca pela carga semântica apropriada ou pelo objetivo do enunciador, é válido considerar o contexto da sentença e suas implicaturas. No entanto, como afirmou Ducrot (1977, p. 123), recorrer apenas ao contexto para resolver todas as ambiguidades seria simplista e artificial. Segundo o autor, seria conveniente camuflar a complexidade e variedade dos significados, deixando para o contexto a tarefa de transformá-los em significados contextuais mais ou menos em conformidade com a realidade empírica. No entanto, na prática, o contexto não é capaz de resolver todas as ambiguidades de forma satisfatória (Ducrot, 1977). Contudo, neste caso, utilizar o contexto é fundamental para explicar a ambiguidade ideológica³ de Fernando Pessoa porque suas obras são conhecidas por apresentar uma multiplicidade de vozes e perspectivas. Dessa forma, para compreender plenamente a ambiguidade ideológica em seus escritos, se faz necessário considerar o contexto histórico, cultural e literário em que foram pro-

² Alguns autores utilizam o termo “indeterminação” como genérico, porém, nesse trabalho utilizaremos o termo “ambiguidade” como genérico, considerando-os, assim, intercambiáveis.

³ Ambiguidade ideológica está explicada na subseção a seguir.

duzidos, bem como as diferentes personas que ele criou. A análise contextual permite identificar as possíveis ideologias presentes em seus textos e como essas ideologias se relacionam com o contexto em que foram escritos, mas, mesmo com o uso do contexto, para ratificar o pensamento de Ducrot (1977), a ambiguidade Pessoaana permanece.

Essa discussão sobre a complexidade da ambiguidade semântica e sua relação com o contexto nos leva a refletir sobre a ambiguidade ideológica. Essa conexão entre a ambiguidade semântica e a ambiguidade ideológica evidencia a necessidade de uma análise abrangente na interpretação de escritos políticos. O que queremos mostrar é que na obra de Pessoa há um imbricamento entre linguagem, ideologia e literatura que torna a polifonia ainda mais complexa. Não foi pretensão desta pesquisa abordar a questão literária dos heterônimos, mas esta pesquisa pretende ser uma contribuição sobre como a ambiguidade perpassa as vozes literárias do poeta. Em relação aos heterônimos, um autor que aborda a ideologia desses é Cabral (2014).

Na subseção a seguir trataremos sobre o conceito de ambiguidade ideológica.

2.1 Ambiguidade ideológica

Ao fenômeno em que uma palavra, expressão ou frase abriga múltiplas ideologias políticas, sem a possibilidade de se determinar precisamente a ideologia específica, chamamos de ambiguidade ideológica. Essa terminologia é empregada para descrever a ausência de clareza ou coerência no que diz respeito às crenças políticas, sociais ou econômicas de um indivíduo.

A ambiguidade ideológica é a expansão para o campo da ideologia da ambiguidade presente nas línguas humanas, assim, da mesma forma que uma palavra ou frase ambíguas podem estar ligadas a mais de um significado, um termo político, como democracia, pode receber diferentes definições na obra Pessoaana. Democracia pode ser definida como um regime político que emana do povo ou como um regime político que é imposto ao povo. Democracia pode, também, ser definida como liberdade ou como opressão. Fernando Pessoa alterna essas definições conflitantes, de acordo com o contexto. Não se trata de valorar uma ideologia ou um sistema político (democracia é um bom sistema; democracia é ruim), mas de oferecer definições distintas de um mesmo termo político. Fernando Pessoa deseja se apresentar como pensador político. A hipótese deste artigo é que o pensamento dele se baseia na ambiguidade ideológica.

A próxima seção abordará os conceitos de ideologia e as ideologias políticas presentes na obra de Fernando Pessoa.

3. Ideologia e ideologias

O conceito de “ideologia” abrange uma ampla gama de conotações na vida social, expressando uma perspectiva ou filosofia de vida composta por diversas reivindicações, objetivos, valores e formas de pensar (Ostrowski, 2022). Segundo Ostrowski (2022), há duas maneiras antagônicas de encarar a “ideologia”: uma com ênfase pejorativa, como ferramenta de manipulação e disseminação de uma falsa igualdade social (concepção marxista); e outra mais positiva, como forma de decodificar a natureza e os signos ao nosso redor. Esta segunda concepção de ideologia como um sistema de signos é corroborada por Bakhtin (1986, p. 31-32), que sugere que tudo o que é ideológico é um signo. Isso significa que as ideologias são construções simbólicas que atribuem significados e valores a elementos da realidade, influenciando a forma como percebemos e interagimos com o mundo à nossa volta (Bakhtin, 1986).

As próximas subseções abordarão de forma sucinta as ideologias políticas – liberalismo, conservadorismo, anarquismo, nacionalismo, fascismo - relacionadas aos escritos de Pessoa, que ele explora com ambiguidade. O socialismo será discutido, pois o autor sempre se posicionou contra essa ideologia. Nesse caso em particular nunca houve ambiguidade pois ele a define como um regime opressor. É a única ideologia tratada de forma não ambígua pelo autor.

3.1 Ideologias políticas

O *liberalismo* se fundamenta em um compromisso com um conjunto de princípios e crenças, destacando-se a liberdade individual, o individualismo, a busca por uma justiça igualitária, o apelo à razão e a defesa da tolerância (Heywood, 2017). Esses elementos não apenas delineiam a base filosófica do liberalismo, mas também influenciam suas políticas e seu impacto nas sociedades em que é adotado.

O *conservadorismo*, por sua vez, valoriza a tradição, reconhecendo a sociedade como humanamente imperfeita, defendendo a autoridade, a hierarquia e a proteção da propriedade privada (Heywood, 2017). Esses princípios moldam sua base filosófica e influenciam suas visões sobre política, sociedade e economia.

O *anarquismo*, por sua vez, se baseia no antiestatismo, na valorização da ordem natural, no anticlericalismo e na defesa da liberdade econômica (Heywood, 2017), refletindo em suas tradições políticas esses princípios.

O *nacionalismo* enfatiza a nação, a comunidade orgânica, a autodeterminação dos povos e o culturalismo (Heywood, 2017), os quais se destacam como seus pilares principais.

O *fascismo* se caracteriza pelo antirracionalismo, pela ênfase na força e na luta, pela valorização da liderança e do elitismo e pelo ultranacionalismo (Heywood, 2017).

Por fim, o *socialismo*, como ideologia, valoriza a comunidade, enfatiza a cooperação, busca a igualdade, presta atenção à classe política⁴ e defende a coletivização dos meios de produção (Heywood, 2017). Essas ideias principais caracterizam o socialismo e orientam suas políticas e ações.

4. Metodologia e análise de dados

Nesta seção, será explicada a metodologia e realizada a análise dos excertos coletados de Fernando Pessoa.

4.1 Metodologia

A metodologia desta pesquisa envolve a análise dos textos de Fernando Pessoa, especialmente aqueles de natureza política, com o intuito de identificar as ideologias presentes em sua obra, focalizando nos termos *autoridade*, *colonialismo*, *democracia*, *ditadura*, *imperialismo*, *liberalismo*, *nacionalismo*, *salazarismo* e *tradição*. O objetivo é compreender as concepções e posicionamentos de Pessoa em textos que incorporam o léxico associado a esses termos, coletando os trechos em que esses termos aparecem.

Para tanto, a coleta de dados foi realizada por meio da busca por palavras relacionadas aos termos especificados, como, por exemplo, buscando a palavra *liberal* em *liberalismo*, totalizando 337 ocorrências levantadas (de todas as palavras dentro de todos os termos). Os corpora utilizados incluíram o website oficial dos textos de Pessoa (<http://arquivoPessoa.net/>) e textos organizados no livro de José Barreto (2017), em que foram buscados todos os termos exaustivamente em todo o site e todo o livro, e as ocorrências foram organizadas em um banco de dados. Neste artigo, será feita uma demonstração da análise utilizando os termos *democracia* e *liberalismo*. A escolha desses termos para análise se deve à sua relevância no contexto político e ideológico abordado na obra de Fernando Pessoa, bem como ao número de ocorrências registradas para cada um (as mais frequentes). A organização dos quadros a seguir segue o seguinte formato: o título contém o nome do texto de onde o excerto foi extraído; na caixa da esquerda, encontra-se o excerto juntamente com a referência completa da fonte; na caixa da direita, estão as ideologias manifestadas e, abaixo, a análise do excerto à luz das ideologias identificadas.

4.1.1 Democracia

Nesta subseção pesquisamos o léxico: “democracias”, “democracias”, “democrático”, “democrática”, “democráticos” e “democráticas”. Total de ocorrências: 82.

⁴ A classe proletária, ou a classe dominada, deve estar envolvida na política para lutar por seus direitos e emancipação (Heywood, 2017).

4.1.1.1 Quadro 1: Texto: A tese foi posta em tempos, como uma verdade suprema

No sul da Europa a <i>democracia</i> é uma impossibilidade. O sul-europeu é ditatorial em política e nunca outra coisa senão ditatorial. Pode usar a democracia ou a liberdade como argumentos, mas são argumentos em prol da sua ditadura ou da do seu partido contra a ditadura de outros. Porque o sul-europeu não é um inimigo da ditadura: ele simplesmente é um inimigo da ditadura do outro partido (Barreto, 2017, p.163 [Pessoa, 1931])	<i>Fascismo</i>
--	-----------------

Fonte: elaboração própria

Sob a perspectiva fascista, o texto enfatiza a incompatibilidade percebida entre a democracia e o sul da Europa, argumentando que os países dessa região têm uma tendência intrínseca em direção à ditadura política. Para o autor, a democracia é vista como uma impossibilidade realista nesse contexto. Os sul-europeus são descritos como se estivessem utilizando a retórica democrática e da liberdade como justificação para a ascensão de sua própria ditadura ou a de seu partido, em oposição à ditadura de outros partidos. Essa abordagem sugere que a democracia no sul da Europa é frequentemente uma fachada para o autoritarismo, sendo este apoiado pelo autor. A perspectiva fascista enfatiza a natureza competitiva e conflituosa da política na região, onde diferentes grupos e partidos políticos lutam pelo poder, muitas vezes usando argumentos democráticos para alcançar objetivos autoritários. Em suma, o sul da Europa é caracterizado como uma região onde a democracia é percebida como uma estratégia para alcançar a dominação, em vez de um sistema político genuinamente democrático. Portanto, o autor usa de forma ambígua o conceito de democracia, pois, nesse trecho, ela deixa de ser o governo do povo e para o povo, pois o povo a rejeita.

4.1.1.2 Quadro 2: Texto: Demonstrado, assim, que a Democracia moderna é radicalmente anti-social

A demonstração far-se-á contrapondo o segundo dos princípios <i>democráticos</i> , o liberalismo, ao segundo dos princípios do instintivismo social, a conservatividade; e contrapondo o terceiro dos princípios democráticos, o pacifismo, ao terceiro dos princípios do instintivismo social, que é o antagonismo. Assim se provará, no primeiro caso, a antipopularidade da <i>democracia</i> moderna, e, no segundo caso, o seu antipatriotismo (Pessoa, 1919, p.1, arq.pess. texto 744).	<i>Conservadorismo</i> <i>Nacionalismo</i>
---	---

Fonte: elaboração própria

O trecho revela perspectivas conservadoras e nacionalistas, contrapondo o liberalismo ao conservadorismo, sendo que este valoriza tradições e autoridade. Pessoa critica a democracia moderna, explorando a ambiguidade do conceito de democracia, considerando-a, neste trecho, antipopular e antipatriótica, refletindo uma visão nacionalista que

prioriza a nação sobre a democracia internacionalista. A passagem destaca a oposição entre liberalismo e conservadorismo, criticando a democracia moderna e enfatizando a conservação de valores tradicionais e interesses nacionais.

4.1.1.3 Quadro 3: Texto: *A opinião pública* [b]

<p>Só a paz é infecunda, só a concórdia é improficua, só o humanitarismo é anti-humanitário. E assim morre, ante a análise sociológica, o último dos falsos princípios da <i>Democracia</i> moderna. E como vimos que a base do instintivismo social é o sentimento patriótico; como vimos que o instinto é radicalmente antagonista, sabemos, por conclusão, que não há instinto patriótico que não seja antagonista e guerreiro. No que pacifista, portanto, a <i>Democracia</i> moderna é radicalmente inimiga do sentimento patriótico, radicalmente antipatriótica e antinacional (Pessoa, 1919, p.7, arq.pess. texto 2900).</p>	<p><i>Nacionalismo</i></p> <p><i>Fascismo</i></p>
---	---

Fonte: elaboração própria

O excerto apresenta elementos das ideologias nacionalista e fascista. Destaca-se o sentimento patriótico como base do instintivismo social, refletindo uma visão nacionalista que coloca a nação acima de outros princípios. Pessoa critica a democracia moderna como antipatriótica e antinacional quando pacifista, alinhando-se com o nacionalismo, que vê a democracia como ameaça à coesão nacional. A crítica à democracia por sua tendência pacifista também ecoa a perspectiva fascista, que valoriza a guerra como meio de afirmar a grandeza nacional.

O trecho combina elementos nacionalistas e fascistas ao destacar o sentimento patriótico. Ele também explora a ambiguidade do conceito de democracia, que é vista como um sistema artificial e antipopular. Além disso, critica a democracia moderna por sua tendência pacifista e enfatiza a natureza guerreira do instinto patriótico. Essa reflexão reflete uma visão ideológica que valoriza a nação, o conflito e a luta como fundamentais para a afirmação dos interesses nacionais.

4.1.1.4 Quadro 4: Texto: *Em matéria de assuntos sobre que se possam ter opiniões*

<p>O que é preciso é fazer com que seja possível o eleitor, em <i>democracia</i>, escolher o eleito por sugestão, e não ser-lhe este imposto à força ou por fraude. Não é preciso mais nada. E assim se fará a verdadeira experiência da <i>democracia</i> — experiência essa que até aqui se não fez, sendo por isso que se não pode dizer que a <i>democracia</i> falhou, senão que falharam várias formas imperfeitas dela, ou, melhor dizendo, várias formas da ausência ou da perversão dela (Pessoa, 1919, p.1, arq.pess. texto 2870).</p>	<p><i>Liberalismo</i></p>
--	---------------------------

Fonte: elaboração própria

O excerto analisa a democracia sob uma perspectiva liberal, destacando a importância da liberdade de escolha do eleitor e criticando as imperfeições em algumas formas de democracia que limitam essa liberdade. Para os liberais, a democracia vai além de um sistema de governo e envolve o engajamento cidadão e o respeito pelos direitos individuais. A crítica visa preservar a integridade do processo democrático e garantir que ele represente verdadeiramente a vontade do povo.

Neste trecho, ao contrário dos excertos anteriores, Pessoa trata da democracia como emanando do povo e não como um sistema artificial imposto ao povo. É esse tipo de ambiguidade nas definições dos termos políticos que o autor utiliza para gerar a ambiguidade ideológica que o caracteriza, pois ele não usa apenas uma única definição para os termos, mas várias definições conflitantes.

4.1.2 Liberalismo

Neste item foram procuradas as palavras “liberal”, “liberais”, “liberalismo” e “liberalista”. Total de ocorrências: 53

4.1.2.1 Quadro 5: Texto: *A opinião pública* [b]

Não custa a ver que o princípio <i>liberalista</i> , ou igualitário, inteiramente se contrapõe ao egoísmo são dos homens. Busca o <i>liberalismo</i> a abolição de privilégios, a abolição de diferenças sociais entre os homens; e leva isto mais ou menos longe — teoricamente, consoante a ousadia ou indisciplina mental dos teorizadores; praticamente, segundo o grau de perturbação social que se achesse (Pessoa, 1919, p.3, texto 2900).	<i>Conservadorismo</i>
---	------------------------

Fonte: elaboração própria

No trecho, Fernando Pessoa aborda a ideologia conservadora, que tende a resistir a mudanças radicais na sociedade. Pessoa sugere que o liberalismo busca a “abolição de privilégios” e a eliminação das “diferenças sociais entre os homens”, aspectos centrais do pensamento liberal que visam a igualdade de oportunidades. Ao destacar isso, Pessoa insinua que o liberalismo está promovendo uma perturbação social ao tentar eliminar diferenças sociais, o que reflete a perspectiva conservadora de que mudanças sociais rápidas podem ser prejudiciais. A ideologia conservadora valoriza as diferenças sociais e a hierarquia na sociedade, o que contrasta com o objetivo liberal de igualdade. Em resumo, Pessoa destaca a oposição entre o liberalismo igualitário e o pensamento conservador, sugerindo que o liberalismo perturba a ordem social ao buscar a igualdade e a abolição de

diferenças sociais, refletindo uma perspectiva conservadora que valoriza a tradição, a hierarquia social e a resistência a mudanças sociais rápidas. Esta visão do liberalismo conflita totalmente com a definição apontada no excerto anterior.

4.1.2.2 Quadro 6: *Texto sem título*

Não, nós os <i>liberais</i> , não aceitamos. Não aceitamos que o governo chamado do povo que se pres-supõe usar da força que deriva da aritmética, em geral fraudulenta, de eleições para suprimir todas as liberdades e oprimir todos os sentidos. Mais vale, então, um governo autoritário, que, ao menos, mantém a ordem nas ruas (Barreto, 2017, p. 57 [Pessoa, 1925]).	<i>Liberalismo</i>
	<i>Fascismo</i>

Fonte: elaboração própria

A passagem apresenta uma combinação de elementos das ideologias liberal e fascista, embora predomine a perspectiva liberal. O autor destaca a importância das liberdades individuais, criticando um governo que, obtendo poder por eleições fraudulentas, restrinja essas liberdades. Ele sugere que, em certas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um governo que abuse do poder em nome da aritmética eleitoral, o que pode ser associado a traços fascistas. No entanto, o autor não defende integralmente o fascismo, mas sim expressa uma preferência por um governo autoritário em detrimento de um governo que utilize eleições fraudulentas para justificar a repressão. Assim, a passagem destaca o liberalismo como ideologia preeminente, com elementos do fascismo presentes na discussão sobre a aceitação de um governo autoritário sob certas condições, pois o autor é ambíguo ao ressaltar que eleições (democracia) libertam mas também oprimem. Este trecho é um exemplo de extrema ambiguidade ideológica, pois em um só contexto o autor defende tanto a democracia quanto os regimes autoritários.

4.1.2.3 Quadro 7: *Texto: Sim, sou situacionista. Mas vamos lá a uma coisa...*

Disse que confio porque confio. Não vou mais longe. Se me perguntarem se compreendo a obra financeira do Prof[essor] Salazar, digo que não, porque nada sei de finanças. Confio. Se os seus opositores me disserem que por estas e aquelas razões, essa obra é má, digo, com igual fundamento, que não sei. Confio. Dito isto, compreendamo-nos melhor. Além do situacionista que sou, sou um individualista absoluto, um homem livre e um <i>liberal</i> . E isto faz que tenha uma perfeita tolerância pelas ideias dos outros, que seja incapaz de considerar um crime o pensar outro do modo que não penso (Pessoa, 1928, arq.pess. texto 4036).	<i>Liberalismo</i>
--	--------------------

Fonte: elaboração própria

A passagem destaca a importância do liberalismo na formação do entendimento e da tolerância, enfatizando o indivíduo e seus direitos. O autor se declara um “indivíduo-

lista absoluto” e “um homem livre e um liberal”, ressaltando sua adesão aos princípios do liberalismo, como a autonomia e a liberdade individual. Além disso, a referência à “tolerância pelas ideias dos outros” destaca a tolerância como um princípio fundamental do liberalismo, que inclui respeitar opiniões divergentes. Em resumo, a passagem ressalta o liberalismo como uma filosofia que valoriza a liberdade individual, o pensamento racional, a tolerância e o respeito às ideias diferentes. É importante salientar que, para Pessoa, neste trecho, a definição de democracia conflita com as visões anteriores, nas quais a democracia é apresentada como um sistema opressor e artificial.

4.2.2.4 Quadro 8: Texto: *Quando volta d. Sebastião?*

Desprezível está longe de ser — tanto pela razão, estritamente exotérica e sociológica, de que o sebastianismo é o único movimento profundamente nacional que tem havido entre nós, tendo toda a força de um movimento religioso, que é, e todo aquele cunho nacional que falta a todos os movimentos políticos entre nós, quer se trate do mimetismo da Grande França absolutista feito pelo Marquês de Pombal, quer da servil cópia do constitucionalismo inglês realizada esterilmente pelos nossos “liberais”, quer da reles subserviência aos ideais da Revolução Francesa, estrangeiros para nós, que são uma das coroas da ingloria e do antipatriotismo dos nossos pseudo republicanos de hoje em dia. (Pessoa, s.d,p.1, arq.pess. texto 1091).	Nacionalismo
---	--------------

Fonte: elaboração própria

O trecho aborda o sebastianismo sob uma ótica nacionalista, destacando sua singularidade como um movimento profundamente enraizado na cultura portuguesa. O autor elogia o sebastianismo por ser uma expressão autêntica do nacionalismo português, ao contrário de outros movimentos políticos influenciados por modelos estrangeiros. Ele critica a influência estrangeira, exemplificada pelos liberais ingleses, por ser contrária aos valores e à cultura portuguesa, destacando a importância da preservação da identidade nacional. Dessa forma, o trecho ressalta o sebastianismo como um elemento valorizado no contexto do nacionalismo português e que serve de crítica tanto da democracia quanto do liberalismo.

5. Breve discussões de dados

Com base na análise realizada, é possível afirmar que a obra de Fernando Pessoa reflete uma profunda ambiguidade ideológica em relação a temas políticos. O autor apresenta diversas vozes literárias, cada uma com visões políticas distintas, o que resulta em uma complexa rede de significados e interpretações.

No que diz respeito à democracia, Pessoa aborda o tema de maneira crítica, destacando tanto seus aspectos positivos quanto suas falhas. Em alguns trechos, ele enfatiza a importância da liberdade de escolha do eleitor e critica as formas imperfeitas de democracia que limitam essa liberdade. Por outro lado, ele também sugere que a democracia pode ser uma fachada para o autoritarismo, especialmente em contextos políticos competitivos, onde diferentes grupos lutam pelo poder. Ressalta-se que a ambiguidade permanece, pois se colocamos em contraste todos os excertos, um contradiz o outro. Não é só o caso de apontar falhas na democracia; em alguns trechos, ele recusa totalmente a democracia. Portanto, a ambiguidade como um todo permanece, se comparamos todos os trechos.

Quanto ao liberalismo, Pessoa parece ter afinidade, identificando-se como um “homem livre e um liberal”. Ele valoriza a liberdade individual, o pensamento racional e a tolerância pelas ideias dos outros, princípios fundamentais do liberalismo. No entanto, ele também critica o liberalismo em alguns momentos, especialmente quando percebe uma perturbação social causada pela busca pela igualdade e pela abolição de diferenças sociais, ou seja, sua personalidade conservadora também é muito marcante, e assim sendo, a ambiguidade mantém-se.

Ou seja, com base na hipótese de Ducrot (1977) (de que o contexto não é capaz por si só de dirimir toda a ambiguidade da linguagem) podemos examinar o papel do contexto na ideologia de Pessoa de forma mais complexa. Por uma lado, de fato o contexto mais restrito em que aparecem os termos parecem indicar uma ideologia bem definida. No entanto, se considerarmos um contexto mais amplo, contrastando as diferentes definições, o retrato final é de uma enorme ambiguidade.

6. Considerações finais

Fernando Pessoa é reconhecido como um dos autores mais enigmáticos do século XX, deixando uma marca profunda na literatura mundial. Sua complexidade se revela em várias facetas de sua vida e obra. Ele criou mais de 150 heterônimos, como Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, cada um com personalidades e visões de mundo distintas, tornando sua obra um mosaico de ideologias e perspectivas. A descoberta de mais de 30 mil documentos inéditos após sua morte continua a surpreender estudiosos, destacando a natureza enigmática de Pessoa (Barreto, 2015). Sua obra reflete uma ambiguidade ideológica, o que torna difícil categorizar sua posição política devido à multiplicidade de vozes literárias que incorpora. O estudo aprofundado dos termos *autoridade*,

democracia, liberalismo, entre outros, revela essa ambiguidade, convidando os leitores a explorarem as diversas perspectivas presentes em sua escrita. Esta pesquisa contribui para o entendimento da riqueza da visão política de Pessoa, ao analisar seus textos evitando enquadrá-lo em uma única categoria ideológica. Em vez disso, reconhece a pluralidade e a indefinição ideológica que permeiam sua escrita, questionando as noções convencionais de categorização política.

Referências

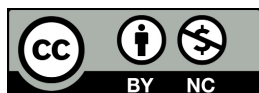
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. pdf.
- Barreto, José. A poesia política de Fernando Pessoa. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, [s. l.], v. 7, ed. 14, 2015. pdf.
- Barreto, José. *Fernando Pessoa sobre o fascismo, a ditadura portuguesa e Salazar*. Lisboa: Tinta da China, 2017.
- CABRAL, Manuel Villaverde. A estética do nacionalismo: Modernismo literário e autoritarismo político em Portugal no início do século XX. *Novos Estudos*, [s. l.], v. 98, ed. II, 2014. Pdf
- CORREIA, Victor. *Fernando Pessoa: Obra Literária sobre Política*. Lisboa: Sinapsis, 2019. pdf.
- DUCROT, Oswald. *Dizer e não dizer. Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. pdf.
- HEYWOOD, Andrew. *Political ideologies an introduction*. Londres: Palgrave MacMillan, 2017.epub.
- MOURA, Heronides. Indeterminação na língua e na poesia. *Revista da ANPOLL*, [s. l.], v. 5, p. 107-120, 1998. pdf.
- OSTROWSKI, Marius. *Ideology: key concepts*. Londres: Polity, 2022.epub.
- PESSOA, Fernando. *A tese foi posta em tempos, como uma verdade suprema*. [S. l.], 1918. Disponível em: [Arquivo Pessoa: Obra Éditada - A tese foi posta em tempos, como uma verdade suprema](#), -. Acesso em: 5 set. 2023.
- PESSOA, Fernando. *A opinião pública [b]*. [S. l.], 1919. Disponível em: [Arquivo Pessoa: Obra Éditada - A OPINIÃO PÚBLICA \[b\]](#) -. Acesso em: 20 fev. 2023

PESSOA, Fernando. *Sim, sou situacionista. Mas vamos lá a uma coisa*. [S. l.], 1928. Disponível em: [Arquivo Pessoa: Obra Édita - Sim, sou situacionista. Mas vamos lá a uma coisa...](#) -. Acesso em: 14 ago. 2023.

PESSOA, Fernando. *Quando volta D. Sebastião?*. [S. l.], [19--]. Disponível em: [Arquivo Pessoa: Obra Édita - QUANDO VOLTA D. SEBASTIÃO?](#) -. Acesso em: 11 set. 2023.

PESSOA, Fernando. *Demonstrado, assim, que a Democracia moderna é radicalmente anti-social*. [S. l.], 1919. Disponível em: [Arquivo Pessoa: Obra Édita - Demonstrado, assim, que a Democracia moderna é radicalmente anti-social](#), -. Acesso em: 22 ago. 2023.

PESSOA, Fernando. *Em matéria de assuntos sobre que se possam ter opiniões, anti-social*. [S. l.], 1919. Disponível em: [Arquivo Pessoa: Obra Édita - Em matéria de assuntos sobre que se possam ter opiniões](#), -. Acesso em: 21 ago. 2023.



ESPELHO, GATO, SOL E OUTROS CONCEITOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE METÁFORAS E SÍMBOLOS

MIRROR, CAT, SUN AND OTHER CONCEPTS:
A COMPARISON BETWEEN METAPHORS AND SYMBOLS

Alice Ribeiro Dionizio | [Lattes](#) | alice.dionizio@ifsc.edu.br
Universidade Federal de Santa Catarina | Instituto Federal de Santa Catarina

Mileni Gertrudes Neis | [Lattes](#) | milenigertrudesneis@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este trabalho apresenta uma discussão sobre as relações de proximidade e de distanciamento entre dois conceitos muito estudados dentro da ciência da linguagem: metáforas e símbolos. Dessa forma, o objetivo principal do trabalho é propor uma análise comparativa entre a simbologia e a metaforicidade a partir de exemplos retirados do *Dicionário de Símbolos* de Chevalier e Gheerbrant (2015). Para tanto, recorreremos à Teoria Conceptual da metáfora de Lakoff e Johnson (2003) e das discussões realizadas por Chevalier e Gheerbrant (2015) acerca dos símbolos. Os resultados apontam para uma relação entre a construção da metaforicidade das metáforas estudadas e a simbologia dos elementos envolvidos (*Espelho, Estrela, Fogo, Gato e Sol*), ainda que os conceitos não sejam diretamente equivalentes. Essa proximidade pode ser explicada pelo fato de tanto as metáforas quanto os símbolos utilizarem o sentido conotativo dos conceitos para a construção de seus próprios significados. Por outro lado, a diferença crucial entre esses dois conceitos é explicada a partir da composicionalidade: as metáforas sempre aproximam dois conceitos/elementos para a construção de um novo sentido; os símbolos, por sua vez, não estabelecem essa comparação, não há composicionalidade na construção do sentido simbólico.

Palavras-chave: Metáforas; Símbolos; Composicionalidade; Dicionário de Símbolos; Teoria Conceptual da Metáfora.

Abstract: This work presents a discussion on the relationships of proximity and distance between two concepts that are widely studied within the science of language: metaphors and symbols. Thus, the main objective of the work is to propose a comparative analysis

between symbolism and metaphoricity based on examples taken from the *Dictionary of Symbols* by Chevalier and Gheerbrant (2015). To do so, we resorted to the Conceptual Theory of Metaphor by Lakoff and Johnson (2003) and the discussions carried out by Chevalier and Gheerbrant (2015) about symbols. The results point to a relationship between the construction of the metaphoricity of the metaphors studied and the symbolism of the elements involved (*Mirror, Star, Fire, Cat and Sun*), even though the concepts are not directly equivalent. This proximity can be explained by the fact that both metaphors and symbols use the connotative meaning of concepts to construct their own meanings. On the other hand, the crucial difference between these two concepts is explained based on compositionality: metaphors always bring two concepts/elements together to construct a new meaning; symbols, in turn, do not establish this comparison, there is no compositionality in the construction of symbolic meaning.

Keywords: Metaphors; Symbols; Compositionality; Symbol Dictionary; Conceptual Theory of Metaphor.

1 Introdução

Este artigo apresenta uma análise comparativa entre metáforas e símbolos, de modo a propor uma diferenciação entre esses dois conceitos que são, muitas vezes, tratados de forma equivalente. Desse modo, nosso objetivo é propor uma análise comparativa entre a simbologia e a metaforicidade a partir de exemplos retirados do *Dicionário de Símbolos* (Chevalier; Gheerbrant, 2015), o qual serviu de base para a coleta do *corpus* analisado neste trabalho.

É comum que diferentes culturas utilizem o recurso simbólico para atribuir sentido ao que desconhecem e/ou consideram demasiadamente complexo (Moura, 2012). As metáforas também são utilizadas com esse objetivo, mas há uma diferença crucial entre esses dois recursos: a abrangência dos sentidos criados e convencionalizados. Como a metáfora é também um signo, é possível que a ela outros signos sejam relacionados, auxiliando na delimitação do sentido proposto. Além disso, o contexto linguístico e social pode auxiliar na atribuição do sentido metafórico.

No caso do símbolo, a situação é diferente, uma vez que o sentido simbólico diz respeito mais ao que pode ser intuído, ou seja, o sentido nunca é dado de forma completa e imediata. Ademais, o sentido simbólico pode ser mais restrito quando o símbolo em questão faz parte de determinadas crenças que são compartilhadas por grupos específi-

cos. Nesse caso, somente quem compartilha dessas crenças e está incluído nesses espaços poderá atribuir sentido ao símbolo convencionalizado.

Nossa investigação foi construída a partir de cinco verbetes selecionados do *Dicionário de Símbolos – Espelho, Estrela, Fogo, Gato e Sol* –, a partir dos quais conseguimos elencar as seguintes metáforas: (i) ALMA É ESPELHO; (ii) SER FAMOSO (IMPORTANTE) É SER ESTRELA; (iii) AMOR (PAIXÃO) É FOGO; (iv) CORONAVÍRUS É FOGO; (v) SER BONITO É SER GATO; (vi) SER LADRÃO É SER GATO (GATUNO); e (vii) SER IMPORTANTE É SER SOL. Esse pareamento entre símbolos e metáforas foi realizado a partir de uma análise que considerou, primeiramente, a constituição simbólica desses elementos e, em seguida, os seus respectivos potenciais metafóricos. Dito em outras palavras: escolhemos os símbolos cujas palavras geram também, em outros contextos, metáforas. Dessa forma, estabelecemos a comparação entre o recurso simbólico e a metaforicidade, considerando para isso a composicionalidade da metáfora e a constituição simbólica dos símbolos.

Argumentamos neste artigo que o principal diferencial entre metáfora e símbolo diz respeito à característica da composicionalidade, uma vez que esta está presente na criação do sentido metafórico e ausente na constituição simbólica. Dito de outra forma: enquanto as metáforas são construídas a partir de uma aproximação entre dois conceitos, gerando um terceiro significado, o símbolo não é comparado a nenhum outro elemento, de forma que o sentido simbólico diz respeito ao sentido atribuído ao próprio símbolo, e a metáfora ao sentido resultante da composicionalidade.

Como forma de alcançar nosso objetivo, organizamos este artigo da seguinte maneira: a próxima seção é intitulada *Metáforas e Símbolos*, e com ela pretendemos discutir esses conceitos de maneira particularizada e de maneira comparativa. Na seção seguinte, *Percursos Metodológicos*, buscamos, ainda que de forma breve, descrever o caminho trilhado neste trabalho, especialmente no que se refere às nossas análises. A seção quatro, *A relação entre metaforicidade e simbolismo*, apresenta nossas discussões e, por fim, apresentamos as nossas *Considerações Finais*.

2 Metáforas e Símbolos

Esta seção é dedicada à conceitualização das metáforas e dos símbolos. Para tanto, primeiramente apresentamos uma proposta de definição de metáfora a partir da Teoria Conceptual da Metáfora e, na sequência, apresentamos uma conceptualização de símbolo. Por fim, dedicamos a última subseção a diferenciar de maneira mais acurada esses elementos descritos e conceptualizados nas subseções anteriores, de maneira a explicitar os contrastes e as aproximações desses dois conceitos.

2.1 Metáforas

Em muitas situações, esses dois conceitos (metáforas e símbolos) são tratados como sinônimos, ou seja, a metáfora é tomada como um símbolo, e *vice-versa*. Um exemplo disso pode ser visualizado no *Sinônimos – Dicionário de Sinônimos* (versão online¹), pois, ao buscarmos pelo termo *metáfora*, o *site* nos dá como resposta: “Sinônimo de metáfora². 8 sinônimos de metáfora para 1 sentido de metáfora: 1. Comparação implícita de elementos: imagem, comparação, figura, **símbolo**, alegoria, representação, tropo, translação” (Neves, 2024, grifos nossos). Da mesma forma, se buscamos pelo termo *símbolo*, o mesmo *site* nos oferece a seguinte resposta:

Sinônimo de símbolo. 24 sinônimos de símbolo para 4 sentidos da palavra símbolo. 1. Sinal: distintivo, atributo, ícone, divisa, emblema, indício, insígnia, marca, signo, sinal. 2. Representação: espelho, estampa, expressão, figura, modelo, personificação, representação, reprodução, retrato, tradução. 3. **Metáfora**: alegoria, comparação, metáfora. 4. Na matemática: variável (Sinônimos... 2024, grifos nossos).

Como podemos observar, as definições oferecidas por esse *site* consideram que metáfora e símbolo são intercambiáveis, pois são considerados sinônimos. E mais: a metáfora é tomada como um tipo de sentido de símbolo (como podemos observar no item 3 dos sinônimos de símbolo). Isso posto, é preciso compreender como esses conceitos se aproximam, mas, principalmente, reconhecer que, sob o aspecto conceptual, símbolo e metáfora não correspondem ao mesmo processo de atribuição de significados.

No caso da metáfora, os estudos tiveram um grande impulso a partir da publicação da obra *Metaphors We Live By* (*Metáforas da vida cotidiana*, publicada em português), de George Lakoff e Mark Johnson (2003). Nesse livro, os pesquisadores propuseram que o nosso sistema conceptual é metafórico por natureza e, como consequência, estruturado a partir das metáforas conceptuais (ou metáforas primárias) expressas linguisticamente por meio das metáforas convencionalizadas (ou metáforas secundárias). O exemplo contido em (1) é de uma metáfora conceptual seguida de duas metáforas convencionalizadas (1a e 1b):

(1) TEMPO É DINHEIRO

(1a) Eu não posso gastar meu tempo com essas coisas sem sentido.

(1b) É um desperdício de tempo pensar em coisas que não podemos controlar.

¹ Este dicionário pode ser acessado por meio do endereço <https://www.sinonimos.com.br/>.

² Neste caso, o *site* fornece uma autoria mais precisa, pois há uma lexicógrafa responsável e citada antes do verbete: Flávia Neves.

Nos exemplos apresentados em (1), o *tempo* – elemento mais abstrato – é tomado em termos de *dinheiro* – elemento mais concreto –, e essa relação é a base da sistematicidade das metáforas, uma vez que “a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra” (Lakoff; Johnson, 2003, p. 5, tradução nossa³). Como consequência, nós acabamos por conceber o *tempo* como um recurso que pode ser *gasto* ou *desperdiçado*, a exemplo do que fazemos com o *dinheiro*.

Por essa característica sistemática, Lakoff e Johnson (2003) chamam a atenção para o fato de ser a metáfora sempre parcial, ou seja, a estrutura metafórica é sempre parcial porque uma estrutura total significaria a não necessidade da metáfora, pois uma coisa *seria de fato outra*, e não *tomada em termos de outra*. Como consequência, “quando nós dizemos que um conceito é estruturado por uma metáfora, nós queremos dizer *parcialmente* estruturado, e isso pode ser estendido de algumas maneiras, mas não de outras” (Lakoff; Johnson, 2003, p. 13, tradução e grifos nossos⁴).

Essa parcialidade acaba por direcionar dois aspectos importantes: (i) quando uma metáfora é criada e utilizada, alguns elementos são destacados, enquanto outros são escondidos e/ou ignorados; e (ii) há um limite no processo interpretativo e de compreensão das metáforas que é permeado por aspectos de plausibilidade – os quais são previamente estipulados por meio da escolha dos elementos destacados e dos que ficarão ocultos. Sobre isso, Moura (2012, p. 48) relembra que “um conceito nos leva por alguns caminhos de interpretação, e não por todos”, ou seja, ainda que a interpretação metafórica não seja resultado unicamente da convenção linguística, não estamos diante de um jogo sem regras, pois nem todas as interpretações são possíveis.

Importante mencionar ainda que, ao proporem o que ficou conhecida como Teoria Conceptual da Metáfora (doravante TCM), Lakoff e Johnson (2003) discorreram principalmente sobre três tipos de metáforas primárias (ou conceptuais), a saber: (i) metáforas estruturais (as quais estruturam conceitos a partir de outros); (ii) metáforas orientacionais (as quais estruturam conceitos a partir de orientações espaciais); e (iii) metáforas ontológicas (nas quais a metaforização de conceitos é por meio de qualidades e/ou características humanas). Em todos esses casos, os autores mencionam que há uma grande influência da base experiencial e cultural, pois o processo de criação e de compreensão das metáforas não seria possível sem essas bases.

³ No original: “The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another” (Lakoff; Johnson, 2003, p. 5).

⁴ No original: “So when say that a concept is restructured by a metaphor, we mean that is partially structured and that is be extended in some ways but not others” (Lakoff; Johnson, 2003, p. 13).

Como dito acima, a TCM considera que todas as metáforas possuem uma base experiencial e cultural para que possam emergir a partir das convenções linguísticas. Dessa forma, “[...] nenhuma metáfora pode ser compreendida ou mesmo formulada de forma adequada, independentemente de sua base experiencial” (Lakoff; Johnson, 2003, p. 19, tradução nossa⁵). Ademais, quando falamos das metáforas, é preciso ter em mente que o sentido metafórico corresponde à criação de um novo sentido, ou seja, a partir de dois significados, um terceiro é criado (Moura, 2012).

Em resumo, o que discutimos até aqui diz respeito à composicionalidade metafórica, ou seja, a maneira pela qual a metáfora é construída, sendo que a metaforicidade só ocorre quando temos dois elementos (domínio-alvo e domínio-fonte) que poderão ser comparados e aproximados por meio da sistematicidade metafórica (o elemento mais abstrato é tomado em termos do elemento mais concreto). Por vezes, essa comparação surge como uma inovação, o que diferencia a metáfora da comparação. Contudo, essa dinâmica visualizada no processo de constituição do sentido metafórico não ocorre com o símbolo, conforme veremos a seguir.

2.2 Símbolos

No caso dos símbolos, não há a criação de um novo sentido, mas sim a representação de um sentido pré-estabelecido e socialmente compartilhado. Geralmente, os símbolos são utilizados dentro de grupos que compartilham um terreno conceptual comum (Tomasello, 2009), como é o caso do campo religioso. Conforme Moura (2012, p. 91), os “símbolos são muito usados em práticas religiosas e em associações mais ou menos secretas, como a Maçonaria. Isso ocorre porque, para se entender um símbolo, é preciso ter acesso à interpretação do símbolo, e o acesso à interpretação só é dado dentro de um grupo”.

Um símbolo pode adquirir diferentes formas, como uma roupa, uma imagem, uma cor ou, até mesmo, um alimento. Em outras palavras, diferentemente da metáfora, que é conceptual e expressa linguisticamente (um signo linguístico), os símbolos possuem um espectro muito mais amplo, e “qualquer coisa pode ser um símbolo, e um símbolo pode significar qualquer coisa” (Moura, 2012, p. 92). A Figura 1, apresentada a seguir, oferece alguns exemplos de tipos de símbolos.

⁵ No original: “[...] no metaphor can ever be comprehended or even adequately represented independently of this experiential basis” (Lakoff; Johnson, 2003, p. 19).

Figura 1 - Exemplos de Tipos de Símbolos



Fonte: Elaboração própria (2024).

No caso dos símbolos de sorte, como o trevo de quatro folhas apresentado na Figura 1, as imagens, os objetos ou os atos – algumas ações podem também funcionar como simbologia de boa sorte – atuam como uma espécie de presságio de que algo bom pode acontecer. O mesmo acontece com os elementos que simbolizam o azar – na Figura 1, temos o espelho quebrado, que, segundo a crença popular brasileira, corresponde a *sete anos de azar*, ou melhor, representa essa condição para aquele ou aquela que quebrar o artefato. Segundo Câmara Cascudo (1998), o *Espelho* é envolto de inúmeras superstições, o que lhe atribui um caráter bastante universalista. Nas palavras do pesquisador,

São superstições inumeráveis, espalhadas por todos os recantos do mundo. [...] Os estudos de Frazer, Rank, Freud, Jung sobre as representações e equivalências da alma, espírito, sopro vital, vida entre os antigos, primitivos e povos de cultura rudimentar [sic] evidenciaram esse complexo etnográfico e religioso (Câmara Cascudo, 1998, p. 374).

Os símbolos religiosos, por sua vez, também podem ser considerados amuletos, uma vez que os devotos utilizam esses elementos na esperança de serem abençoados e/ou protegidos pelas entidades nas quais creditam sua fé. Além disso, quando utilizados

como acessórios, funcionam também como marca identitária desses fiéis, o que resulta na possibilidade de reconhecimento dos pares. A crença compartilhada acerca dos símbolos é o que permite que eles tenham uma função dentro dos grupos, uma vez que “esses amuletos são símbolos porque só representam uma proteção para aqueles que os interpretam como objetos dotados de algum significado ou poder particular” (Moura, 2012, p. 93). Além disso, “[...] um símbolo só funciona numa comunidade que compartilha crenças bem definidas, sejam elas religiosas ou sociais. O fato é que alguém de fora não atribui significado ao símbolo” (Moura, 2012, p. 93).

Strôngoli (2022, p. 195) afirma que há autores que

defendem que toda e qualquer imagem é um símbolo, o qual é concebido pela percepção como um elemento icônico. Contudo, no caso das línguas naturais, esse símbolo é manifestado por meio da palavra, o que resulta em uma dinamicidade e polissemia dos sentidos (assim como a própria palavra). Dito de outra forma, [...] o símbolo que se manifesta nessa palavra é também descrito como manifestação incompleta, ambígua e, sobretudo, paradoxal: está sempre livre para ter seu significado (re)criado em todo e qualquer instante; está sempre aprisionado à materialidade do significante.

Os temas imaginários, chamados de *desenho* ou *figura* do símbolo por Chevalier e Gheerbrant (2015), ainda que sejam praticamente universais (como o *leão*, o *ouro*, a *lua* etc.), podem ter um sentido muito diversificado, especialmente porque a interpretação simbólica está relacionada com o aspecto cultural e social do qual emerge. Nesse sentido, a proposta do *Dicionário de Símbolos*, com cerca de 1.200 palavras, é a de, segundo os autores, encontrar e apresentar uma espécie de denominador comum, sem generalizar ou especificar excessivamente.

É importante mencionar ainda que o símbolo não fornece uma composicionalidade entre dois elementos, como a metáfora. Ou seja, o significado atribuído ao símbolo (como a um *leão*, ao *sol*, à *lua* etc.) não está diretamente associado e amparado a um segundo elemento, uma vez que a atribuição do significado simbólico é resultado de processos culturais e sociais que envolvem a utilização desses símbolos com diferentes propósitos. Sendo assim, o elemento *Fogo*, por exemplo, poderá funcionar como um símbolo de purificação para determinado grupo, enquanto para outro grupo poderá simbolizar destruição. Em outras palavras, não há na construção simbólica um pareamento entre os elementos, como acontece na sistematização do significado metafórico, pois *Fogo* é um símbolo em si mesmo, sem estar ligado a um domínio-alvo, já que não há a projeção de

significado que está presente na metáfora, na qual os significados dos elementos do domínio-fonte são projetados no domínio-alvo.

2.3 Metáforas e Símbolos: afastamentos e aproximações

Ainda que tomados algumas vezes como conceitos equivalentes (como no exemplo do *Sinônimos – Dicionário de Sinônimos* apresentado na subseção 2.1), os símbolos e as metáforas possuem diferenças que precisam ser consideradas. Nosso objetivo nesta subseção é, portanto, esclarecer como essas distinções podem ser observadas. Com base em Moura (2012), podemos sumarizar as seguintes diferenças entre metáforas e símbolos: (i) interpretação; (ii) arbitrariedade de definição; (iii) limite de significação; (iv) relação com o significado original (Moura, 2012). Além disso, é importante ressaltar que a contribuição deste artigo é a de destacar a questão da composicionalidade como um diferenciador entre metáfora e símbolo, considerando que está presente naquela e ausente neste.

Enquanto a metáfora é mais flexível em relação ao seu processo interpretativo (é possível que diferentes sentidos sejam atribuídos a depender do tipo de ouvinte e/ou leitor que interpreta essas metáforas), o símbolo possui uma interpretação mais direcionada e em consonância com um código pré-estabelecido dentro dos grupos em que ele é empregado. Dessa forma, “a interpretação de uma metáfora resulta do esforço intelectual de um indivíduo, ao passo que o significado do símbolo depende da autoridade e da tradição que estipulou aquela interpretação determinada” (Moura, 2012, p. 95). Como consequência, ainda que não haja uma arbitrariedade na interpretação de uma metáfora devido à plausibilidade (certas interpretações sendo mais plausíveis que outras), esse processo tende a ser mais aberto do que a atribuição de sentido a um símbolo, porque nesse processo há a presença de uma hierarquia dentro dos grupos a ser considerada: a atribuição simbólica requer o reconhecimento e a validação dos indivíduos que utilizam esse símbolo, e isso se dá por meio das crenças compartilhadas e da aprovação emitida pela autoridade dentro desses grupos.

A segunda diferença apontada por Moura (2012) retoma a sistematicidade da metáfora, uma vez que nem toda a combinação de palavras resultará em um significado metafórico: é necessário que um conceito seja tomado em termos de outro por meio da relação entre domínio-fonte (mais concreto) e domínio-alvo (mais abstrato). Por outro lado, o espectro do símbolo é maior, pois muitas coisas podem funcionar como símbolos (objetos, imagens, palavras, ações etc.), sendo necessária apenas a aprovação e a convencionalização dessa atribuição simbólica dentro do terreno conceitual comum comparti-

lhado pelos sujeitos que utilizarão esse símbolo. Além disso, não há nos símbolos a necessidade de comparação entre dois conceitos como acontece com a metáfora.

Outro aspecto que diferencia as metáforas dos símbolos diz respeito ao limite da significação, uma vez que aos símbolos podem ser agregadas sempre novas interpretações, “desde que sejam produzidas por aqueles que têm o poder de fornecer essas interpretações” (Moura, 2012, p. 95), enquanto no caso da metáfora, essa liberdade interpretativa é cerceada pelos próprios conceitos que a compõem, pois estes especificam o significado empreendido.

Finalmente, a quarta e última diferença mencionada por Moura (2012) diz respeito ao fato de não haver na construção simbólica uma alteração do significado original da coisa ou da imagem utilizada como símbolo: ainda que um *gato preto* seja tomado como símbolo de azar, não deixará de ser um felino de cor negra. No caso da metáfora, por outro lado, há a criação de um novo sentido, ou seja, se utilizamos o objeto *flor* para metaforizar uma *pessoa*, *flor* não significará mais essencialmente *flor*, pois um novo sentido é criado.

Mas por que utilizamos tantos símbolos? Segundo Moura (2012),

a razão disso talvez esteja no fato de que precisamos, a todo momento, interpretar os sinais e os signos do ambiente circundante, a fim de tomarmos as decisões corretas para a nossa sobrevivência e para o sucesso da vida em sociedade. Um símbolo fixa um significado para uma coisa e é indício de algo importante para nós. Temos uma enorme necessidade de atribuir significado àquilo que entendemos pouco ou de que temos medo. Daí, criamos símbolos. O mundo é uma floresta de símbolos (Moura, 2012, p. 96).

Partindo de uma abordagem terminológica, Chevalier e Gheerbrant (2015) também se preocupam em diferenciar os símbolos de outros conceitos confundidos com eles. Dentre esses conceitos, temos também a metáfora. Segundo os autores, “a **metáfora** desenvolve uma comparação entre dois seres ou duas situações, como, por exemplo, qualificar de *dilúvio* verbal a *eloquência* de um orador” (Chevalier; Gheerbrant, 2015, grifos nossos). Essa definição de comparação também é defendida por Moura (2012), o qual destaca que a metáfora amplia nossa capacidade de comparação, criando uma nova categoria. Isso não acontece com o símbolo, pois antes de uma comparação, oferece uma interpretação dependente de uma predisposição anterior, a qual é dada pelas crenças culturais, histórias, religiosas compartilhadas dentro dos grupos (Chevalier; Gheerbrant, 2015).

Essa comparação realizada pela metáfora que é mencionada por Chevalier e Gheerbrant (2015) e por Moura (2012) diz respeito à relação estabelecida entre o domínio-fonte e o domínio-alvo, como já mencionamos. No exemplo apresentado no *Dicionário de Símbolos* (doravante, DS), o termo *dilúvio* funciona como o domínio-fonte (mais concreto, pois é um evento da natureza), e o termo *eloquência* é o domínio-alvo (mais abstrato). Dessa forma, a essência da metáfora, para utilizar os termos de Lakoff e Johnson (2003), é facilmente comprovada: um conceito (*eloquência*) é tomado em termos de outro (*dilúvio*).

Gadamer (1976 *apud* Davey; Nielsen, 2023) defende que o símbolo não faz referência a algo que está fora, mas sim a si mesmo, ou seja, faz referência ao seu próprio significado – essa situação não é a mesma da metáfora, pois nela o termo metaforizado (domínio-fonte) faz necessariamente referência a outro significado (domínio-alvo). Como consequência, o significado simbólico nunca é dado de maneira completa ou imediata, pois é necessário que seja direcionado por crenças e/ou uma cultura que lhe confere sentido de maneira eficaz. Quando comparamos o símbolo com o signo (do qual a metáfora faz parte), percebemos que aquele vai além da própria palavra, evocando sentidos ocultos, o que parece revelar relações mais complexas do que as relações estabelecidas na determinação do sentido do signo/palavra/metáfora.

Ainda sobre essa questão, podemos resumi-la da seguinte maneira: mesmo que a metáfora e o símbolo sejam, em certo sentido, indeterminados, há uma diferença crucial entre eles, pois como a metáfora é também um signo, é possível que façamos composições com outros signos, averiguando por meio do contexto a real plausibilidade do significado atribuído – essa situação fica ainda mais evidente quando estamos tratando de metáforas já convencionalizadas pelo uso. O símbolo, por sua vez, aparenta uma abertura quase mística, metafísica, sendo muito difícil essa composição ou averiguação no contexto e, por isso, o sentido simbólico deve ser compreendido dentro dos grupos e/ou das crenças sobre as quais dizem respeito. Além disso, a metáfora é composicional e sistemática; o símbolo, não.

Até o momento, discutimos os aspectos que diferenciam as metáforas dos símbolos, mas há também semelhanças, como o fato de utilizarmos os dois conceitos para atribuir sentido ao que consideramos complexo e/ou abstrato. Além disso, conforme discutiremos com mais detalhes em nossas análises, tanto as metáforas quanto os símbolos consideram as conotações dos conceitos no processo de atribuição de sentidos. Contudo, como discutimos nesta seção, é fundamental que tenhamos em mente que símbolos e metáforas não são conceitos equivalentes.

3 Percurso metodológico

Esta investigação foi levada a cabo a partir de uma sequência de etapas, descritas a seguir. O primeiro passo foi a pesquisa bibliográfica. Depois, realizamos a escolha dos verbetes dentro do *Dicionário de Símbolos* (DS): a partir de uma leitura geral prévia, escolhemos cinco verbetes (*Espelho*, *Estrela*, *Fogo*, *Gato* e *Sol*), utilizando como critério a abrangência dessas figuras de símbolo, de modo que fossem termos utilizados também em metáforas conhecidas dentro da língua portuguesa para que pudéssemos estabelecer uma comparação entre a estruturação do sentido simbólico (apresentado no verbete do DS) e da relação entre domínio-fonte e domínio-alvo (a partir da construção da metaforicidade).

Importante mencionar também que, além dos verbetes do DS, em alguns casos apresentamos outros exemplos, que atestam o uso dos símbolos escolhidos, como excertos retirados da literatura. Além disso, nos casos em que o uso metafórico é mais inovador (não tão convencionalizado), buscamos na internet amostras desses usos para estabelecer um comparativo entre o uso simbólico e o uso metafórico daquele termo.

A próxima seção apresenta os exemplos escolhidos e as respectivas análises, as quais não esgotam as possibilidades, especialmente porque reconhecemos que a interpretação metafórica e simbólica resulta de uma base cultural e social, fazendo com que o sentido atribuído ao símbolo e à metáfora possa variar a depender daquele que interpreta.

4 A relação entre metaforicidade e simbolismo

Nesta seção, propomos uma análise comparativa entre metáfora e símbolo a partir de exemplos retirados do DS. Optaremos por seguir a ordem alfabética, a exemplo do que se faz no dicionário, e quando o verbete for muito longo, traremos apenas alguns excertos da definição apresentada.

O primeiro termo é *Espelho*. Segundo o DS,

Spéculum (espelho) deu o nome à **especulação**: originalmente, especular era observar o céu e os movimentos relativos das estrelas, com o auxílio de um espelho. Sidus (estrela) deu igualmente **consideração**, que significa etimologicamente olhar o conjunto das estrelas. Essas duas palavras abstratas, que hoje designam operações altamente intelectuais, enraízam-se no estudo dos astros refletidos em espelhos. Vem daí que o espelho, enquanto superfície que reflete, seja o suporte de um simbolismo extremamente rico dentro da ordem do conhecimento. [...]
O que reflete o espelho? A verdade, a sinceridade, o conteúdo do coração e da consciência: [...]

Embora sua significação profunda seja outra, o espelho é do mesmo modo relacionado, na tradição nipônica, com a revelação da verdade e não menos com a pureza. [...]

O espelho é, com efeito, símbolo da **sabedoria** e do **conhecimento**, sendo o espelho coberto de pó aquele do espírito obscurecido pela ignorância. [...]

Esses reflexos da Inteligência ou da Palavra celestes fazem surgir o espelho como o símbolo da **manifestação que reflete a inteligência criativa**. [...]

O emprego do espelho mágico corresponde a uma das mais antigas formas de adivinhação. Varron disse que ela tem origem na Pérsia. [...]

O tema da alma considerada como espelho, esboçado por Platão e por Plotino, foi particularmente desenvolvido por Santo Atanásio e por Gregório de Nissa. Segundo Plotino, a imagem de um ser está sujeita a receber a influência de seu modelo, como um espelho (Enéadas, 4, 3). De acordo com a sua orientação, o homem enquanto espelho reflete a beleza ou a feiura. [...] (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 393-396)

Como podemos observar por meio dos fragmentos, a simbologia do *Espelho* é bastante ampla e é encontrada em diferentes culturas. De maneira geral, ele está relacionado ao ato de ver, de adivinhar e de refletir. Além disso, simboliza o conhecimento, a sabedoria e a criatividade. Ademais, acredita-se que no *Espelho* podemos observar o reflexo da alma. Sobre essa crença, há na literatura brasileira um conhecido conto de Machado de Assis, *O Espelho – Esboço de uma nova teoria da alma humana*, no qual há uma menção simbólica desse objeto como uma marca da duplicidade da alma – o que se aproxima do exposto no último trecho acima. No caso do conto, o narrador e personagem principal (Jacobina) afirma ter tido medo de mirar-se no espelho e ver-se dividido, conforme podemos observar nos seguintes trechos:

Em primeiro lugar, não há uma só alma, há duas...

– Duas?

– Nada menos de duas almas. Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outros que olha de fora para dentro. Espantem-se à vontade, podem ficar de boca aberta, dar de ombros, tudo; não admito réplica. Se me replicarem, acabo o charuto e vou dormir. A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. [...] Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja (Assis, 2016, p. 131). [...]

– Vão ouvir coisa pior. Convém dizer-lhes que, desde que ficara só, não olhara uma só vez para o **espelho**. Não era abstenção deliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de acabar-me um e dois, ao mesmo tempo, naquela casa solitária; e se tal explicação é verdadeira,

nada prova melhor a contradição humana, porque no fim de oito dias deu-me na veneta de olhar para o espelho **com o fim justamente de achar-me dois**. Olhei e recuei. O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra [...] (Assis, 2016, p. 136, grifos nossos).

Nas palavras de Jacobina, o *Espelho* é a prova de que a alma humana se encontra dividida: o ser humano possui duas almas (interior e exterior), e o poder do *Espelho* reside no refletir essa duplicidade de maneira escancarada. Ou seja: não há como fugir dessa dualidade quando se está diante do *Espelho*.

No caso das metáforas, o termo *Espelho* também é utilizado: expressões como *espelhar X*, por exemplo, manifestam uma relação entre um domínio-fonte mais concreto (o próprio *Espelho*) e um domínio-alvo mais abstrato ou que precisa ser melhor definido, como é o caso de *espelhar amor* ou *espelhar bondade*. Além disso, há as expressões como *espelho da alma* e *espelho de Deus*, as quais fazem também uma referência ao ato de refletir. No caso da *alma*, é necessário que elementos mais concretos delimitem esse conceito tão difuso e flexível. Em uma busca no site *Google.com* encontramos vários exemplos dessa metáfora. Um desses usos é feito em uma canção gospel intitulada *Espelho da Alma*, do grupo *Pense*. Na letra, além do título,⁶ há também uso explícito dessa metáfora: “*Olhe os seus olhos no espelho da alma / Mas não perca a calma ao descobrir quem você é*”. No caso de *espelho de Deus*, por outro lado, faz-se uma alusão ao *agir conforme os preceitos de Deus*, ou seja, temos uma metáfora que utiliza o *Espelho* como domínio-fonte para fazer referência a um domínio-alvo mais abstrato, como as ações esperadas por Deus, ou que seriam tomadas também por Ele e que deverão ser repetidas por seus fiéis. A partir de uma busca também na internet, encontramos uma outra canção cristã que usa essa metáfora: trata-se da música *Espelho de Deus*, do cantor Fernando Iglesias: “*Pois tu és Deus de libertação que livras teus filhos da mais forte provação / Estou perdido mas quero ser teu irei mais além pra ser o espelho de Deus*”⁷. Essas relações dão origem à metáfora conceptual ALMA É ESPELHO.

A relação entre a simbologia do elemento *Espelho* e da metáfora ALMA É ESPELHO pode ser analisada a partir do sentido conotativo evocado pelo conceito-base (*Espelho*), pois tanto o símbolo quanto a metáfora exploram esse sentido para construir os seus próprios significados. Dessa forma, a metaforicidade utiliza a conotação do conceito pertencente ao domínio-fonte: se o *Espelho* é entendido figurativamente como um elemento

⁶ A letra completa pode ser acessada no link <https://www.letras.mus.br/pense/1879552/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

⁷ A letra completa pode ser acessada no link <https://www.letras.mus.br/fernando-iglesias/513727/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

que pode *espelhar* ou *refletir* o interior (como o sentido simbólico propõe), essa metáfora também empregará essa compreensão na construção de seu significado – *a alma é espelho, logo, a alma tem o poder de refletir o oculto, o interior* etc.

O segundo termo escolhido por nós foi *Estrela*:

No que concerne à estrela, costuma-se reter sobretudo sua qualidade de iluminar, de fonte de luz. As estrelas representadas na abóbada de um templo ou de uma igreja dizem respeito, especificamente, ao significado celeste desses astros. [...]

A estrela flamejante da Maçonaria procede do pentagrama pitagórico (algumas vezes denominado de selo de Salomão*, se bem que essa designação seja mais frequentemente reservada, na prática, ao hexágono estrelado, ou escudo de Davi). A estrela flamejante de cinco pontas é o símbolo da manifestação central da Luz, do centro místico, do foco ativo de um universo em expansão. [...]

Além disso, a estrela de cinco pontas é um símbolo do microcosmo humano; e a estrela de seis pontas, emblema do judaísmo, com seus dois triângulos invertidos e enlaçados (v. selo de Salomão*), simbolizaria o amplexo do espírito e da matéria, dos princípios ativo e passivo, o ritmo do seu dinamismo, a lei da evolução e da involução. [...]

Tanto para o Antigo Testamento quanto para o Judaísmo, as estrelas obedecem às vontades de Deus e, eventualmente, as anunciam (*Isaías*, 40, 26; *Salmos*, 19, 2), Portanto, elas não são criaturas puramente inanimadas: um anjo vela sobre cada estrela (*1 Enoch*, 72, 3). E daí para que se começasse a ver na estrela o símbolo do **anjo** era só um passo, que não tardou a ser dado: o Apocalipse fala de estrelas caídas do céu (6, 13), como se se referisse a anjos caídos. [...]

Finalmente, restaria ainda por assinalar que a profecia de Números, 24, 17 influenciou a simbólica messiânica, e que a estrela foi muitas vezes considerada como uma imagem ou nome do Messias esperado. [...]. (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 404-409).

Assim como acontece com *Espelho*, o símbolo *Estrela* é bastante abrangente. Segundo as definições trazidas por Chevalier e Gheerbrant (2015), a *Estrela* simboliza, principalmente, a iluminação, pois é fonte de luz. Além disso, ela pode significar outras coisas em determinados contextos religiosos (como o Judaísmo) e secretos (como a Maçonaria). Ademais, há o aspecto de obediência a Deus, bastante conhecido na cultura ocidental: são as estrelas que, obedecendo a Deus, anunciam aos Três Reis Magos o nascimento de Jesus (a *Estrela*, o messias esperado). Por outro lado, Lúcifer (no Antigo Testamento) é chamado de *estrela da manhã*, atribuindo à *Estrela* também uma referência aos *anjos caídos*, ou seja, às *estrelas caídas*.

No espectro metafórico, a *Estrela* é bastante utilizada também: expressões como *estrela da noite*, *estrela da festa*, *estrela do show* etc. aproximam esse elemento aos indivíduos

que possuem certo destaque reconhecido. Isso acontece porque a *Estrela* brilha e, como tal, as pessoas consideradas estrelas também o fazem (ainda que metaforicamente). Em outras palavras, na construção metafórica, as pessoas consideradas importantes e destacadas por alguma razão (domínio-alvo) são tomadas em termos de *astros com luz própria* (domínio-fonte): SER FAMOSO (IMPORTANTE) É SER ESTRELA, uma metáfora já convencional e despojada de um significado místico.

O próximo verbete que escolhemos foi *Fogo*. Chevalier e Gheerbrant (2015) apontam que

A maior parte dos aspectos do simbolismo do fogo está resumida na doutrina hindu, que lhe confere fundamental importância. [...]

O aspecto destruidor do fogo implica também, evidentemente, um lado negativo; [...] A propósito da forja, deve-se observar que seu fogo é a um só tempo celeste e subterrâneo [...]

O Fogo, nos ritos iniciáticos de **morte e renascimento**, associa-se ao seu princípio antagônico, a Água.

A purificação pelo fogo, portanto, é complementar à purificação pela água, tanto no plano microcósmico (ritos iniciáticos), quanto no plano macrocósmico (mitos alternados de Dilúvios e de Grandes Secas ou Incêndios).

A significação sexual do fogo está ligada, universalmente, à primeira das técnicas usadas para a obtenção do fogo: por meio da fricção, num movimento de vaivém — imagem do **ato sexual** (EL1F). [...]

Assim como o Sol, pelos seus raios, o Fogo simboliza por suas chamas a ação fecundante, purificadora e iluminadora. Mas ele apresenta também um **aspecto negativo**: obscurece e sufoca, por causa da fumaça; queima, devora e destrói: o fogo das paixões, do castigo e da guerra. [...] (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 442-444).

Como podemos observar nos excertos, o *Fogo* é bastante ambíguo: se por um lado é símbolo de purificação e de salvação, por outro é de morte e de destruição. Isso se dá porque, sendo ele uma força da natureza, é imprevisível e volátil. Na liturgia cristã, por exemplo, aqueles e aquelas que não alcançam o céu, a salvação, são direcionadas ao inferno, conforme os escritos de Marcos (capítulo 9, versículos 43-49⁸, grifos nossos):

Se a sua mão o fizer tropeçar, corte-a. É melhor entrar na vida mutilado do que, tendo as duas mãos, **ir para o inferno, onde o fogo nunca se apaga**, onde o seu verme não morre, e o **fogo não se apaga**. E, se o seu pé o fizer tropeçar, corte-o. É melhor entrar na vida aleijado do que, tendo os dois pés, ser lançado no inferno, onde o seu verme não morre, e o fogo não se

⁸ Não há página porque foi retirada de uma versão *online* da Bíblia disponível em <https://www.biblionline.com.br/acf/mc/9/43-49>. Acesso em 28 mar. 2024.

apaga. E, se o seu olho o fizer tropeçar, arranque-o. É melhor entrar no Reino de Deus com um só olho do que, tendo os dois olhos, ser lançado no inferno, onde “o seu verme não morre, e o fogo não se apaga”. Cada um será salgado com fogo.

Além disso, a referência sexual do *Fogo* é bastante conhecida, especialmente pelo simbolismo da paixão e do poder “incontrolável” desse elemento, como também seria o desejo sexual.

No campo da metaforicidade, as metáforas com esse elemento estão relacionadas às características simbólicas que ele carrega, haja vista que o campo simbólico se relaciona com o metafórico em função das conotações usualmente associadas ao *Fogo*. Em outras palavras, nas metáforas, como no conhecido soneto camoniano *O amor é fogo que arde sem se ver*, há o simbolismo do *Fogo* como *paixão*: AMOR (PAIXÃO) É FOGO. Aqui é preciso ressaltar dois aspectos importantes: (i) para a construção dos sentidos, tanto a metáfora AMOR (PAIXÃO) É FOGO quanto a simbologia de *Fogo* recorrem às imagens conotativas que esse elemento evoca (como *força* e *intensidade*); e (ii) ainda que ambos (metáfora e símbolo) recorram às imagens evocadas por esse elemento, há uma diferença crucial entre esses dois processos, pois, enquanto na metáfora há uma dupla influência (*Fogo* influencia o sentido de *amor* e *vice-versa*), no símbolo isso não acontece, porque o elemento *Fogo* não é pareado com outro conceito na construção da significação simbólica.

Como consequência, o sentido simbólico atribuído ao elemento *Fogo* não se dá como resultado de um arranjo composicional, mas como uma evocação das imagens conotativas que melhor respondem às necessidades de significação dentro dos grupos, considerando sempre o conjunto de crenças e de valores desses agrupamentos. Sobre isso, poderíamos também retomar a definição de Gadamer (1976), segundo a qual o símbolo faz uma referência a si mesmo, não ao que está fora. Tal situação também é visualizada com algumas metáforas sobre o coronavírus, nas quais o *Fogo* é tomado como domínio-fonte na metaforização do patógeno. A sentença em (2) é um exemplo retirado do *corpus* Metáforas do Coronavírus na Mídia (MCM)⁹.

(2) A partir de Wuhan, o vírus surgiria em alguns dos muitos territórios do entorno da China –Tailândia, Coreia do Sul e Japão. Transportado de avião, disseminado em ca-

⁹ Trata-se de um *corpus* construído para uma tese em andamento da doutoranda Alice Ribeiro Dionizio sob a orientação do professor Heronides Moura no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

bines, aeroportos e banheiros pelo caminho, o coronavírus chegaria a América do Norte, Europa e Oceania, ainda em janeiro, **alastrando-se pelo mapa-múndi** (FSP, MUNDO, 13/05/2020).

Neste exemplo, o coronavírus é metaforizado em termos de *Fogo*, uma vez que é *alastrado* pelo mundo, o que dá origem à metáfora conceptual CORONAVÍRUS É FOGO. Além disso, há aí uma referência à possibilidade de movimento, o que dá ao coronavírus contornos de objeto que pode ser transportado (o que pode ser também atribuído à metáfora do contêiner). Aqui, assim como acontece com *Estrela*, não há nenhuma referência a um elemento místico.

O quarto verbete escolhido foi *Gato*:

O simbolismo do gato é muito heterogêneo, pois oscila entre as tendências benéficas e as maléficas, o que se pode explicar pela atitude a um só tempo terna e dissimulada do animal. [...]

Pode-se notar, pelo menos à guisa de curiosidade, que tanto na Cabala como no budismo o gato é associado à serpente: indica *o pecado, o abuso dos bens deste mundo* (Devoucoux). Nesse sentido, o gato é por vezes representado aos pés do Cristo. [...]

Na tradição muçulmana, o gato (qalt) é considerado como um animal basicamente favorável, salvo se for preto. [...]

Em muitas tradições, o gato preto simboliza a obscuridade e a morte. [...]

Às vezes, o gato é concebido como um servidor dos Infernos. [...]

Entre os índios pawnees da América do Norte (FLEH), o gato é um símbolo de **sagacidade**, de reflexão, de engenhosidade; ele é observador, malicioso e ponderado, alcançando sempre seus fins. Por essa razão, era animal sagrado, que só podia ser morto com finalidade religiosa e através de alguns rituais. [...]

Depois da sagacidade e engenhosidade vem o dom da **clarividência**, o que leva os povos da África central a confeccionarem [...] *sacolas de remédios* com pele de gatos selvagens (FOUC) (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 461-463).

O simbolismo mais conhecido sobre o *Gato* na cultura ocidental talvez seja o de azar, especialmente relacionado aos gatos de pelagem preta: nos meses em que o dia 13 coincide com a sexta-feira, é comum a realização de campanhas de conscientização para que não ocorram episódios de maus-tratos aos bichanos. A Figura 2 é um exemplo de como esse tipo de campanha acontece em redes sociais, como o *Instagram*, por diferentes órgãos e instituições.

Figura 2 - Exemplo de campanha de conscientização sobre maus-tratos dos gatos pretos na sexta-feira 13



Fonte: Prefeitura de Goiânia (2022)¹⁰.

Contudo, como podemos observar nos excertos do DS apresentados acima, para outras culturas, o mesmo animal pode ser considerado de forma positiva, especialmente por sua personalidade considerada sagaz. Além disso, há uma aura mítica em torno desse animal que faz dele um ser amado por muitos e odiado por outros. No campo metafórico, é bastante comum a utilização do substantivo *Gato* como um adjetivo, indicando beleza física. Expressões como “*Fulano ficou um gato com o novo corte de cabelo*” ou “*Fulana é muito gata!*” são exemplos desse uso metafórico. Como consequência, a metáfora conceptual que faz emergir essa relação é SER BONITO É SER GATO.

Por outro lado, o mesmo substantivo deu origem ao adjetivo *gatuno*, indicando uma característica negativa e inadequada, ou seja, trata-se de um adjetivo para fazer referência a uma pessoa que furta o que não lhe pertence (a exemplo do que os gatos – especialmente em situação de rua – fazem). Dessa forma, temos aqui a presença de outra metáfora conceptual, ou seja, SER LADRÃO É SER GATO (GATUNO).

No caso de *Gato*, as imagens conotativas parecem ser as de *sagacidade* e de *beleza*, uma vez que, nas metáforas discutidas acima, parece haver um pareamento de gato com outros elementos / características (gato-beleza / gato(gatuno) – comportamento repro-

¹⁰ Esta campanha foi postada na página da prefeitura da cidade de Goiânia em parceria com a Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma) no dia 13 de maio de 2022 e pode ser visualizada no link <https://www.instagram.com/p/Cdgctqmu9SV/>.

vável). Da mesma forma, essas imagens conotativas estão presentes na construção simbólica de *Gato*, pois ele pode ser considerado um símbolo de azar ao mesmo passo que pode simbolizar a sagacidade (não nos esqueçamos de que *roubar* exige também habilidades – como rapidez, inteligência –, características que são reconhecidamente atribuídas aos felinos). Essa comparação entre *sagacidade* e *beleza* dá-se no campo do composicional, ou seja, a metáfora permite que essas características sejam postas lado a lado, o que não acontece com o campo simbólico: a imagem conotativa não está dada *a priori* no símbolo, mas poderá ser atribuída no momento e contexto adequados. Por exemplo, no Egito Antigo, esses animais eram considerados protetores e guardiões de seus tutores, sendo considerados *portais místicos*, ou seja, a imagem conotativa dos bichanos para esse grupo era a de *proteção*; para os cristãos da Idade Média, por outro lado, a imagem mais reconhecida era a de *morte*, *mau agouro*, *feitiçaria* etc., resultando em uma perseguição aos bichanos (Queiroz, 2010). Segundo a pesquisadora,

Houve época – especialmente na Idade Média – em que os gatos eram, na maioria das vezes, hostilizados, pois foram associados à feitiçaria e tidos como criaturas demoníacas. Ideia essa divulgada sobretudo pela Igreja Católica que para atrair os celtas, pregava que os sacerdotes druidas eram bruxos e porque viviam isolados e cercados de gatos, logo esses felinos eram associados ao diabo, à bruxaria. Os gatos pretos, principalmente, eram perseguidos e queimados em fogueira (Queiroz, 2010, p. 36).

O último verbete pesquisado foi *Sol*:

O simbolismo do Sol é tão diversificado quanto é rica de contradições a realidade solar. Se não é o próprio deus, é, para muitos povos, uma manifestação da divindade (epifania uraniana). Pode ser concebido como o filho do Deus supremo e irmão do arco-íris. [...]

O Sol é a fonte da luz. do calor, da vida. Seus raios representam as influências celestes — ou espirituais — recebidas pela Terra. [...]

Analogamente, o Sol é um símbolo universal do rei, coração do império. [...]

A oposição Sol-Lua abrange geralmente a dualidade Macho-Fêmea. [...]

Em astrologia, o Sol é símbolo de vida, calor, dia, luz, autoridade, sexo masculino e de tudo o que brilha. Se parece ser reduzido pelos astrólogos ao papel de um simples planeta, comparável a um Marte ou a um Júpiter, é principalmente porque a sua influência é, por assim dizer, dividida em dois campos bem distintos: influência direta — sua posição no céu; e indireta sua posição no Zodíaco [...]

Enquanto símbolo cósmico, o Sol ocupa a posição de uma verdadeira religião astral, cujo culto domina as grandes civilizações antigas, com as figuras dos deuses-heróis gigantes, encarnações das forças criadoras e da fonte vital de luz e de calor que o astro representa (Atum, Osíris, Baal, Mitru, Hélios, Apoio etc.). [...] (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 836-841).

Além de ser considerado um verdadeiro deus, o *Sol* é muito importante em aspectos simbólicos por sua característica mais básica: a luz. Dessa forma, o *Sol* representa a *vida*, o *calor*, o *dia*, o *brilho*. Em resumo, o simbolismo do *Sol* tem muito a ver com a força vital que emana dele. Como não poderia ser diferente, as metáforas com esse elemento tendem a seguir esse padrão de significados, como é o caso de expressões como *o sol da minha vida*, nas quais a metáfora conceptual SER IMPORTANTE É SER SOL emerge: se alguém ocupa o centro da vida de outrem, é considerado um *Sol*, um ser importante, central, assim como essa estrela é para a vida na terra, considerando sua posição na Via Láctea.

O significado da metáfora SER IMPORTANTE É SER SOL emerge porque um pareamento entre os conceitos é realizado, de maneira que *ser importante* é comparado a *ser sol* e *vice-versa*. No aspecto simbólico, essa relação de importância também está presente, ainda que não por meio de uma comparação / aproximação de dois significados: trata-se da própria percepção da importância do *Sol* como *força vital*. Dessa forma, tanto a metáfora quanto o sentido simbólico do elemento *Sol* partem do pressuposto de que esse elemento é crucial, atribuindo-lhe uma função basilar, mas no processo simbólico isso não é construído de maneira pareada, pois outros sentidos podem ser atribuídos a esse elemento (como a referência divina desse astro, o *Astro Rei*, o *Deus Sol* etc.) por meio de contextos específicos.

Como foi possível observar até aqui, ainda que a construção metafórica e a construção dos significados simbólicos não compartilhem entre si uma relação equivalência, há entre eles uma relação bastante interessante, especialmente porque a metaforicidade reflete alguns aspectos do simbolismo. Em outras palavras, tanto a construção das metáforas como a construção do sentido simbólico se dão a partir de uma relação com o aspecto social e cultural. No caso dos símbolos, isso é ainda mais forte, uma vez que determinados símbolos só podem ser compreendidos dentro dos grupos que compartilham certas crenças (Moura, 2012). Além disso, conforme discutimos nesta seção, tanto as metáforas quanto os símbolos utilizam como base a conotação oriunda dos conceitos para a construção dos significados.

5 Considerações Finais

Ao concluirmos este trabalho, acreditamos que conseguimos lograr nossos objetivos estabelecidos, uma vez que conceitualizamos metáfora e símbolo, demonstrando as aproximações e os distanciamentos entre esses dois conceitos a partir da comparação analítica dos exemplos retirados do DS. Além disso, apresentamos como a construção da

metaforicidade dos conceitos também está relacionada, por vezes, à sua simbologia, uma vez que tanto o processo de metaforização quanto o de construção de sentidos simbólicos dependem de aspectos culturais e sociais e das imagens conotativas dos conceitos simbólicos e metaforizados.

Por fim, é fundamental que compreendamos que, mesmo que as relações entre domínio-fonte e domínio-alvo nas metáforas conceptuais não dependam totalmente do significado simbólico, por vezes esses significados acabam sendo reafirmados nas metáforas (como a iluminação do sol, a sagacidade do gato, o reflexo do espelho etc.), pois ambos (metáfora e símbolo) reconhecem as imagens conotativas desses elementos. Em outras palavras, a construção do símbolo e da metáfora parte de um mesmo pressuposto (a imagem conotativa evocada pelos elementos), mas difere-se na sua estruturação: enquanto a metáfora compara um elemento afirmando que ele “é”, ou “aproxima-se de” um segundo elemento, o símbolo indica que “algo é”, deixando em aberto a atribuição desse predicativo (o que deverá ser feito nos grupos e com base em diferentes experiências e crenças compartilhadas nesses espaços). Além disso, se tomamos como base os pressupostos de Gadamer (1976), os símbolos fazem referência a si mesmos, não a outros elementos.

Essa relação apontada por Gadamar (1976) diz respeito, em certa medida, ao que estamos chamando aqui de ausência de composicionalidade simbólica. Como discutimos neste trabalho, a composicionalidade metafórica apresenta-se como um marco diferencial entre os símbolos e as metáforas, pois está ausente na construção simbólica e é fundamental na metaforicidade.

Acreditamos ainda que esse tema pode ser desdobrado em outras investigações a serem realizadas, especialmente pesquisas que utilizem recursos de redes sociais (como *Twitter*) para a busca de exemplos que possam ser comparados aos verbetes apresentados no DS. Esse tema ainda não é muito investigado em língua portuguesa, o que ressalta ainda mais a importância de outras pesquisas sob essa temática.

Referências

ASSIS, M. de. *Papéis Avulsos*. São Paulo: Via Leitura, 2016.

CÂMARA CASCUDO. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Ediouro, 1998.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

DAVEY, N.; NIELSEN, C. Gadamer's Aesthetics, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/gadamer-aesthetics/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

DIONIZIO, A. R. *A metaforização do coronavírus no periódico Folha de São Paulo: uma análise cognitiva, construcional e estatística*. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (no prelo).

GOIÁS. Prefeitura de Goiânia. Agência Municipal do Meio Ambiente Prefeitura de Goiânia. *Gato preto não dá azar*. Goiânia, 13 maio 2022. Instagram: @prefeituragoiania. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cdgctqmu9SV/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

IGLESIAS, F; LÓIA, S. *Espelho de Deus*. São Paulo: Novo Tempo, 2008. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/fernando-iglesias/513727/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago / London: Chicago University Press, 2003.

MARCOS. *Marcos 9*. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mc/9/43-49>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MOURA, H. Metáfora e Símbolo. In.: MOURA, H. *Vamos pensar em metáforas?* São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012. p. 90-98.

NEVES, Flávia. *Sinônimo de metáfora*. Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/metafora/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PENSE. *Espelho da Alma*. São Paulo: Burning London Records, 2011. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/pense/1879552/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

QUEIROZ, N. F. R. de. *Imagens mí(s)ticas do gato*. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16288/1/NouraideFRQ_DISSERT.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

SINÔNIMO de símbolo. Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/simbolo/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

STRÔNGOLI, M. T. de Q. G. Metáfora: encruzilhada de signos e símbolos. *Rev. Anpoll*, n. 12, p. 187-215, jan./jun. 2002.

TOMASELLO, M. *Why we cooperate*: based on the 2008 Tanner lectures on human values at Stanford University. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2009.



HIJOS DE LA MEMORIA: METÁFORAS DE LA SOBREVIVENCIA EN LAS VOCES DE LAS MADRES DE SOACHA

CHILDREN OF MEMORY: METAPHORS OF SURVIVAL
IN THE VOICES OF THE MOTHERS OF SOACHA

Yuri Marlen Valencia Ordoñez | yuriva953@gmail.com

Resumen: Este artículo analiza el uso de las metáforas conceptuales encontradas en los discursos orales correspondientes a los testimonios de las víctimas de las ejecuciones extrajudiciales en Colombia, referentes a lo sucedido con los jóvenes de Soacha, en el marco del conflicto armado entre los años 2002 y 2010. El corpus es formado por testimonios presentados por las madres del colectivo MAFAPO, en las páginas de *La Jurisdicción Especial para la Paz* (JEP), la *Comisión de la Verdad* y el documental *Retratos de familia: Madres de Soacha luchan contra impunidad de víctimas “falsos positivos”*. Este análisis parte de la lingüística cognitiva sobre la metáfora conceptual (Lakoff; Johson, 2004), en diálogo con el Análisis Crítico del Discurso (Van Dijk, 1999; Wodak; Meyer, 2003), el Estigma como atributo (Goffman, 2006) y la voz de la mujer como forma de construcción de la memoria (Jelin, 2001; 2002). En conclusión, se pretende comprobar si la corporeidad de la metáfora permite la construcción de significados que acompañan estados emocionales frente a un acontecimiento doloroso específico examinado en los discursos presentados por las madres en los años 2014, 2021 y 2022 como contribución a la reconstrucción de un cuerpo social desintegrado por uno de los hechos que han marcado la historia de una Colombia en conflicto.

Palabras claves: Metáforas conceptuales; Discurso; Ejecuciones extrajudiciales; Madres de Soacha; Poder.

Abstract: This article analyzes the use of conceptual metaphors found in the oral discourses corresponding to the testimonies of the victims of extrajudicial executions in Colombia, referring to what happened to the youth of Soacha, within the framework of the armed conflict between 2002 and 2010. The corpus is made up of testimonies presented by the mothers of the MAFAPO collective, on the pages *La Jurisdicción Especial para la Paz* (JEP), *Comisión de la Verdad* y el documental *Retratos de familia: Madres de Soacha luchan contra impunidad de víctimas “falsos positivos”*. This analysis, part of cogniti-

ve linguistics on conceptual metaphor (Lakoff; Johnson, 2004), in dialogue with Critical Discourse Analysis (Van Dijk, 1999; Wodak; Meyer, 2003), Stigma as an attribute (Goffman, 2006) and the voice of women as a way of constructing memory (Jelin, 2001; 2002). In conclusion, the aim is to verify whether the corporeality of metaphor allows the construction of meanings that accompany emotional states in the face of a specific painful event examined in the discourses presented by mothers in the years 2014, 2021 and 2022 as a contribution to the reconstruction of a social body disintegrated by one of the events that have marked the history of a Colombia in conflict.

Keywords: Conceptual metaphor; Discourse; Extrajudicial executions; Soacha mothers; Power.

1. Introducción

Lakoff e Johnson (1986) (2004) proponen una nueva forma de entender lo que significan las metáforas para el lenguaje y el sistema cognitivo humano. Este pensamiento le atribuye mayor significado a la metáfora en comparación con otras teorías, específicamente, afirmando que la metáfora es el proceso cognitivo por el cual es posible comprender y pensar sobre un tipo de cosa en términos de otra, es decir, estos autores centraron su atención en el lenguaje cotidiano, en el cual no es posible hablar sin metáforas, demostrando así, que nuestro sistema conceptual desempeña un papel central en la definición de nuestras realidades cotidianas.

La relación que posee nuestro cuerpo con el entorno, ya sea físico o cultural proporciona tipos de experiencias de carácter perceptual y emocional, es decir, que se vuelve relevante nuestra percepción con el ambiente físico y a su vez nuestra interacción dentro de un espacio cultural y social. Dicho esto, existen conceptos que son definidos por las metáforas, a través del funcionamiento cotidiano como la orientación física, la relación con objetos, sustancia, viaje, guerra, locura, ente otros, estos conceptos poseen una estructura interna adecuada para definir otros conceptos y a su vez captar estos tipos naturales de experiencia que son menos concretos o están menos delineados en sus propios términos.

Desde la perspectiva discursiva propuesta por Van Dijk (2000), también se discuten los cambios de nivel que conducen a la intención del discurso y de la comprensión de la metáfora, donde se enfoca el sentido que esta posee como instauración de una nueva pertinencia semántica, y sobre la importancia del enunciado metafórico el cual tiene el

poder de “redescribir” la realidad, donde lo fundamental es la relación entre el sentido, su organización interna y el poder de referirse a una realidad fuera del lenguaje.

Por su parte, Moura (2012) expresa que una metáfora normalmente selecciona una situación específica y a su vez relevante, con varias asociaciones psicológicas y sociales y que dicha situación es entonces aplicada metafóricamente a un contexto más amplio. Dichas concepciones sobre la metáfora nos llevan a discutir sobre el papel que cumple el pensamiento metafórico en la construcción de los imaginarios colectivos e individuales que aquí se analizan como es el caso de las madres de Soacha, quienes a través del lenguaje metafórico expresan un hecho histórico, creando relaciones y diferencias entre diversos grupos sociales.

Este análisis propone comprender desde los conceptos del lenguaje lo sucedido entre los años 2004 y 2010 donde diecinueve jóvenes de bajos recursos del municipio de Soacha (Cundinamarca) en Colombia, fueron ilusionados con falsas promesas de trabajo, llevados a zonas apartadas de sus lugares de residencia, trasladados a más de seiscientos kilómetros de distancia, ejecutados, vestidos con prendas militares y finalmente presentados ante la prensa como muertos en combate. Desde esta perspectiva histórica, investigar las relaciones entre el lenguaje (el discurso) y la sociedad, desde los aportes que hace el Análisis Crítico del Discurso es fundamental para estudiar el sujeto que actúa socialmente, el cual se convierte en un vínculo primordial entre el discurso y la realidad.

En este sentido, se distinguen algunos elementos en que se constituyen los significados que transmiten formas simbólicas del poder ejercido por diferentes instituciones del estado y aquí se puede entrever la relación entre el pensamiento y la realidad social, el sentido que tiene una metáfora dentro de un discurso específico, donde se emplean relaciones y perspectivas de quienes buscan reivindicar la existencia de desigualdades. Es esencial identificar desde el ACD las estructuras de poder, discriminación y dominación, las cuales se manifiestan a través del lenguaje, por esta razón, la mirada de las madres de Soacha como colectivo, constituyen un vínculo entre el sistema social y el sistema cognitivo individual, haciendo posible relacionar el caso de los mal llamados “falsos positivos” como un acontecimiento compartido por las madres, el cual desencadenó una serie de discursos donde la metáfora formó parte esencial en la búsqueda de sentido ante la realidad social experimentada.

Desde este contexto, el presente artículo se construye por un corpus de 100 metáforas identificadas en las páginas de *La Jurisdicción Especial para la Paz* (JEP), la *Comisión de la Verdad* y el documental *Retratos de familia: Madres de Soacha luchan contra impu-*

nidad de víctimas “falsos positivos”, las cuales fueron transcritas, analizadas y agrupadas teniendo en cuenta cuatro aspectos del caso de las ejecuciones extrajudiciales, el evento traumático, la percepción de las madres frente al victimario, la imagen del hijo, y finalmente la verdad como metáfora del camino. Establecer esta pauta metodológica sobre el análisis de los cuatro grupos de expresiones metafóricas dichas por las madres, nos lleva a reconocer cómo los discursos políticos y sociológicos impregnan el lenguaje de muchas maneras posibles, enmarcando un universo de categorías que suelen construir formas de resistencia ante la dominación y la estigmatización, en consecuencia, reconocer aquellos discursos que posibiliten la reivindicación y el sentido de la experiencia humana en el caso de las madres de los jóvenes de Soacha.

El artículo está así distribuido: en la primera sesión, *El falso positivo como crimen de Estado*, señala la pertinencia del significado metafórico y el uso cotidiano del término falso positivo en Colombia, reconociendo aquello que oculta su sentido, lo cual permite comprender la proyección del uso, fundamentalmente para entender la muerte de 19 jóvenes, víctimas de un crimen sistemático, la segunda sesión *Hilando palabras: rostros y rastros del anonimato en Colombia*, menciona las diversas formas de lucha llevadas a cabo por las madres para el reconocimiento de sus nombres, principalmente el nombre de sus hijos. En la tercera sesión, *El estigma social asociado al contexto histórico de las ejecuciones extrajudiciales*, se ocupa del análisis del caso desde la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso, con el intuito de comprender la relevancia del uso de metáforas usadas por las madres del colectivo MAFAPO que permitan reconocer los diferentes elementos de poder y desigualdad que impregnan el lenguaje y que lo llevan a legitimar determinados discursos reproducidos en contextos sociales específicos. La cuarta sesión, *El evento traumático a la luz de la metáfora*, describe el dolor frente al hecho sucedido y la importancia de las metáforas dentro del testimonio de las mujeres como forma de cura. Finalmente, aparecen las *Reflexiones finales* que apuntan hacia la búsqueda de caminos posibles para dar continuidad a la comprensión y estudio de discursos evocados por víctimas de Estado.

2. El “falso positivo” como crimen de Estado

La sociedad colombiana supo del caso de las ejecuciones extrajudiciales en el año 2008, cuando las madres denunciaron el hecho del asesinato de los jóvenes de Soacha, sin embargo, Rojas y Benavides (2018) por su parte señalan que el Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP) presenta el primer registro de falsos positivos en el año 1984. Aunque esta investigación se basa principalmente en el estudio del caso de las ejecucio-

nes extrajudiciales sucedidas en Soacha con los diecinueve jóvenes, es necesario explicar que este hecho se presentó en diversas ciudades del país. El caso de las ejecuciones extrajudiciales en Colombia es una práctica que se agudizó, según estudios, en el tiempo de la política de Seguridad Democrática .

Por su parte, la JEP, en un informe presentado sobre el caso de estos asesinatos, determinó que en Colombia hubo 6.402 personas víctimas de lo que erróneamente se denominó falso positivo, los cuales fueron presentados como muertos ilegítimos por el Estado conocidos como bajas en combate entre los años 2002 y 2008.

El caso de las ejecuciones extrajudiciales y los discursos usados por las madres de jóvenes abatidos por el ejército en Colombia, configuran la representación del tiempo y el espacio en el que se ubica este acontecimiento, las repercusiones que este hecho tuvo en todos los medios y en la sociedad en general. Las ejecuciones de los jóvenes de Soacha se desarrollaron en un campo de guerra ficticio (Rojas; Benavides, 2018). En este sentido, debe ampliarse el contexto en que se impulsaron los sucesos, siendo necesario señalar el uso del lenguaje como forma de estructurar la percepción de un hecho traumático para las madres.

El término “falso positivo” es un eufemismo creado por la prensa para referirse a las ejecuciones extrajudiciales que intentan negar las implicaciones políticas de una serie de atroces violaciones a los derechos humanos por parte de políticas, programas y agentes del Estado contra poblaciones vulnerables. Por medio de diversas investigaciones e indagaciones sobre los diferentes falsos positivos que existen, se crearon categorías de este fenómeno y así se construyó una tipología que agrupan variables del falso positivo, dicha tipología llevó a la comprensión del término metafórico del falso positivo de Estado, como:

Un producto de la guerra sucia, psicológica y política la que recurren Estados y multinacionales para encubrir acciones criminales que les permitan ampliar su poder económico, político y militar. La estrategia revelada no se da únicamente para encubrir actos ilícitos, sino también para convencer a la población de que estos hechos se cometen porque sus actores proceden guiados por principios altruistas y con tal actuación benefician a todo el colectivo social (Rojas, 2020, p. 43).

De acuerdo a lo anterior, “el falso positivo” corresponde al asesinato de personas vulnerables que son presentadas por el Ejército colombiano como guerrilleros muertos en combate, donde se justifica el perfil criminal para dar de baja, sin embargo, se atenta contra la población civil, en este caso jóvenes humildes de Soacha. Asimismo, es impor-

tante identificar el uso de la palabra positivo en el argot militar: la palabra “positivo” se usa cuando una misión tiene éxito, por lo tanto, “Falso positivo” se utiliza cuando ocurre una “baja” o muerte de un civil que no ha estado en combate, ni en ningún conflicto, presentándose como “positivo”. Con base en este lenguaje castrense, los medios utilizan el término “falsos positivos” para mencionar que los supuestos guerrilleros asesinados no eran bajas en combate, sino jóvenes civiles.

Los discursos presentados por las madres de Soacha permiten identificar que para ellas es importante nombrar a sus hijos. Decir tanto sus nombres como apellidos, es la manera en que intentan reivindicar aquel pasado que tiene que ver con el encubrimiento del hecho hasta la forma en que fueron ejecutados. Es importante también mencionar que todos los ejemplos que serán presentados en este artículo hacen parte del corpus investigado.

Imagen 1. Celeridad y justicia ante los Falsos Positivos



Fuente: El Espectador, 2022

Presentar a los jóvenes como guerrilleros, como N. N. y como falso positivo se convierte en una cuestión impresentable, es así como se muestra en la imagen de la viñeta 1, el hecho y las palabras designadas ya representan la negación al derecho de poseer un nombre, a ser identificado y llamado, esta imagen representa correspondientemente una fosa común. Las madres expresan por medio de metáforas ontológicas, “LA MEMORIA ES UN OBJETO y LA OPORTUNIDAD ES UN OBJETO”:

Que los cuerpos no queden debajo de las construcciones para que tapen la memoria.

Y ahora, tener miedo que borren todas las posibilidades de encontrarlo

porque pueden construir sobre el lugar donde puede estar enterrado. En esa fosa, en esa forma de borrar toda prueba de su mente (RESTREPO, 2014)

Otro aspecto relevante sobre aquello que significa la fosa, podría también representar la imagen del horror que vivió cada madre al saber que sus hijos, después de asesinados, fueron llevados a lugares apartados y, posteriormente, enterrados para no ser identificados. La fosa entonces, puede generar una imagen caótica de quien vivió el caso de la ejecución de un hijo.

3. El evento traumático a la luz de la metáfora

La Comisión de la Verdad ha trabajado de la mano con la Jurisdicción Especial para la Paz para restaurar los daños ocasionados. Estas entidades autónomas del Estado colombiano buscan constantemente esclarecer las causas y los patrones del conflicto armado en Colombia. Es importante resaltar el trabajo hecho por las diferentes organizaciones que se han encargado de escuchar a las víctimas y de señalar que es posible identificar la verdad desde el testimonio de cada madre.

Para poder analizar los testimonios plasmados por las madres de Soacha y sus metáforas, es fundamental comentar que existen algunos organismos que ofrecen espacios para dar testimonio sobre los hechos de violencia, con el fin de encontrar la verdad y poder reparar a las víctimas. La Jurisdicción Especial para la Paz (JEP), comprende el esclarecimiento de los hechos, esta posee la responsabilidad de investigar, juzgar y sancionar los crímenes teniendo en cuenta su nivel de complejidad y representatividad, los cuales ocurrieron en el marco del conflicto armado colombiano.

Dicho sistema contaría con los siguientes componentes: 1) Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición, 2) Unidad Especial para la Búsqueda de personas dadas por desaparecidas en el contexto y en razón del conflicto armado, 3) Jurisdicción Especial para la Paz, 4) Medidas de reparación integral para la construcción de paz y 5) Garantías de No Repetición. (MARTÍNEZ, 2017, p. 134 .

Para encontrar la verdad y reparar a las víctimas, es importante conocer a fondo el dolor de las madres y su lucha constante por la cura. La imagen (3) de doña Flor Hilda Hernández es una de las más conmovedoras, en esta se percibe el descubrimiento del evento, aquí es posible identificar el a una madre que fue portada de la revista *Semana* en 2008. Se observa el rostro desconsolado de la madre que encontró a su hijo en una fosa

común, el cual fue ejecutado extrajudicialmente por el ejército. Posterior a este evento la señora Flor Hilda se desmaya frente a las cámaras de los noticieros que en ese momento transmitían la noticia, siendo presentada esta escena en los principales noticieros del país y vista por millones de colombianos en sus casas. Este sería el inicio del dolor de muchas madres que como doña Flor Hilda Hernández perdieron aquel fatídico 2008 a sus hijos quienes fueron sacados de sus casas y llevados con la falsa promesa de empleo y posteriormente asesinados a 632 kilómetros de Soacha, su lugar de residencia, para ser reconocidos ante los medios de comunicación como presuntos guerrilleros.

Imagen 2. Madres Terra



Fuente: Carlos Saavedra, 2022

De acuerdo a la relación que posee nuestro cuerpo con la base física, cabe mencionar la cabeza como una parte esencial en la metáfora los ÓRGANOS son RECIPIENTES que a su vez también representa una metonimia, esta expresa la autoridad y el poder que se ejerce sobre otros; este rasgo, es indudablemente establecido dentro de una visión antigua de la sociedad, en referencia a la organización y distribución de poderes y está presente en el discurso político: es la sociedad la que obedece y la identifica sin siquiera saber que corresponde a una metáfora, hace parte de un cuerpo, que se orienta por una derecha y una izquierda, y que posee una cabeza:

A origem desses termos é geralmente situada na Revolução Francesa, quando, em 1789, na Assembleia Nacional, os republicanos e radicais sentavam-se à esquerda do presidente, enquanto os monarquistas e conservadores ficavam à direita. Mas a memória histórica não é suficiente para explicar a surpreendente longevidade dessa metáfora. O mais

provável é que sua presença persistente no discurso político se deva ao fato de que a imaginação secular moderna considera as metáforas referentes à orientação especial do corpo – esquerda e direita, para cima e para baixo, para frente e para trás – apropriadas para descrever os conflitos sociais, uma prática metafórica que certamente acrescentou algo de novo à antiquíssima visão da sociedade como uma espécie de corpo, um corpo bem disciplinado, comandado por uma “cabeça”. Essa é a metáfora mais comum para referir-se ao Estado desde Platão e Aristóteles, talvez por sua utilidade como justificativa da repressão (SONTAG, 2022, p. 82).

Por medio de la representación de *la cabeza* cada madre expresa la necesidad de juzgar y enfrentar a quienes, ejerciendo su poder, acabaron con las vidas de los jóvenes de Soacha. Esta metáfora y metonimia puede explicar la manera en que las madres perciben al victimario, además, las madres mencionan directamente al entonces presidente de Colombia como el único responsable del acontecimiento, la metáfora del monstruo de siete cabezas es ampliada y enriquecida para explicar la dimensión del caso:

Llevo trece años de lucha, buscando verdad, justicia, garantías de no repetición, quién dio la orden, mi lucha se basa en esa cabeza.
Porque no solo los que dispararon tienen la culpa, tienen que las otras cabezas, quién le dio la orden a ellos, entonces eso es lo que necesitamos saber.
No descansaremos hasta conocer la verdad, la lucha es dura, la lucha es grande porque estamos peleando con un monstruo de siete cabezas que es Álvaro Uribe Vélez (LA COMISIÓN, 2021-2022)¹

La anterior relación entre metáfora y metonimia puede ser explicada a partir de diversas expresiones donde no solo se involucra la cabeza y si otros órganos del cuerpo, como la boca, el corazón, los ojos, la mano, la cara, el brazo, los cuales se mencionan en las siguientes metáforas:

Me siento una mujer sana porque cuando uno hace su limpieza de corazón y perdona desde el fondo del corazón se alienta.
Vamos a seguir trabajando de la mano de la JEP, de la Unidad de búsqueda y de Comisión de la Verdad para que esas personas, esos dirigentes adquieran otro nivel de conciencia moral.
Nosotros queremos que altos mandos nos den la cara que nos cuenten realmente qué fue lo que pasó con nuestros familiares.
Yo como madre con la mano en el alma pido justicia.

¹ Cf. COMISIÓN DE LA VERDAD. **Hacer visible lo invisible - Madres de falsos positivos (MAFAPO)**. YouTube, 2022. Disponible em <https://www.youtube.com/watch?v=tcSv38M9sBw> Cf. COMISIÓN DE LA VERDAD; JURISDICCIÓN ESPECIAL PARA LA PAZ (JEP). **Unidas por la memoria**. Youtube, 2022. Disponible em <https://www.youtube.com/watch?v=cidVIMxwr-I&t=1535s>

Los miro con mis ojos tristes, mis ojos llorosos, pero con mis ojos levantados hacia al frente y les puedo decir con un grito en la garganta que Mario Alexander no fue ningún guerrillero. (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2021-2022)²

En las metáforas anteriores, las madres se centran en los ÓRGANOS como principales RECIPIENTES que abrigan los sentimientos como el dolor, la valentía, la fuerza, la unidad, y el orgullo donde es importante decir que sus hijos no fueron guerrilleros. Sin embargo, estos órganos también pueden ser vistos de forma metonímica LA PARTE por EL TODO, donde aquellos victimarios que abusaron de la autoridad no se presentan a informar sobre el caso de las ejecuciones extrajudiciales en Soacha.

4. Hilando palabras: rostros y rastros del anonimato

El 3 de octubre del presente año (2023), se realizó el acto de reconocimiento público de responsabilidad sobre el caso de las ejecuciones extrajudiciales en Soacha. Este evento fue encabezado por el ministro de Defensa Iván Velásquez y llevado a cabo en la plaza Bolívar, es decir, el mismo lugar que durante los últimos años se ha convertido en el epicentro de encuentros de madres que reclaman justicia por la muerte de sus hijos. Jaqueline Castillo³ manifiesta en diversas ocasiones, la necesidad de reconocer estos crímenes y de actuar en apoyo a las madres, ya que constantemente han sido ignoradas por el Estado y amenazadas por quienes estaban en contra de búsqueda de la verdad. Así, expresa que “no consideramos que esto deba ser un acto de excusas, sino que debe ser de perdón público no solo para las madres de Soacha y Bogotá, es un perdón que se le debe a 6.402 madres” (CASTILLO *apud* RIVERA, 2023, n.p.)⁴

El evento, mencionado anteriormente, contó con la presencia del público, espectadores que acompañan de cerca a las víctimas y sus familias, además de organizaciones como la JEP y la Comisión de la Verdad. Las madres de la asociación MAFAPO, ubicadas de pie en la tarima, se encontraban vestidas con camisetas blancas y un letrero estampado con la frase “dime la verdad”, a sus pies reposaban los cuadros con los rostros a color de sus hijos y, al frente, una pequeña matera con una planta; este acto simbólico también estuvo

² Ibid.

³ Representante legal de la asociación MAFAPO y hermana de Jaime Castillo, desaparecido el 10 de agosto de 2008 en la capital colombiana y encontrado muerto el 12 de agosto del mismo año, presentado como guerrillero dado de baja en combate.

⁴ CASTILLO, Jaqueline. In: RIVERA, Jimmy Nomesqui. Las madres de Soacha, la imagen de las víctimas de “falsos positivos” a las que el Estado pedirá perdón. *Infobae*, 2023. Disponible em <https://www.infobae.com/colombia/2023/10/03/las-madres-de-soacha-la-imagen-de-las-victimas-de-falsos-positivos-a-las-que-el-estado-pedira-perdon/>

acompañado de palabras e intervenciones. El foco principal era el reconocimiento y la presencia de la madre y la imagen de su hijo. Una de las intervenciones importantes por parte de la representación del Estado colombiano fue la presencia del actual presidente de la república Gustavo Petro, quien emitió algunas palabras manifestando que estos crímenes en contra de jóvenes fueron desarrollados como forma de acabar con vidas de forma sistemática. En este acto de excusas públicas, el ministro de Defensa Iván Velásquez, evocó los nombres de cada una de las madres y el nombre de sus hijos como víctimas de este hecho, nombrando a cada uno:

Quiero saludar en primer lugar a las madres que con tanta valentía y durante tantos años han luchado por la verdad por la justicia por las garantías de no repetición y en ellas a cada una de sus familias, a Gloria Astrid Peláez, madre de Daniel Alexander Martínez y su familia, a Rubiela Giraldo, madre de Diego Armando Marín Giraldo, a Florilda Hernández Gonzales, madre de Elkin Gustavo Verano, a Elvira Vasques Álvarez, madre de Joaquín Castro Vasques a Jaqueline castillo peña hermana de Jaime Castillo Peña, a Carmenza Gómez, la madre de Víctor Fernando Gómez Romero, a Ana Delina Páez Muñoz, madre de Eduardo Garzón Páez, a Blanca Nubia Monrroy, madre de Julián Oviedo Monrroy, a María Eugenia Pérez Mercado, madre de Carlos Alberto Redondo Pérez, a Cecilia Arenas hermana de Mario Alexander Arenas Garzón, a Idalí Garcera Valdés, madre de Diego Alberto Tamayo Garcera, a Luz Edilia Palacio Bustamante, madre de Jader Andrés Palacio, a Lucero Carmona Martínez madre de Omar Leonardo Triana Carmona, a María Doris Tejada Castañeda madre de Oscar Alexander morales, a Beatriz Méndez Piñeros madre Weimar Armando Castro, a Clara Inés Méndez Piñeros, madre de Edwar Benjamín Rincón Méndez, a Jonás Ariza Hernández hijo de Jonás Ariza Barbosa, a María teresa Gil Betancur madre de Deivid Julián Piza a María Ubilerma Sanabria quien está viéndonos virtualmente, madre de Jaime Estiven Valencia Sanabria, a Anderson Rodríguez, hermano de Jaime estiven Valencia Sanabria y a todos los familiares que se encuentran acá o siguiendo esta transmisión. (VELÁSQUEZ, 2023, n.p.)⁵

En los diferentes discursos, las madres y hermanas constantemente nombran a sus familiares, afirmando que no fueron guerrilleros y que lo que hicieron con ellos al reclutarlos y asesinarlos a sangre fría correspondía a una planeación estratégica, donde lo único importante era ganar recompensas y mostrar resultados medibles, propuesta por la política del gobierno de la época respecto al conteo de cuerpos. Algunas madres expresan lo sucedido con sus hijos, nombrándolos, de este modo, la intención de cada una es presentar el testimonio de lo sucedido y a su vez expresar la necesidad de limpiar cada uno

⁵ VELÁSQUEZ, Ivan. In: RTVC Noticias. Acto de Perdón, Reconocimiento y disculpas públicas a las madres de Soachay Bogotá. **YouTube**. 4 out. 2023. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=ju5imbsuMIE&t=1s>

de sus nombres:

Esto es lo que no ha dado el valor de seguir adelante luchando por esa verdad por esa justicia y sobre todo por limpiar el nombre de nuestros hijos. (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2022)⁶

Frente a los testimonios dados por las madres ante la Comisión de la Verdad y el documental de *Crónicas de un despojo*, el acto de perdón, realizado por el estado en octubre de 2023, representa un gran avance en el reconocimiento de la lucha por recordar a los jóvenes víctimas de una “limpieza social”, como estrategia para fortalecer la fuerzas armadas que, desde la perspectiva de Rojas “nutrían las cifras del gobierno de la política de seguridad democrática con los asesinatos de personas no combatientes en un estilo más hollywoodesco en campos de batalla ficticios.” (2020, p. 32). En la imagen (2) aparecen las madres de la asociación MAFAPO en un acto de confrontación entre las víctimas y perpetradores.

La imagen es representativa ya que las madres además de vestir con camisetas blancas con frases alusivas al caso de las ejecuciones y a la búsqueda de la verdad, también sostienen los rostros de sus hijos plasmados en grandes afiches. Llama la atención también como una de las madres muestra su brazo con el tatuaje representando la imagen su hijo.

Imagen 3. Falsos positivos: Madres de Soacha en, encuentro por la verdad



Fuente: El Espectador.

Por otra parte, también es necesario nombrar a una de las madres que ha sufrido

⁶ RESTREPO, Alexandra Cardona. *Crónicas de un despojo*. Youtube, 2022. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=pj4RbIL3dBE&t=37s>

el flagelo del exilio, ella como todas las madres ha sufrido amenazas constantes: María Ubilerma Sanabria, quien perdiera a su hijo quien tenía tan solo 16 años. Su caso puede ser el más complejo, ya que su hijo era menor de edad, esto correspondería a un crimen de estado, de ejecución extrajudicial y vulnerabilidad de los derechos de un niño. El testimonio de Ubita, como se le conoce de cariño y quien hoy se encuentra exiliada. El otro caso representativo es el de una madre que perdió a sus dos hijos: el primero murió con los demás jóvenes de Soacha y el segundo fue asesinado por intentar saber la verdad sobre la ejecución de su hermano. La señora Carmenza Gómez sostiene que “él se metió muy afondo a investigar la muerte del hermano, vinieron las amenazas para él donde decían que no metiera las narices donde no le importaba porque iba a aparecer muerto igual que el hermano”. (RETRATOS DE FAMILIA, 2014).

5. El estigma social asociado al contexto histórico de las ejecuciones extrajudiciales o del “falso positivo” como crimen de estado

La conformación del colectivo de Madres de los Falsos Positivos MAFAPO, el cual surge como necesidad ante las injusticias que se llevaron a cabo con las madres de Soacha y frente a la magnitud de la pérdida de sus hijos y el riesgo de impunidad, algunas de las madres y hermanas de las víctimas decidieron organizarse para alzar la voz y ser escuchadas, y así nació el colectivo Madres de los Falsos Positivos (MAFAPO). Inicialmente, el objetivo de MAFAPO era buscar la verdad y limpiar el nombre de sus familiares, ya que, en la versión oficial presentada por los medios, los jóvenes fueron presentados como guerrilleros muertos en combate. Es relevante expresar que la conformación de grupos de madres es muy común dado que, por razones de dominación, de estatus social, de machismo estructural, no son escuchadas desde su individualidad, llevándolas a conformarse en grupos y manifestarse en lugares públicos para protestar en contra de las injusticias que tuvieron que enfrentar; así, cabe mencionar la lucha del grupo de mujeres conocidas como las Madres de la plaza de Mayo⁷ de Argentina.

La identificación de discursos que enuncien las funciones de dominación que justifican la inclusión o la exclusión social se sustenta con la presencia del elemento de estigma en el caso de Soacha. Es posible nombrar la situación que vivió la madre de Fair

⁷ Las Madres de Plaza de Mayo es una asociación argentina formada en 1979, durante la dictadura de Jorge Rafael Videla, con el fin de recuperar con vida a los detenidos desaparecidos, inicialmente, y luego establecer quiénes fueron los responsables de los crímenes de lesa humanidad y promover su enjuiciamiento. Comenzaron a reunirse en la plaza de la ciudad de Buenos Aires, el sábado 30 de abril de 1977. La utilizaban como un punto aglutinante para organizarse y poder peticionar a las autoridades. Cf. GIANNONI, Virginia. *Las viejas*, 2015.

Leonardo⁸, quien fue víctima de ejecución por parte del ejército, donde la principal intención de estos integrantes era la búsqueda de cuerpos, con algún tipo de discapacidad o residentes de zonas pobres (Rojas, 2020). El padre de Fair Leonardo expresa: “pagarle a una persona cien o doscientos mil pesos para que los lleven y los pongan allá al ejército como carne de cañón para que los maten se me hace muy duro muy terrible”, conforme aparece en el documental *Retratos de Familia* (2014), por su parte, la madre manifiesta:

Yo creo que el afán de nosotros es que haya una verdad, haya justicia, no repetición de estos hechos y sobre todo limpiar el nombre de nuestros muchachos.

Fue una presa fácil de llevar de engañar porque el que venía aquí, todo mundo bueno, necesitamos al “gringo”⁹ como cariñosamente le decía todo mundo. (RESTREPO, 2014)¹⁰

Aunque el lenguaje metafórico sea un elemento retórico eficaz, es importante mencionar que también puede encerrar sus peligros, ya que puede ser utilizado para contribuir a justificar el conflicto bélico. Cuenca y Hilferty (2007) exponen que no hay nada más serio que la guerra, y cuando un político o grupo de políticos decide entrar en un conflicto bélico recurre a la estrategia de persuasión por medio de metáforas para obtener el respaldo de la opinión pública, adjudicando el papel de “bueno” o “malo” de acuerdo a su interés, en este sentido, las metáforas pueden justificar un accionar de guerra. Lakoff (1992) explica que las guerras son irracionales por naturaleza y que se “racionalizan” adoptando esquemas metafóricos, es decir, aunque los beneficios de la guerra se definen metafóricamente, las consecuencias y repercusiones son absolutamente reales.

Desde esa misma perspectiva, Sontag (2022) infiere que determinadas metáforas pueden causar daño y contribuir a la estigmatización de ciertas enfermedades y que por lo tanto no deberían existir. La autora señala las metáforas militares sobre la guerra contra las enfermedades como el enemigo, relacionadas con la tuberculosis.

As metáforas militares ganharam destaque no início do século xx, nas campanhas de esclarecimento a respeito da sífilis realizadas durante a

⁸ Cf. PARDO, Jorge Eliecer. “El ángel de los ojos azules”. In JORGE ELIECER PARDO, *Los Velos de la memoria*. Ibagué: Pijao Editores, 2016

⁹ El término gringo en Colombia hace referencia al fenotipo norteamericano caracterizado por los ojos claros y el cabello rubio, ya que es poco común encontrar estas características en rasgos de ciudadanos colombianos. En ese sentido Fair Leonardo era conocido como “el gringo” por sus ojos azules y su piel blanca.

¹⁰ Cf. RESTREPO, Alexandra Cardona. *Retratos de familia: Madres de Soacha luchan contra la impunidad de víctimas de “falsos positivos”*. Youtube, 2014. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=pj4RbIL3dBE>

Primeira Guerra Mundial, e nas campanhas contra a tuberculose do pós-guerra. Um exemplo, extraído da campanha italiana dos anos 20, e o cartaz intitulado *Guerre alle Mosche* [Guerra às moscas], que mostra os efeitos letais das doenças transmitidas pela mosca. Os insetos aparecem como aviões inimigos soltando bombas de morte sobre uma população inocente. (SONTAG, 2022, p. 84)

En este sentido, la autora comenta sobre el sufrimiento que puede provocar una metáfora en referencia a cierta enfermedad, manifiesta que se debe tranquilizar la imaginación del enfermo, quitando las vestimentas que puede traer consigo las metáforas que puede deformar la experiencia del paciente. En el cáncer, por ejemplo, algunas metáforas usadas impiden que busque ayuda a tiempo y que solicite la información adecuada para recibir un tratamiento adecuado. Por su parte, el uso de las metáforas evocadas por las madres de Soacha son fundamentales para la sobrevivencia del lenguaje de las madres, ya que permiten expresar el dolor del hecho, manifestando por consiguiente cómo las relaciones de poder impactan en las diferentes esferas sociales frente a los discursos y la lucha de las madres por conectar la lengua más allá de estructuras gramaticales.

Reflexiones finales

Los resultados obtenidos, muestran que la intención principal del uso de las metáforas en los discursos de las madres de Soacha es reivindicar la imagen de sus hijos, desacreditar el accionar de los actores involucrados en el asesinato de los jóvenes y luchar contra un sistema que parece encubrir la dimensión de este hecho histórico. El colectivo de madres MAFAPO crean una serie de emociones al utilizar metáforas que expresan lo que sienten, sobre el dolor del hecho y la necesidad del perdón. Aunque las voces usadas por ellas pueden considerarse como un hecho real, y las metáforas se consideren como la representación de este hecho, pueden contribuir para demostrar si las madres y sus hijos fueron realmente las víctimas y si es necesario responsabilizar al gobierno que hizo parte de la seguridad democrática. También sería pertinente discutir sobre los usos de metáforas usadas por colectivos de madres, como el caso de las Madres de la Plaza de Mayo de Argentina y las madres MAFAPO de Colombia si poseen la misma estructura conceptual de la experiencia.

El uso de las metáforas para estudiar los discursos de las madres de Soacha como colectivo MAFAPO, ha posibilitado explorar ciertos vínculos entre las emociones y la cultura, principalmente los valores sociales respecto al género y a la vulnerabilidad social. Desde el Análisis Crítico del Discurso también es posible reflexionar sobre la aparición

de determinadas expresiones metafóricas en los discursos la cual se determina por una comprensión colectiva apoyada socialmente a través de un sistema de experiencias físicas y culturales. También es posible identificar la forma en que el abuso del poder y la desigualdad social se legitiman y reproducen, por ello, la metáfora que abarca el mundo de las emociones parece ser una herramienta conceptual de gran utilidad, ya que las madres utilizan algunas partes del cuerpo y algunos órganos para expresar el dolor y el trauma dentro de este evento histórico que formó parte del conflicto colombiano.

Otro punto importante es la posibilidad de discutir en futuras investigaciones sobre la metáfora, utilizada por víctimas de crímenes de Estado, la tarea de mostrar la presencia y el valor de las metáforas como medios testimoniales para la comprensión de la experiencia y el daño ocasionado a través de los años. Evocar testimonios y analizar construcciones generan reflexión por parte de una sociedad que desconoce aún el tema de las ejecuciones extrajudiciales, por ello describir por medio de metáforas la realidad del caso de las ejecuciones extrajudiciales contribuye al reconocimiento de identidades individuales y colectivas.

Referencias

ARAÚJO, Etyelle Pinheiro de. Cada luto uma luta: narrativas e resistências de mães contra a violência policial. 2021, 258 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BOURDIEAU, Pierre. O poder simbólico, editorial Difel, Río de Janeiro 1989.

CASTILLO, Jaqueline. In: RIVERA, Jimmy Nomesqui. Las madres de Soacha, la imagen de las víctimas de “falsos positivos” a las que el Estado pedirá perdón. Infobae, 2023. Disponible en <https://www.infobae.com/colombia/2023/10/03/las-madres-de-soacha-la-imagen-de-las-victimas-de-falsos-positivos-a-las-que-el-estado-pedira-perdon/>

CINEP – PROGRAMA PARA LA PAZ. Noche Niebla: Panorama de Derechos Humanos y violencia política en Colombia. Banco de Datos de Derechos Humanos y violencia política, Colombia, n°58, jul.-dic. 2018.

COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO DE LA VERDAD, LA CONVIVENCIA Y LA NO REPETICIÓN. No Matarás: relato histórico de la historia del conflicto armado interno en Colombia. Colombia: [s.n.], 2022

COMISIÓN DE LA VERDAD; JURISDICCIÓN ESPECIAL PARA LA PAZ (JEP). Unidas por la memoria. YouTube, 2022. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=cidVlMxwr-I&t=1535s>

CUENCA, María Joseph. Hilferty, Joseph. Introducción a la lingüística cognitiva. Barcelona: Ariel, 2007.

DURANTI, Alessandro. Antropología Lingüística. Madrid: Cambridge University Press, 2000

DUREAU, Françoise. HOYOS, María Cristina. Soacha: un barrio de Bogotá: movilidad y acceso a la vivienda de la población de los sectores orientales del municipio. Revista Desarrollo y Sociedad. Colombia, n. 34, p. 94-147, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. Language and Power. London: Longman, 1989.

FUNDACIÓN PARA LA EDUCACIÓN Y EL DESARROLLO (FEDES). La punta del iceberg: falsos positivos e impunidad. Colombia: [s.n.], 2010

GALLEGO, Fernando Estrada. El leguaje de la guerra y la política en Colombia. Reflexión política. Bucaramanga, n°4, dic. 2000.

GIANNONI, Virginia. Las Viejas: Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora cuentan la historia. Buenos Aires: Marea, 2015.

Goffman, Erving. Estigma. Buenos Aires: Amorrortou, 2006

HENDERSON, Humberto. La ejecución extrajudicial o el homicidio en las legislaciones de América Latina. Revista IIDH, Costa Rica, vol.43, pp. 281-298, 2006

Lakoff, George, Johnson, Mark. Metáforas de la vida cotidiana. Madrid: Ed. Catedra colección teorema, 2004.

Lakoff, George. A metáfora, as teorias populares e as possibilidades do diálogo. Cadernos de Estudos lingüísticos, Campinas, São Paulo, v. 9, pp.49-68, 2012 disponible en: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636724> acceso el 25 de mayo. 2023

MOURA, Heronides. Vamos pensar em metáforas? São Leopoldo: Editora UNISINOS press.2004, 2012.

MOVIMIENTO DE RECONCILIACIÓN (FOR); COORDINACIÓN COLOMBIA-EUROPA-ESTADO UNIDOS (CCEEU). “Falsos positivos” en Colombia y el papel

de la asistencia militar Estados Unidos, 2000-2010. Bogotá: Editorial Linotipia, 2014. Disponible en <https://coeuropa.org.co/wp-content/uploads/2016/03/Libro%20Final%20Estados%20Unidos%20virtual.pdf>

MURAT, Facundo Petit de. La alegría de vivir: el testimonio como puerta a la articulación del trauma, el Estado y la memoria. Anuario de Antropología Social y Cultural en Uruguay, vol. 13, pp. 105-116.

MUSEU DO AMANHÃ. Conheça a história da primeira favela do Rio de Janeiro. Museu do Amanhã. Disponible en <https://museudoamanha.org.br/pt-br/conheca-a-historia-da-primeira-favela-do-rio-dejaneiro#:~:text=Alguns%20historiados%20acreditam%20que%20o,favela%20do%20Rio%20de%20Janeiro>

OLAVE, Giohanny. La construcción retórica del conflicto armado colombiano: Metáfora y legitimación del carácter bélico del conflicto. Signos. Buenos Aires, vol.45 n°80 nov. 2012.

PENA, Mariana. Colombia. La Guerra se mide en litros de sangre: falsos positivos, crímenes de lesa humanidad más altos responsables en la impunidad. Colombia: FIDH - Federación Internacional de Derechos Humanos, 2012.

PARDO, Jorge Eliécer Los velos de la memoria. Colombia: Pijao, 2016.

PETRO, Gustavo. Acto de excusas públicas por los casos de ejecuciones extrajudiciales. YouTube. 03 out. 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FFJ5tZB8UhY>

PORTAL EDUCAR. 24 de marzo y género: “de la casa a la plaza”. Portal Educar. Disponible en <https://www.educ.ar/recursos/151001>

RICOEUR, Paul. A metáfora viva. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RESTREPO, Alexandra Cardona. Retratos de familia: Madres de Soacha luchan contra la impunidad de víctimas de “falsos positivos”. YouTube, 2014. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=pj4RbIL3dBE>

Rojas, Omar. Teoría social del falso positivo: manipulación y guerra. Medellín: Ediciones UNAULA, 2020.

Rojas, Omar; BOLAÑOS, Fabián; Benavides, Leonardo. Ejecuciones extrajudiciales en Colombia, 2002-2010. Bogotá: Ediciones Usta, 2018

SAAVEDRA, Carlos; RAMÍREZ, Sebastián. Madres tierra. Colombia: MAFAPO, editorial Raya, 2022.

SONTAG, Susan. Doença como metáfora. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2022.

VAN-DIJK, Teun A. Análisis Crítico del Discurso. Revista Austral de ciencias sociales, n° 30, pp. 203-222, 2016

VELÁSQUEZ, Ivan. *In*: RTVC Noticias. Acto de Perdón, Reconocimiento y disculpas públicas a las madres de Soacha y Bogotá. YouTube. 4 out. 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=juSimbsuMIE&t=1s>

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Métodos de análisis crítico del discurso, Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

